

ISSN 1413-9243

TEXTOS NEPO

39

CAMPINAS, OUTUBRO DE 2000

**DEKASSEGUIS:
TRABALHADORES
MIGRANTES
NIPO-BRASILEIROS NO
JAPÃO**

ELISA MASSAE SASAKI



Reitor

Prof. Dr. Hermano de Medeiros Ferreira Tavares

Vice Reitor

Prof. Dr. Fernando Galembeck

Pró Reitor de Desenvolvimento Universitário

Prof. Dr. Luís Carlos Guedes Pinto

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof. Dr. Roberto Teixeira Mendes

Pró Reitor de Graduação

Prof. Dr. Angelo Luiz Cortelazzo

Pró Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. Ivan Emilio Chambouleyron

Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Prof. Dr., José Cláudio Geromel

Centro e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa

Profa. Dra. Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano



Coordenador do Núcleo de Estudo de População

Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan

FICHA CATALOGRÁFICA

Sasaki, Elisa Massae.

Dekasseguis: trabalhadores migrantes Nipo-Brasileiros no Japão / Elisa Massae Sasaki
Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 2000.

132p.

(Dekasseguis: trabalhadores migrantes Nipo-Brasileiros no Japão, TEXTOS NEPO 39).

1. Dekasseguis. 2. Migrantes - Trabalhadores. 3. População Brasileira – Japão. I. Título.
II. Série.

Índice para catálogo sistemático

1. Redistribuição da População - 301.32

2. Migrantes - 301.32

Publicações NEPO

Rosana Baeninger

E-mail: publica@nepo.unicamp.br

Apoio Técnico

Setor Administrativo: Maria Ivonete Zorzetto Teixeira

Setor de Documentação: Adriana Cristina Fernandes

Setor Informática: Raquel de Oliveira Santos Eichman Jakob

SÉRIE TEXTOS NEPO

TEXTOS NEPO é uma publicação seriada do Núcleo de Estudos de População da UNICAMP, tendo sido criada em 1985 com a finalidade de divulgar pesquisas realizadas no âmbito deste Núcleo de Estudos. Apresentando uma vocação de cadernos de pesquisa, nestes seus dezoito anos de vida foram publicados trinta e nove números – incluindo este – relatando trabalhos situados nas áreas temáticas correspondentes às linhas de pesquisa do NEPO.

Desde então, esta publicação vem sendo distribuída para instituições especializadas na área de Demografia, ou mesmo dedicadas a áreas afins, no País e no exterior, além de ser objeto de constante consulta no próprio Centro de Documentação do NEPO. Essa distribuição é ampla, abrangendo organismos governamentais ou não governamentais – acadêmicos, técnicos e/ou prestadores de serviços.

Daniel Joseph Hogan
Núcleo de Estudos de População
Coordenador

Rosana Baeninger
TEXTOS NEPO
Responsável

SUMÁRIO

Introdução	06
População Brasileira no Japão	12
Dekasseguis Entrevistados	26
Redes Sociais de Dekasseguis	52
Remessas	68
Considerações Finais	112
Referências	117
Anexos	126

RESUMO

Desde os meados da década de 80, tem sido notória a ida de brasileiros descendentes de japoneses ao japão – os chamados ‘dekasseguis’. este estudo apresenta os aspectos gerais desse movimento migratório, como o contingente de estrangeiros e brasileiros no japão; aspectos burocráticos e legislativos; mudanças na política migratória japonesa e suas implicações; apresentação de dados da pesquisa de campo realizada pela autora entre os dekasseguis retornados (ao brasil); o desenvolvimento dinâmico das redes sociais desencadeado por e para os dekasseguis; a questão das remessas e por fim a questão da identidade dessa população na experiência migratória internacional contemporânea.

ABSTRACT

Since the Second half of the 80's decade, the migration of Japanese descendent Brazilians to Japan has been notorious – the ‘Dekassegui’. This study presents the general aspects of this migration movement, as the contingent of Brazilian among others foreign people in Japan; bureaucratic and legislative aspects; changes in the Japanese immigration policy and their implications; presents the result datas of the fieldwork conduced by the author among returnee dekasseguis (in Brazil); the dinamic development of the social networks promoted by and to the dekasseguis; the remittance; and, finally, the identity aspects of this population in the contemporary international migration experience.

INTRODUÇÃO

O chamado Fenômeno Dekassegui refere-se aos descendentes de japoneses que se dirigem ao Japão, a partir dos meados da década de 80, para trabalhar temporariamente como mão-de-obra barata e não qualificada.

A palavra japonesa *Dekassegui* significa trabalhar fora de casa. No Japão, referia-se aos trabalhadores que saíam temporariamente de suas regiões de origem e iam em direção a outras mais desenvolvidas, sobretudo aqueles provenientes do norte e nordeste do Japão, durante o rigoroso inverno que interrompiam suas produções agrícolas no campo. Este mesmo termo é, então, utilizado aqui aos descendentes de japoneses ou nikkeis (todos os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão, não se restringindo apenas aos brasileiros) que vão trabalhar no Japão, a princípio temporariamente, em busca de melhores ganhos salariais, executando trabalhos de baixa qualificação.

Percorrendo a mesma rota, porém em direção diametralmente oposta, os descendentes de japoneses voltam à terra de seus ancestrais – que no início deste século, atravessaram os mares para trabalhar como “dekassegui” nestas terras tropicais. Após experiências tão díspares como o suor da difícil labuta, a desilusão e também a luta e a conquista na terra estrangeira, os imigrantes japoneses no Brasil consolidaram suas raízes, formando uma comunidade étnica, ou como normalmente é chamada, a colônia japonesa no Brasil.

Em outro cenário, na década de 80, soaram as primeiras notícias sobre os japoneses radicados no Brasil que foram trabalhar no Japão como dekassegui. Como mão-de-obra barata e não-qualificada, submetiam-se a empregos subalternos a fim de driblar a profunda crise brasileira. Nesse período, a ida

* Este estudo consistiu a dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia – IFCH/UNIAMP, sob a orientação da Dra. Teresa Sales.

** Doutoranda em Ciências Sociais no IFCH/UNICAMP. Participante da equipe do Projeto “Redes Sociais nas Migrações Internacionais”, no Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, coordenado pela Dra. Teresa Sales

ao Japão como dekassegui era malvista pela colônia. Eles tinham facilidade para entrar no Japão, no entanto, eram clandestinos “morais” para os seus semelhantes.

Mesmo assim, o número de descendentes de japoneses indo como dekassegui ao Japão começou a ganhar volume e alcançou seu pico no início da década de 90, apresentando feições muito diferentes daquelas do início do fluxo migratório. Esse período foi marcado pela Reforma da Lei de Controle de Imigração do Japão (promulgada em 1990), que indicava uma clara preferência pelos descendentes de japoneses para compor o quadro de mão-de-obra barata no Japão.

De uma certa forma, no início desse processo migratório, o termo ‘dekassegui’ era empregado em tom pejorativo. No Japão, os trabalhos caracterizados pelos japoneses como “3K” – *Kitanai* (sujo), *Kiken* (perigoso) e *Kitsui* (penoso) – eram recusados pelos nativos, e ir submeter-se a tais trabalhos, quando faltava mão-de-obra nos setores industriais do Japão, significava que o indivíduo se encontrava em dificuldades no Brasil.

Muitas vezes, no início do movimento, os indivíduos iam escondidos dos amigos e familiares, pois isso era motivo de vergonha e tal iniciativa era considerada reprovável.

Mas, no decorrer do processo, o Movimento Dekassegui foi ganhando volume. Tal massificação pode ser explicada por um conjunto de fatores entrelaçados entre si: a crise da “década perdida” de 80, o desencanto e o descontentamento diante do andamento político-econômico do Brasil (SALES, 1991), bem como a desvalorização do dólar e a inflação distanciando o ganho salarial do Brasil com o dos países desenvolvidos e aumentando a atratividade sobre os migrantes. Precisava-se de mão-de-obra no setor manufatureiro e em serviços subalternos nesses países desenvolvidos, e como os nativos se recusavam a fazê-los, tinham de ser preenchidos por mão-de-obra barata, estrangeira/migrante.

Dentro da colônia japonesa no Brasil, a imagem negativa sobre a figura do Dekassegui foi pouco a pouco se afrouxando, até praticamente inverter a situação, na virada da década de 80 para 90. O que era vergonhoso passou a ser uma boa oportunidade de conhecer a terra dos antepassados e a cultura que tinge a pele de amarelo e rasga os olhos, além de ganhar um salário melhor do que se estivesse no Brasil, mesmo se submetendo a trabalhos subalternos.

Um outro fator importante é que, em meados dos anos 90, foram muito mais famílias de Dekasseguis em oposição ao início do fluxo, quando o perfil deste migrante nipo-brasileiro era individual, masculino e da primeira ou segunda geração (os *isseis* e os *nisseis*, respectivamente). À

medida que o fluxo foi se massificando e se consolidando, formando uma rede social no Japão *de* Dekassegui *para* Dekassegui, foi se criando um aparato de segurança e de confiança de estar-se numa terra estrangeira.

A conotação de ‘dekassegui’ para os japoneses é diferente da dos nipo-brasileiros. Para os primeiros, o dekassegui tem uma temporalidade e um contrato muito bem definidos. Um migrante vem para trabalhar com o contrato de um determinado tempo (meses, anos, sazonal, etc.) e, cumprido esse período, ele retorna para a sua região de origem¹. Assim, esse migrante é visto como forasteiro (um estrangeiro), que um dia certamente irá embora. Para os nipo-brasileiros, inicialmente também era esta a idéia. Mas ao longo do tempo, esta clareza foi se dissipando, à medida que o tempo de permanência dos dekasseguis brasileiros no Japão foi aumentando, dado o desenvolvimento das redes sociais destes. E o termo Dekassegui deixa então para trás sua conotação negativa, valorizando-se o Dekassegui junto com a própria valorização do Japão no imaginário da cultura ocidental, enquanto um país desenvolvido e tecnologicamente avançado.

Ao longo do processo migratório dos Dekasseguis é possível vermos que sua experiência é acompanhada de perto pela dinâmica das redes sociais, desenvolvendo-se e interagindo com a migração. Nesse pano de fundo, desenrola-se o que denominamos de negociação de identidade, cujo ator social é o Dekassegui. Este é detentor de vários “elementos identitários” que são acionados de acordo com as situações vivenciadas ao longo da própria experiência migratória e conforme a dependência do “outro” com quem ele está se relacionando e em quais circunstâncias.

Temos como principal objetivo deste trabalho tentar entender como operam as negociações de identidades numa experiência migratória vivenciada pelos dekasseguis no Japão. Para tal, realizamos um levantamento bibliográfico referente à identidade, que sugeriu o quanto as identidades são dinâmicas, plásticas (ou maleáveis) e múltiplas no período contemporâneo.

Na verdade, para chegarmos a essa temática sobre identidade, percorremos um longo caminho. A identidade do dekassegui desde o início da pesquisa, ao mesmo tempo que nos fascinava, sentíamos não ter recursos (teórico, metodológico e até mesmo psicológico) suficientes para trabalhá-la. Por isso, tentamos abordá-la por outros aspectos, através de uma bibliografia variada e extensa, pertinente ao

¹ Isto não se aplica apenas para os imigrantes internacionais, mas também para a migração interna e regional.

mercado de trabalho; migração internacional como parte do processo de globalização; reestruturação produtiva; estrutura familiar; etc., para por fim, retornarmos ao tema inicial da identidade. Talvez na tentativa de abordar mais a fundo cada um destes aspectos, não sentíamos, contudo, o mesmo fascínio que o tema da identidade nos exercia. Sabemos que num ambiente acadêmico é muito cobrada uma posição científica, racional, imparcial e distanciada do pesquisador em relação ao objeto de estudo. Mas o que seria desta cientificidade, sem uma busca, um desejo, uma dúvida que nos persegue?

Após nos depararmos com tantas dúvidas e nebulosidades teóricas, parecia termos achado um fio de lã no “Labirinto do Minotauro”. Sem muita certeza que direção tomar, as esperanças estavam lançadas neste fio condutor: o da negociação da identidade.

Antes de entrarmos na questão da negociação da identidade propriamente dita, foi preciso situarmo-na num contexto maior. Para tal, cada capítulo deste trabalho tratou mais especificamente determinados aspectos, que vão além do alcance da abordagem adotada aqui, no caso sociológica.

No capítulo 1 apresentamos a população brasileira no japão, baseando-nos nos números oficiais do ministério da justiça do japão que eram dados mais recentes até o momento da pesquisa. Essas informações foram pautadas nos registros de estrangeiros no japão e estão disponíveis em língua japonesa. Embora tais dados oficiais não nos ofereçam tanta precisão, sendo muitas vezes subestimados – por haver provavelmente outros caminhos alternativos para ingressar no território japonês que acabam camuflados e não serem contemplados pelos órgãos oficiais – são informações que valem a pena ser apresentadas para se ter uma idéia aproximada do contingente de brasileiros presentes no japão, ao lado de outros estrangeiros.

Para a apresentação dos números de brasileiros no Japão, procuramos entender um pouco mais dos aspectos jurídicos: como opera a política de concessão de visto e sob que status de permanência o dekassegui brasileiro ingressa e permanece naquele país. Além disso, na já citada Reforma da Lei de Controle Imigratória japonesa, foi promulgado o *visto de reentrada* – importante indicador do intenso trânsito de dekasseguis entre os dois países envolvidos.

Tudo isso nos aponta o quanto o dekassegui nikkei é amparado legalmente pelos órgãos oficiais japoneses, distinguindo-se assim, de estrangeiros de outras nacionalidades que tentam ingressar no japão com o mesmo propósito de trabalhar como mão-de-obra barata e não-qualificada. Muitas vezes

estes últimos acabam se tornando imigrantes ilegais no Japão, ao entrar no país como turista e expirar o visto.

No capítulo 2, apresentamos os dados referentes à pesquisa de campo. Isso se baseou em entrevistas com os dekasseguis que retornaram ao Brasil após a experiência migratória no Japão, ou com a pessoa que permaneceu no Brasil enquanto seu (sua) cônjuge estava no Japão trabalhando. A preocupação com essas entrevistas foi fundamentalmente qualitativa, isto é, os relatos das experiências são individuais e não necessariamente coletivas ou da maioria dos dekasseguis

A partir disso, tentamos perceber os temas abordados por eles, captar o papel e a atuação das redes sociais, bem como a negociação de identidades que permeiam suas vivências migratórias entre o Brasil e o Japão. Vale lembrarmos que tais entrevistas foram decisivas para descobrirmos “o fio (condutor) de lã do labirinto do minotauro”, pois foram realizadas para definirmos o recorte, que desembocou no de negociação de identidade dos dekasseguis brasileiros.

No capítulo 3 passamos a discutir sobre as redes sociais que foram se constituindo e se consolidando ao longo da experiência migratória deste fluxo. Tentamos apontar a dinâmica do desenvolvimento dessas redes, que implica em uma multiplicidade de aspectos.

Dentre eles, aprofundamo-nos no dos intermediários (ou agentes intermediários), que muitas vezes entravam como “o vilão” desta história, ao explorarem o dekassegui no momento em que este os requisitam para fazer os procedimentos (como providenciar documentos) necessários para a sua ida ao Japão para trabalhar.

Além destes intermediários, outros agentes migratórios foram surgindo ao longo do processo migratório dos dekassegui, como centros de informações e apoio aos trabalhadores estrangeiros, tanto no Brasil quanto no Japão.

À medida que as redes sociais de dekasseguis foram se consolidando, começaram a surgir pequenos negócios montados pelos brasileiros que inicialmente foram ao Japão como dekassegui. Estes estabelecimentos voltados para o público de brasileiros nos indicam que tem aumentado a permanência de brasileiros no Japão.

No capítulo 4 aprofundamo-nos um pouco mais sobre as remessas. Por mais variados que sejam os motivos que levam os descendentes de japoneses a se candidatarem como dekassegui, a possibilidade de ganhar mais dinheiro em menos tempo veio exercendo uma atratividade muito grande

sobre esses migrantes. Portanto, buscamos entender melhor como operam os mecanismos econômicos; quais são as estimativas e o que as remessas significam para o Brasil; para onde vai o dinheiro do dekassegui; como a variação da taxa de câmbio (moeda brasileira, iene e dólar) afeta no ganho salarial do dekassegui nipo-brasileiro.

O capítulo 5 discorre finalmente sobre a negociação da identidade. Com a experiência migratória no Japão, muitas vezes os dekasseguis se deparam com certas situações identitárias que, até então, não haviam experimentado. É a condição de migrante que os faz vestirem as ‘roupas’, de acordo com as situações em que se encontram. Estas ‘roupas’ se referem aos valores culturais que, na sua bagagem cultural, o sujeito leva ao migrar. E ele usa estas ‘roupas’ – tanto as que ele levou de seu país de origem, como aquelas que veio a adquirir no país de destino – de acordo com a ocasião.

“A identidade é construída de forma situacional e contrastiva, ou seja, que ela constitui uma resposta articulada com as outras identidades em jogo, com as quais forma um sistema. É uma estratégia de diferença” (Cunha, 1985:206).

Nesse sentido, a experiência dos dekasseguis de retorno à terra de seus ancestrais, que implica em uma situação de ambiguidade – uma vez que esses migrantes estão com “um pé em cada país”. O “mito do retorno”, esta ilusão de estar voltando “para casa” e de ser tratado como tal por seus semelhantes, é posto em causa. Procuramos enfatizar o confronto das diferenças e o reordenamento dos valores culturais dos atores envolvidos, enfim, esse momento de indefinição e ambigüidade, dessa população liminar.

Discorrido a estrutura do trabalho, percebemos que o tema do Movimento Dekassegui tem múltiplas facetas, sendo possível abordá-lo de diversas maneiras. Por exemplo, conforme já apontamos, o capítulo 1 aborda muito mais aspectos demográficos e jurídicos; o capítulo 4 é essencialmente de natureza econômica; o capítulo 5 tem uma abordagem mais próxima às questões antropológicas. Entretanto, essa abordagem diversificada só vem a enriquecer um entendimento mais aprofundado sobre essa migração, proporcionando-nos um conjunto de fatores que, entrelaçados, explicam o complexo contexto no qual esses dekasseguis atuam.

POPULAÇÃO BRASILEIRA NO JAPÃO

Quando que eu ia imaginar que eu ia trabalhar com picareta, com capacete, com roupa de serviço? (Sandro, 02.05.96, era técnico de mecânica de precisão no Brasil e foi ao Japão trabalhar como dekassegui em manutenção de linha de trem).

Como outros grupos migratórios que transitam incessantemente pelo mundo afora, é difícil quantificar exatamente o número do contingente de migrantes nikkeis brasileiros que compõe o movimento chamado Dekassegui, tendo o Japão como seu destino.

Segundo o último censo demográfico do IBGE de 1991, a população total do Brasil é de 146.825.475 brasileiros. De acordo com os dados mais recentes que temos², estima-se que desta população 1.280.000 sejam descendentes de japoneses, ou seja, quase 1% da população brasileira total é composta por nikkeis no Brasil, representando a maior colônia japonesa fora do Japão.

De acordo com o Relatório da Divisão de Assistência Consular do Ministério de Relações Exteriores (*apud* PATARRA, 1997, p. 9), em 1996, mais de 1,5 milhão de brasileiros residiam no exterior. Dentre estes, os Estados Unidos foram o destino com maior contingente de brasileiros – 598.526 (38,36%). Em seguida temos o Paraguai, país fronteiriço com o Brasil, com 460.846 brasileiros residentes (29,54%). E em terceiro lugar, o Japão conta com 201.139 brasileiros residentes, representando 12,89% desta população. (Vide tabela 1).

Entretanto, o número de brasileiros residentes no Japão (Tabela 1), não significa necessariamente que todos eles estivessem no Japão para trabalhar como dekassegui.

Confirmando com os dados da tabela 1, outras fontes estimam que 150 mil a 220 mil brasileiros descendentes de japoneses foram em direção ao Japão, como Dekasseguis, entre a década de 80 e de 90. Citemos algumas fontes que sugerem sobre este número: (1) “O povo da diáspora”, matéria sobre a emigração de brasileiros para o exterior, publicada na revista *Veja* (07 ago. 1991, p. 37), afirmou que em 1991 havia 150 mil brasileiros no Japão; (2) na mesma revista, outro artigo “Nossa gente lá fora” (*VEJA*, 03 abr. 1996, p. 27) afirmou que, em 1996, eram 170 mil brasileiros na terra de seus ancestrais,

² Centro de Estudos Nipo-Brasileiros (CENB, 1990). ‘Pesquisa da População de Descendentes de Japoneses Residentes no Brasil, 1987-1988’. Esta pesquisa foi realizada em comemoração aos 80 anos da imigração japonesa

segundo as informações do Itamaraty; (3) Mário Mizukami, Chairman of Board do Instituto de Pesquisa do Long Term Credit Bank of Japan, na sua exposição no Simpósio “10 Anos do Fenômeno Dekassegui e suas Perspectivas Futuras”, realizado no dia 01.11.97, em São Paulo, calculou cerca de 220 mil descendentes de japoneses no Japão, sendo que destes 180 mil deviam ser brasileiros.

TABELA 1 – Brasileiros residentes no exterior 1996

REGIÃO OU PAÍS	Nº DE BRASILEIROS	%
África	3.126	0.20
América Central	2.052	0.13
Canadá	11.212	0.72
EUA	598.526	38.36
Paraguai	460.846	29.54
Uruguai	19.986	1.28
Guiana Francesa	15.035	0.96
Argentina	15.404	0.99
Suriname	13.000	0.83
Bolívia	6.676	0.43
Venezuela	5.307	0.34
Demais países da América	9.483	0.61
Ásia exclusive Japão	1.923	0.12
Japão	201.139	12.89
Oriente Médio	9.400	0.60
Itália	40.118	2.57
Alemanha	36.092	2.31
Portugal	32.068	2.06
Espanha	10.361	0.66
Inglaterra	19.510	1.25
Países Nórdicos	9.846	0.63
Suíça	8.353	0.54
França	8.219	0.53
Países Baixos	6.033	0.39
Grécia	2.503	0.16
Áustria	950	0.06
Irlanda	80	0.01
Europa Oriental	410	0.03
Austrália	12.504	0.80
TOTAL	1.560.162	100.00

Fonte: Relatório da Divisão de Assistência Consular do Ministério de Relações Exteriores (1996) *apud* Patarra (1997).

no Brasil ou à chegada do Kasato-Maru, primeiro navio japonês a atracar no Porto de Santos, no dia 19 de junho de 1908, trazendo cerca de 800 imigrantes japoneses pioneiros ao Brasil.

Mesmo ciente de que tais números não sejam precisos, temos dados oficiais da 'Estatística sobre os Estrangeiros Residentes no Japão' (em japonês), do ano de 1995, do Ministério da Justiça do Japão, obtidos no Consulado Geral do Japão em São Paulo, que, apesar de subestimados, podem nos indicar um quadro aproximado sobre os brasileiros presentes no Japão. Segundo o funcionário do consulado, esta estatística de 1995 (referente ao ano de 1994) é o último dado atualizado disponível, isto é, até o momento da pesquisa.

Tais dados oficiais são pautados em registros de estrangeiros residentes no Japão, que é um procedimento burocrático obrigatório para "todos os estrangeiros cuja permanência no Japão exceder 90 dias. Estes recebem uma Carteira de Estrangeiros que recebem nas prefeituras locais. Neste documento, encontramos dados como nome, nacionalidade, data de nascimento, endereço do país de origem e no Japão, tipo de visto e duração (KAIGAI NIKKEIJIN KYOKAI, 1991, p. 13)

Vale ressaltar que esses dados não incluem os *isseis* (da primeira geração, isto é, aqueles que nasceram no Japão) e nem os que têm dupla nacionalidade, isto é, *nisseis* (segunda geração) ou filhos de japoneses. Ambos entram no Japão com passaporte japonês, uma vez que, perante a burocracia nipônica, eles são considerados japoneses natos. Segundo Massahiro Ohashi, diretor-superintendente do Centro de Apoio ao Trabalhador no Exterior (CIATE), entidade ligada ao Ministério do Trabalho nipônico, os que possuíam passaporte japonês (no Brasil), deviam somar cerca de 30 mil pessoas (JAPÃO AQUI, abr. 1997, p. 56).

Consoante os dados oficiais do Ministério da Justiça do Japão (Tabela 2.a), em 1994, o total de estrangeiros registrados no Japão foi de 1.354.011. Destes, 15% eram provenientes da América do Sul; os 203.840 sul-americanos perdiam apenas para os asiáticos que compunham a grande maioria dos estrangeiros no Japão: 1.050.211, representando 77,6% do total.

Entretanto, apesar de os asiáticos comporem a grande parte dos estrangeiros no Japão, notamos que a taxa de crescimento dos estrangeiros provenientes da América do Sul foi maior em relação às outras regiões. A taxa de crescimento da América do Sul em 1990/1992 foi a grande porcentagem de 61,79% em relação a 4,03% da Ásia.

Nos anos seguintes, as taxas de crescimento foram menores, tanto no total como nas regiões asiáticas e sul-americanas. Mas, mesmo assim, a da América do Sul ainda apresentou-se maior do que a

da Ásia: a taxa do período de 1992/1993 foi de 5,00% contra 2,66% da Ásia e 3,05% do total. E em 1993/1994, a América do Sul apresentou taxa de 3,74% contra 2,23% da Ásia e 2,52% do total.

TABELA 2.a – Estrangeiros registrados no Japão por região de origem
1990 a 1994

REGIÃO	1990	%	1992	%	1993	%	1994	%
TOTAL	1.075.317	100.0	1.281.644	100.0	1.320.748	100.0	1.354.011	100.0
Ásia	924.560	86.0	1.000.673	78.1	1.027.304	77.8	1.050.211	77.6
Am. do Sul	71.495	6.6	187.140	14.6	196.491	14.9	203.840	15.0
Am. do Norte	44.643	4.2	50.421	4.0	51.057	3.9	52.317	3.9
Europa	25.563	2.4	29.899	2.3	31.046	2.3	32.529	2.4
Oceania	5.440	0.5	7.982	0.6	8.601	0.6	8.571	0.6
África	2.140	0.2	4.027	0.3	4.749	0.4	4.909	0.4
Outros	1.476	0.1	1.502	0.1	1.500	0.1	1.634	0.1

Fonte: Ministério da Justiça do Japão (1995, p. 2).

Obs: Dados do ano de 1991 não disponíveis.

TABELA 2.b – Taxa de crescimento anual de estrangeiros registrados no Japão por região de origem
1990 a 1994

REGIÃO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	1990/1992 (a)	1992/1993	1993/1994
TOTAL	9.17	3.05	2.52
Ásia	4.03	2.66	2.23
América do Sul	61.79	5.00	3.74
América do Norte	6.27	1.26	2.47
Europa	8.15	3.84	4.78
Oceania	21.13	7.75	-0.35
África	37.18	17.93	3.37
Outros	0.88	-0.13	8.93

Fonte: Ministério da Justiça do Japão (1995, p. 2).

Obs: (a) Como os dados do ano de 1991 não estão disponíveis, a taxa de crescimento entre 1990 e 1992 é a média anual.

Segundo a tabela 3.a, desde 1990 os brasileiros representam a terceira maior contingência de nacionalidade estrangeira presente no Japão, perdendo apenas para a Coreia do Norte e do Sul (que constitui o maior grupo estrangeiro no Japão) e a China, dada a proximidade geográfica e as relações históricas de longa data desses dois países com o Japão.

Ao compararmos o número de estrangeiros por nacionalidade de maior contingência (Tabela 3.a) com o número por região de origem (Tabela 2.a), podemos confirmar essa tendência. O

contingente de brasileiros no Japão aumentou, sobretudo de 1990 para 1992 – em 1990, os brasileiros representavam 5,2% em relação ao total de estrangeiros registrados no Japão e, em 1992, foi para 11,5%. A partir de 1992, os números aumentaram de forma sutil, apresentando-se relativamente estáveis, sem o contingente aumentar tanto quanto nos anos anteriores.

As taxas de crescimento da Tabela 3.b foram, grosso modo, muito parecidas com as apontadas na tabela 2.b. A taxa de crescimento do Brasil em 1990/1992 foi a maior, de 61,84% contra 13,99% da China e a taxa praticamente nula de 0,01% da Coréia. A taxa de crescimento do Peru também foi alta, 73,81%, até mesmo ultrapassando a do Brasil neste mesmo período.

Segundo Watanabe (1995, p. 20), os descendentes de japoneses peruanos deveriam compor um contingente de cerca de 80 mil neste Movimento Dekassegui em direção ao Japão. Nikkeis de outros países sul-americanos também participavam modestamente: 30 mil argentinos; 8 mil paraguaios e também 8 mil bolivianos.

Embora estes números de nikkeis latino-americanos sejam menores do que o de brasileiros, talvez o impacto do Movimento Dekassegui nas colônias japonesas de outros países latino-americanos tivessem sido bem maior, se considerarmos que o tamanho destas sejam bem menor que o da colônia japonesa no Brasil³.

TABELA 3.a – Estrangeiros registrados no Japão segundo nacionalidades de maior contingência 1990 a 1994

PAÍS	ANO							
	1990	%	1992	%	1993	%	1994	%
Coréia	687.940	64.0	688.144	53.7	682.276	51.7	676.793	5.0
China	150.339	14.0	195.334	15.2	210.138	15.9	218.585	16.1
Brasil	56.429	5.2	147.803	11.5	154.650	11.7	159.619	11.8
Filipinas	49.092	4.6	62.218	4.9	73.057	5.5	85.968	6.4
E.U.A.	38.364	3.6	42.482	3.3	42.639	3.2	43.320	3.2
Peru	10.279	0.9	31.051	2.4	33.169	2.5	35.382	2.6
Outros	82.874	7.7	114.612	9.0	124.819	9.5	134.344	9.9
TOTAL	1.075.317	100.0	1.281.644	100.0	1.320.748	100.0	1.354.011	100.0

Fonte: Ministério da Justiça do Japão (1995, p. 3).

Obs: Dados do ano de 1991 não disponíveis.

³ No momento da pesquisa, não obtivemos informações sobre o tamanho exato das colônias japonesas em outros países latino-americanos.

TABELA 3.b – Taxa de crescimento anual de estrangeiros registrados no Japão segundo nacionalidades de maior contingência 1990 a 1994

País	1990/1992 (a)	1992/1993	1993/1994
Coréia	0.01	-0.85	-0.80
China	13.99	7.58	4.02
Brasil	61.84	4.63	3.21
Filipinas	12.58	17.42	17.67
E.U.A.	5.23	0.37	1.60
Peru	73.81	6.82	6.67
Outros	17.60	8.91	7.63
Total	9.17	3.05	2.52

Fonte: Ministério da Justiça do Japão (1995, p. 2).

OBS.: (a) Como os dados do ano de 1991 não estão disponíveis, a taxa de crescimento entre 1990 e 1992 é a média anual.

Na tabela 4, temos o número de brasileiros registrados no Japão (não especificamente como trabalhadores), de 1985 a 1994. Os meados dos anos 80 foram a época em que, muito timidamente, os nikkeis brasileiros começaram a ir ao Japão como dekassegui.

Houve uma grande massificação desse fluxo migratório no período de 1988 a 1991, conforme verificamos na taxa de crescimento desse período, mostrada na tabela 4. De 1987 para 1988, verificamos um crescimento de 84,84%. E dois períodos seguintes, é ainda maior a taxa de crescimento de brasileiros presentes no território nipônico: de 1988/1989 foi 249,31% e, maior ainda, a de 1989/1990: 288,42%.

TABELA 4 – Taxa de crescimento anual de brasileiros registrados no Japão 1985 a 1994

ANO	Nº DE BRASILEIROS	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
1985	1.955	
1986	2.135	9.21
1987	2.250	5.39
1988	4.159	84.84
1989	14.528	249.31
1990	56.429	288.42
1991	119.333	111.47
1992	147.803	23.86
1993	154.650	4.63
1994	159.619	3.21

Fonte: Ministério da Justiça do Japão.

Em outras palavras, o fim dos anos 80 e o início dos 90, sobretudo o período de 1989/1990, foi uma época marcada pela grande “revoada” de brasileiros rumo ao Japão. Daí em diante, já não

verificamos altas taxas de crescimento desta população, que continua aumentando até o último ano para o qual se dispõe de estatísticas, porém à taxas bem menores.

Uma outra fonte que pode ser citada para confirmar a massificação de brasileiros neste período é o número vôos internacionais do Brasil para o Japão (KLAGSBRUNN, 1997, p. 12).

Na tabela 5, verificamos que, no período de 1985 a 1994, o número de vôos entre estes dois países praticamente triplicou em 10 anos – desdobramento este que tentou atender à crescente demanda de brasileiros. Também podemos notar que, exatamente no início dos anos 90, o número de vôos entrou na casa dos 80 mil, pois um grande volume de brasileiros tinha o Japão como destino.

**TABELA 5 – Vôos internacionais do Brasil por empresas aéreas regulares
1985 a 1994**

ANO	VÔOS AÉREOS INTERNACIONAIS BRASIL-JAPÃO
1985	23.513
1986	30.353
1987	31.631
1988	42.681
1989	63.126
1990	75.897
1991	84.777
1992	89.029
1993	74.938
1994	76.919

Fonte: Depto. de Aeronáutica Civil (DAC) *apud* Klagsbrunn (1997, p. 12).

Aspectos burocráticos e legislativos do movimento Dekassegui

A presença significativa de brasileiros no Japão pode ser verificada na lista de Status de Permanência no Japão (tabela 6), onde encontramos várias categorias. Sobressaem-se nessa lista os “cônjuges e filhos de japoneses” e os “residentes por longo período”. Dentre 159.619 brasileiros no Japão, 95.139 tinham status de permanência de “cônjuges e filhos de japoneses” e 59.280, de “residentes por longo período”. Somados, totalizam 154.419, o que corresponde a cerca de 96,7% de trabalhadores Dekasseguis brasileiros no Japão sob este status de permanência, uma vez que, nestas condições, não há restrições quanto a atividades a exercer, diferentemente daqueles que têm status de permanência temporária (de 3 meses).

São “os cônjuges, os que nasceram como filhos de japonesa e as crianças que foram especialmente adotadas pelos japoneses de acordo com os preceitos do art. 817, parágrafo 2º do Código Civil Japonês” (MIYOSHI, 1993, p. 47), que tinham como *status* de permanência “cônjuges e filhos de japoneses” – adquirido por boa parte dos brasileiros. E “os refugiados definidos na Convenção de Refugiados, refugiados provenientes da Indochina, *nissei* e *sansei* de ascendência japonesa residentes por longo período no Japão” (MIYOSHI, 1993, p. 46) adquiriram o status de permanência “residentes por longo período”. Estes também eram adquiridos por boa parte dos brasileiros residentes no Japão, principalmente pelos que desejavam trabalhar no Japão, já que nada impedia de trabalhar no Japão sob tais status de permanência.

Esses aspectos burocráticos e legislativos foram estabelecidos sobretudo pela reforma da Lei de Imigração japonesa (1990).

Ao contrário do que muitos pensam, a Reforma da Lei da Imigração do Japão, promulgada em junho de 1990, não privilegia em momento algum o nikkei, isto é, o estrangeiro descendente de japoneses.

Takefumi Miyoshi foi Cônsul (chefe da seção de vistos) do Consulado Geral do Japão em São Paulo, em 1991. Este foi um período em que consulado registrou um enorme contingente de brasileiros requisitando visto para ir ao Japão, indicando a massificação do Movimento Dekassegui e que pode ser atribuída, em parte, à reforma legislativa citada acima. Diante da tamanha demanda, Miyoshi publicou “Manual da lei de imigração japonesa” (1993) a fim de esclarecer as dúvidas mais recorrentes. Assim, tendo bastante familiaridade com este aspecto burocrático, ele assinalou que: “ Para as autoridades japonesas os nikkeis não deixam de ser estrangeiros. ‘Todos são iguais perante a lei’. [...] Do ponto de vista legal (atual Lei de Controle da Imigração) não existem regras que beneficiem os nikkeis em comparação com os demais estrangeiros. Aqueles que a comunidade nipo-brasileira denomina de ‘nissei’, juridicamente são ‘filhos legítimos de quem tenha nascido como filho de japoneses’ e o que se denomina de ‘sansei’ são ‘pessoas que tenham nascido como filhos de japoneses e que sejam filhos legítimos de filhos legítimos de quem tenha tido o registro civil como nacional do Japão’. Como se vê, trata-se de um status de permanência que leva em consideração o relacionamento sanguíneo com pessoas de nacionalidade japonesa. Não há nenhuma regra que mande tratá-los de forma melhor em

relação aos demais estrangeiros que possuam outros status de permanência” (MIYOSHI, 1993, p. 70-71).

TABELA 6 – Brasileiros residentes no Japão por status de permanência 1994

STATUS DE PERMANÊNCIA	PERÍODO DE PERMANÊNCIA	Nº BRASILEIROS
TOTAL		159.619
Professores	3 anos, 1 ano ou 6 meses	14
Artistas	3 anos, 1 ano ou 6 meses	2
Atividades religiosas	3 anos, 1 ano ou 6 meses	15
Imprensa	3 anos, 1 ano ou 6 meses	1
Investimento e administração de empresa	3 anos, 1 ano ou 6 meses	15
Serviços jurídicos e contábeis	3 anos, 1 ano ou 6 meses	---
Serviços médicos e paramédicos	1 ano ou 6 meses	---
Pesquisadores	1 ano ou 6 meses	11
Educação	1 ano ou 6 meses	3
Engenheiros	1 ano ou 6 meses	27
Especialistas em conhecimentos humanísticos e prestação de serviços internacionais	1 ano ou 6 meses	33
Transferências internas de empresas	1 ano ou 6 meses	29
Promoções de entretenimento	1 ano ou 6 meses	304
Serviços técnicos especializados	1 ano ou 6 meses	65
Atividades culturais	1 ano ou 6 meses	20
VISITAS TEMPORÁRIAS		
TOTAL		2.057
Turismo	15 dias ou 90 dias	1.970
Visitas e inspeções às fábricas, participação em treinamentos e reuniões, contatos de negócios	15 dias ou 90 dias	3
Atividade cultural e educacional	15 dias ou 90 dias	---
Visita de parentes	15 dias ou 90 dias	79
Outros	15 dias ou 90 dias	5
Estudantes universitários	1 ano ou 6 meses	346
Estudantes de curso médio	1 ano, 6 meses ou 3 meses	40
Estagiários	1 ano, 6 meses ou 3 meses	225
Permanência de dependentes	3 anos, 1 ano, 6 meses ou 3 meses	357
Atividades designadas – total	3 anos, 1 ano ou 6 meses	11
Residentes em caráter permanente	não há prazo	373
Cônjuges e filhos de japoneses	3 anos, 1 ano ou 6 meses	95.139
Cônjuges e filhos de japoneses em caráter permanente	3 anos, 1 ano ou 6 meses	34
Residentes por longo período	3 anos, 1 ano ou 6 meses	59.280
Outros		1.187

Fonte: Ministério da Justiça do Japão (1995, p. 20- 26), grifos nossos.

No Simpósio sobre o Fenômeno Dekassegui, realizado em 1991 em São Paulo, Yasuji Ishigaki, Cônsul Geral do Japão em São Paulo, também confirmou o não privilégio aos nikkeis no momento da Reforma da Lei da Imigração do Japão. Ele mesmo foi comissionado pelo Ministério da Justiça como diretor da divisão encarregada, participou diretamente da elaboração do projeto de reforma da lei, assim como seu encaminhamento à Dieta.

Sob tal posição, ele disse que *houve um grande mal-entendido* em relação à reforma da lei, que entrou em vigor em junho de 1990, no sentido de que muitos entenderam que o governo japonês havia promovido a reforma da lei possibilitando a entrada de descendentes de japoneses, a fim de atender à escassez de mão-de-obra nacional.

Segundo o cônsul Ishigaki, a Reforma da Lei de Controle da Imigração tinha dois objetivos fundamentais: (1) Fazer uma revisão geral das categorias e dos âmbitos da qualificação para permanência atribuível a estrangeiros, visando ampliar as possibilidades de ingresso de trabalhadores qualificados, bem como simplificar e tornar mais rápido o processo de admissão desses trabalhadores tendo em vista que a Lei de Controle da Imigração de 1951, embora alterada em alguns pontos em 1981, tornara-se desatualizada para uma época em que o número de estrangeiros ingressantes e as formas de sua entrada no país eram bastante diferentes daqueles do tempo da promulgação da lei. (2) Aperfeiçoar a lei, para enfrentar com mais eficiência o problema dos trabalhadores em situação irregular, cada ano mais numerosos, criando, entre outras, certas disposições para punir empregadores. [...] Consequentemente, a questão da admissão de pessoas de origem japonesa não foi objeto de um estudo especial dentro dos trabalhos de revisão da lei. [...] A consideração dos casos de entrada e saída de pessoas de ascendência japonesa, no e do Japão, tem por fundamento a idéia de que seria apropriado conceder a essas pessoas uma qualificação para permanência que não tenha nenhuma restrição de atividades, levando em consideração a existência de vínculos anteriores, com o Japão, através de ligações com alguma localidade, laços de sangue ou outros fatores. Assim, surge a posição do governo japonês, que é de *não promover ou restringir particularmente o ingresso ou a saída dessas pessoas, deixando isso ao alvedrio individual* (ISHIGAKI, 1992, p. 23-25, grifo nosso).

Notamos, então, que o princípio adotado por legislações é diferente, no caso do Brasil e do Japão. O Brasil tem adotado o princípio de *jus soli* – política de aquisição da nacionalidade aos que

nascem no seu território – diferentemente do Japão, que adota o princípio de *jus sanguinis*, ou seja, a aquisição de nacionalidade dos filhos através da nacionalidade dos pais (MIYOSHI, 1993, p. 174).

Se a Reforma das Leis de Controle de Imigração do Japão não favoreceu explicitamente os estrangeiros descendentes de japoneses, por outro lado, o grande número de brasileiros com status de permanência de “cônjuges e filhos de japoneses” e “residentes por longo período” indica-nos que não houve empecilho para a entrada de descendentes de japoneses no Japão. Muitas vezes, as leis se apresentam ambíguas, com possibilidade de interpretações diferentes e, assim, proceder conforme as circunstâncias vigentes.

Apesar de o governo japonês afirmar ter uma postura de neutralidade em relação aos *dekasseguis*, não estimulando nem restringindo as suas atividades (TODA, 1992, p. 60), na Reforma da Lei de Imigração, houve algumas modificações importantes em relação aos descendentes de japoneses: *é a permissão de reentrada*. Esta refere-se “à permissão concedida ao estrangeiro que tenha a sua permanência no Japão autorizada, que sai e retorna ao Japão dentro do prazo concedido com o mesmo status de permanência e objetivo anterior” (MIYOSHI, 1993, p. 211). “Parágrafo 1º do artigo 26, da Lei de Controle de Imigração e reconhecimento de refugiados do Japão diz: “O Ministro da Justiça poderá, em conformidade com os procedimentos da Portaria Ministerial e mediante requerimento do interessado, conceder permissão de reentrada ao estrangeiro que se encontrar no Japão e que desejar sair do país e nele reentrar antes do vencimento do prazo de permanência (ou do período pelo qual possa permanecer no Japão, caso não tenha sido fixado o seu período de permanência). Nesse caso, mediante requerimento do interessado, o Ministro da Justiça poderá, julgando ser conveniente, converter a permissão em questão numa permissão de múltiplas reentradas” (MIYOSHI, 1993, p. 254).

Em parte, esta medida pode estar relacionada à estabilidade do contingente brasileiro a partir de 1992 (veja Tabela 4) que, com a permissão de reentrada, passam a poder transitar entre o Brasil e o Japão com um único visto (de 1 ou 3 anos). Assim, muitos voltam ao Brasil com intuito de ficar apenas por pouco tempo (algumas semanas ou meses) como férias do trabalho intenso de *dekassegui* e logo retornar ao Japão para dar continuidade ao serviço, no mesmo emprego.

Tendo recorrido sobre os vistos emitidos principalmente no que tange à população nipo-brasileira presente no Japão como trabalhador migrante, vale a pena averiguarmos mais alguns

aspectos presentes na nova Lei de Controle de Imigração nipônica, que, de uma certa forma, afetou aquela população.

Segundo Cornelius (1995, p. 382), os trabalhadores estrangeiros no Japão – englobando legais e ilegais – constituem apenas 1% ou menos da força de trabalho japonesa. Talvez sejam de 500 mil a 700 mil trabalhadores estrangeiros em relação a 65 milhões do total da população japonesa.

A estimativa de 500 mil trabalhadores estrangeiros, no ano de 1991, tem sido utilizada pelos oficiais do Ministério do Trabalho nipônico (IGUCHI, 1992, p. 3 *apud* CORNELIUS, 1995). O economista Junichi Goto estimou que cerca de 700 mil trabalhadores estrangeiros migrantes estariam compondo a força de trabalho no Japão em 1991, sendo que destes, 266.369 estariam legalmente empregados (GOTO, 1993 *apud* CORNELIUS, 1995, p. 382).

Houve um grande crescimento de estoque de residentes estrangeiros ilegais. Embora os números oficiais não sejam exatos, estimou-se em cerca de 280 a 300 mil ilegais no Japão (CORNELIUS, 1995), sendo a maioria proveniente dos países asiáticos, como Coréia do Sul, China, Bangladesh, Filipinas, Paquistão e Tailândia (MORITA; SASSEN, 1994, p. 154).

Diante desses números de ilegais, uma política imigratória mais restritiva foi implementada em 1990, incluindo sanções para empregadores de trabalhadores estrangeiros ilegais e o estreitamento no requerimento de vistos para determinadas nacionalidades como Paquistão e Bangladesh, pois muitos com estas nacionalidades entravam no Japão como turistas e, expirando o prazo do visto, tornavam-se imigrantes ilegais.

Entretanto, assim que começaram a restringir a emissão de vistos de entrada no Japão aos paquistaneses e aos bangladeshianos, os trabalhadores iranianos começaram a estabelecer no Japão pelo mesmo procedimento. O governo japonês estimou que havia mais de 40 mil imigrantes iranianos ilegais no país, empregados principalmente em firmas e fábricas de construção civil. Assim, os iranianos também sofreram restrições e exigências rigorosas para poderem entrar no Japão, como as duas nacionalidades antes citadas.

Em geral, esses migrantes ilegais eram homens que se dirigiam aos setores de construção e manufatureiro, e grande parte das mulheres imigrantes ilegais apreendidas em 1991 eram empregadas como *bar hostesses* e *entertainers* (CORNELIUS, 1995, p. 383), recrutadas pela “indústria do sexo” (MORITA; SASSEN, 1994, p. 154).

Bornstein nos aponta que houve quatro fases da imigração ilegal ao Japão. Na primeira fase, de 1950 até meados dos anos 70, eram a dos coreanos que entraram ilegalmente no Japão, (seguindo a migração forçada de um número substancial de coreanos) e estes trabalhavam para outros coreanos. A segunda fase, iniciada nos meados dos anos 70, foi a migração de mulheres provindas da Coréia, Tailândia e das Filipinas como esposas (de casamento arranjados), *entertainers*, *hostesses* ou prostitutas (*sex workers*). Após 1985, na terceira fase, vieram os homens provenientes da Tailândia, Coréia, Paquistão e Bangladesh para trabalhar em construção civil e em pequenas fábricas. A quarta, e a mais recente, seguiu a Reforma da Lei de Controle da Imigração de 1990, quando as nacionalidades dos imigrantes ilegais começaram a se ampliar no Japão, com a entrada de chineses e malasianos (BORNSTEIN, 1992, p. 72).

Morita e Sassen (1994, p. 157) indicam também que estava aparecendo e crescendo uma nova categoria de entrada ilegal – através de barcos (*boat*) que chegavam no território japonês ilegalmente. Em 1986 houve 2.751 apreensões nesta categoria. Este número subiu para 11.000 em 1988 e mais ainda em 1991: 27.100 apreensões. As nacionalidades dos maiores contingentes ilegais apreendidos no Japão são os vizinhos sul-coreanos, taiwaneses e malasianos que vêm crescendo desde 1987.

Na Reforma da Lei de Controle da Imigração do Japão, promulgada em junho de 1990, foram tomadas medidas para se evitar a entrada de imigrantes ilegais potenciais, como severas sanções aos empregadores do Japão: multas caras (algo em torno de 2 milhões de ienes, equivalente a cerca de 16 mil dólares) (MORITA; SASSEN, 1994, p. 161) e penas criminais de mais de 3 anos de prisão. Estas penas seriam aplicadas tanto aos empregadores, que saberiam estar empregando estrangeiros ilegais, quanto aos intermediários ou contratadores que sempre recrutaram trabalhadores para as firmas japonesas. Apesar de todo este esforço, na prática, apenas 350 empregadores foram penalizados por violação à nova Lei de Imigração, em 1991 e 1992 (CORNELIUS, 1995).

Uma vez que foi aplicado um rigor maior em relação aos imigrantes ilegais potenciais e também sanções aos empregadores japoneses e uma vez que o mercado japonês estava tendo sérios problemas com a falta de mão-de-obra em setores de manufatura, estes empregadores, não apenas de firmas pequenas mas também das grandes empresas, substituíram gradualmente os trabalhadores ilegais por trabalhadores descendentes de japoneses provenientes da América do Sul (YAMANAKA, 1991; KOMAI, 1992 *apud* MORITA; SASSEN, 1994, p. 162).

Como foi explanado anteriormente, os Dekasseguis nipo-brasileiros têm um acesso facilitado ao Japão, dada a sua consangüinidade; a possibilidade de exercer atividades no Japão sem restrições; a possibilidade de renovar o visto quantas vezes quiser e de vir a ser um residente permanente.

Segundo Cornelius (1995, p. 396), a política de oportunidades de imigração altamente liberal para os nikkeis da América Latina é vista pelas autoridades japonesas como um meio, politicamente de baixo custo, de ajudar a resolver a falta de mão-de-obra, com a vantagem adicional de que os imigrantes com ancestralidade japonesa não são vistos a perturbar a homogeneidade étnica mítica do país.

“Os documentos oficiais, que datam antes da reforma de 1989-1990 (da Lei de Imigração Japonesa), sugerem que a manutenção da homogeneidade cultural e ‘racial’ é a maior preocupação dos políticos e dos regimentos do Partido Democrata Liberal. Tais documentos sempre se referem à posse do Japão de um ‘grupo étnico, uma língua’ como um fator chave que contribuiu para o milagre econômico pós-guerra. Os *nikkeis* são aceitáveis porque, como parentes de japoneses, eles seriam capazes de assimilar a sociedade japonesa sem considerar a nacionalidade” (YAMANAKA, 1992, p. 07).

A Reforma da Lei de Controle Imigratória japonesa, discutida no final da década de 80 e tendo entrado em vigor em 1990, foi portanto, promulgada tendo em vista o fato de que, antes da maciça presença dos trabalhadores migrantes nikkeis brasileiros, havia muitos imigrantes ilegais e clandestinos presentes no Japão.

Tendo este contexto precedente – a presença de trabalhadores estrangeiros ilegais, a concomitante falta de mão-de-obra, as mudanças legislativas e facilidades burocráticas – a perspectiva é, portanto, segundo esse enfoque, de uma continuidade do fluxo migratório de brasileiros nikkeis para o Japão.

DEKASSEGUIS ENTREVISTADOS

Anteriormente apresentamos os números de brasileiros presentes no Japão, para termos uma idéia do tamanho desta população e da quantidade de brasileiros que foram como trabalhador migrante para o Japão a partir de meados da década de 80.

Os aspectos jurídicos e burocráticos neste movimento migratório foram abordados, referindo-se, inclusive, a estrangeiros de outras nacionalidades, muitos deles ilegais. A condição destes últimos foi importante para incentivar a demanda de mão-de-obra nikkei brasileira por parte dos japoneses.

Neste capítulo, mostraremos a pesquisa de campo com os dekassegus entrevistados.

1. Pesquisa de campo

Quando iniciamos a pesquisa de campo com os dekassegus em 1995, não tínhamos estabelecido ainda o recorte sobre o tema. Para tal, entrevistas informais prévias foram realizadas buscando os tipos de temas que seriam abordados a partir das experiências relatadas como dekassegui no Japão. Com esses dados, começamos a perceber quão diversas eram as experiências relatadas de cada um, dada a heterogeneidade da população dekassegui.

Diante dos vários “perfis” de dekassegus, assim como das diversas motivações para migrar, centramos a pesquisa em dekassegus casados que haviam retornado ao Brasil, que constituíram então a grande parte da nossa amostra de entrevistados. Ao todo foram 20 entrevistas, com 36 pessoas envolvidas, sem contarmos as pessoas de vários casos citadas pelos entrevistados e também as entrevistas informais e as que não foram gravadas. Estas últimas, embora não apareçam na caracterização da amostra de entrevistados, certamente nos trouxeram em alguns aspectos relacionados às experiências relatadas.

A escolha pelos dekassegus casados se deu no momento em que estávamos mais preocupados com o aspecto da estrutura familiar. Porém o enfoque deste estudo foi mudando durante as várias entrevistas, direcionando-nos mais e mais para a questão da negociação da identidade. As entrevistas realizadas com os dekassegus casados proporcionaram-nos um material qualitativo importante para a discussão sobre a questão da identidade entre os brasileiros descendentes de japoneses com experiência migratória.

De qualquer modo, a escolha por dekasseguis casados foi pautada sobre o fato de a migração internacional ser considerada como uma alternativa de estratégia de sobrevivência em alguns casos e em outros, como uma maneira de se obter um padrão material e econômico melhor e em menos tempo, para iniciar uma vida de casado ou como tentativa de recuperar o padrão anterior, que foi se deteriorando ao longo das décadas de 80 e de 90.

Inicialmente, utilizamo-nos da rede pessoal de amigos que serviram de informantes para a configuração da amostra de entrevistados – a chamada técnica de “bola de neve”, que autores como Margolis (1994, p. 20) utilizam.

Tendo estabelecido contatos iniciais com os amigos-informantes, solicitávamos que estes indicassem um outro dekassegui retornado que pudesse concordar em ser entrevistado. Tivemos o cuidado de diversificar os informantes para obtermos entrevistados diferentes, não viciando “a bola de neve”. Tal procedimento nos facilitou o contato, pois, na maioria das vezes, as entrevistas só foram concedidas mediante o grau de confiança estabelecido entre o informante que indicava e aquele dekassegui indicado.

Vale lembrar que este universo de entrevistados não tem pretensões quantitativas, porém qualitativas, não significando necessariamente uma experiência coletiva dos dekasseguis ou da sua maioria.

A partir dos relatos individuais, atentamos aos quais temas abordados por eles, buscando entender seu papel e atuação das redes sociais, bem como a negociação de identidades que permeara suas vivências migratórias entre o Brasil e o Japão.

Ao longo deste capítulo, trechos das entrevistas serviram para ilustrar uma determinada situação que, embora fosse uma experiência individual, muitas vezes (não necessariamente sempre) teriam sido vivenciada por outros dekasseguis não entrevistados.

Os dados da pesquisa de campo foram apresentados em alguns temas mais relevantes:

- Inicialmente apresentamos “dados demográficos” que seriam: nome (fictício)⁴; data e local da entrevista; quem foi entrevistado; faixa etária; descendência; geração, sexo; e escolaridade.

⁴ Por motivos éticos, os nomes dos entrevistados são fictícios.

- A ocupação anterior e os motivos da ida ao Japão, isto é, sobre a situação do entrevistado *antes* de se candidatar como dekassegui.
- Aspectos familiares – estado civil; casamento; tempo de casamento; número, idade e sexo dos filhos – que, de uma certa maneira, influenciou na tomada de decisão de migrar ao Japão.
- O destino da renda adquirida no Japão, sendo que muitas vezes estava atrelado aos planos (incluindo as mudanças de plano ao longo do tempo) e expectativas do dekassegui entrevistado e ao perfil familiar deste, sobretudo em relação aos filhos.
- O trânsito entre Brasil e Japão nos é indicado pela frequência das várias idas e vindas dos dekasseguis entrevistados entre estes dois países envolvidos e seus vários motivos.
- O trabalho no Japão – localidade; salário médio mensal em dólar; duração em cada emprego; e a ocupação.
- A experiência de retorno ao Brasil desses entrevistados.

Assim, este capítulo abordará os temas citados acima, limitando-nos apenas aos dados da pesquisa de campo. No conjunto destas várias tabelas, percebemos os contornos da amostra dos dekasseguis entrevistados e a trajetória percorrida nessa experiência migratória.

2. Dekasseguis entrevistados

A tabela 7 apresenta os dados agregados como: nome, data e local da entrevista; quem foi entrevistado; faixa etária; descendência; geração; sexo e escolaridade, analisados detalhadamente a seguir. Estas entrevistas foram realizadas entre 1995 e 1997, nas cidades de Campinas (13 entrevistas), Limeira (5) e São Paulo (2).

TABELA 7 – Perfil dos entrevistados

N.	NOME (FICTÍCIO)	DATA/LOCAL DA ENTREVISTA	QUEM FOI ENTREVISTADO	FAIXA ETÁRIA (1)	DESCEN-DÊNCIA (2)	GERAÇÃO (3)	SEXO (4)	ESCOLARIDADE (5)
1	Marcelo	13.03.95	Casal	30	M	2	M	3C
	Inês	São Paulo		30	M	2	F	3C
2	Pedro	16.09.95	Marido	40	J	3	M	2C
	Sílvia	Limeira		30	J	3	F	2C
3	Roseli	18.09.95	Esposa	40	ND	ND	F	2I
	William	Campinas		40	J	3	M	2C
4	Karen	20.09.95	A própria	40	J	2	F	1C
		Campinas						
5	Eunice	26.04.96	Esposa	40	J	2	F	3C
	Rodrigo	Campinas		40	ND	ND	M	3C
6	Cecília	30.04.96	A própria	20	J	3	F	3I
		Campinas						
7	Sandro	02.05.96	Casal	30	J	3	M	2I
	Edna	Campinas		30	ND	ND	F	2C
8	Takeo	26.05.96	Marido	60	J	1	M	1C
	Harumi	São Paulo		60	J	2	F	1C
9	Cláudio	30.03.97	Casal	30	J	2	M	2C
	Fátima	Campinas		20	ND	ND	F	2I
10	Satoshi	26.05.97	Casal	50	J	2	M	2C
	Ivete	Campinas		50	ND	ND	F	2I
11	João	12.06.97	Casal	20	M	2	M	1I
	Mércia	Campinas		20	J	3	F	2I
12	Celso	15.07.97	Marido	30	J	2	M	2C
	Irene	Campinas		30	ND	ND	F	2C
13	Caroline	17.07.97	A própria	20	J	2	F	3I
		Campinas						
14	Roberta	30.07.97	Esposa	40	J	3	F	3C
	Leandro	Limeira		40	J	3	M	2C
15	Beatriz	04.08.97	A própria	20	J	3	F	2C
		Campinas						
16	Tadeu	11.08.97	Casal	50	ND	ND	M	1I
	Andréia	Campinas		50	J	2	F	3C
17	Yukio	13.08.97	Casal	40	J	1	M	3C
	Zuleika	Limeira		30	J	3	F	2C
18	Luciano	25.08.97	Esposa	40	J	3	M	2I
	Heloísa	Limeira		30	ND	ND	F	3C
19	César	26.08.97	Casal	20	M	3	M	1I
	Marta	Campinas		20	J	3	F	2C
20	Nei	30.08.97	Esposa	30	J	2	M	2C
	Kayoko	Limeira		30	J	2	F	2C

Fonte: Pesquisa de campo.

Legendas:

(1) faixa etária: 20 = 20 a 29 anos; 30 = 30 a 39 anos; 40 = 40 a 49 anos; 50 = 50 a 59 anos; 60 = 60 anos ou mais

(2) descendência: J = descendentes de japoneses; M = mestiços; ND = não descendente de japoneses

(3) geração: 1 = 1ª geração (*issei*); 2 = 2ª geração (*nissei*); 3 = 3ª geração (*sansei*); ND = não descendente

(4) sexo: F = feminino; M = masculino

(5) escolaridade: 1I = 1º grau incompleto; 1C = 1º grau completo; 2I = 2º grau incompleto; 2C = 2º grau completo; 3I = superior incompleto; 3C = superior completo

Todos entrevistados eram do meio urbano⁵.

Estado civil

Conforme já dito, a amostra de entrevistados foi composta em sua maioria por casados: 15 casais casados (30 pessoas); 1 casal de noivos (2 pessoas); 1 viúva; 1 separada e 2 solteiras. Dentre estes, 8 casais participaram diretamente da entrevista, além de 3 homens casados, 7 esposas e 2 solteiras.

Faixa etária

Dentre os entrevistados, 12 pessoas tinham entre 30 e 39 anos, 10 pessoas entre 40 e 49 anos, 8 na faixa etária dos 20 aos 29 anos e 6 acima de 50 anos. A proporção sexual é de 16 homens para 20 mulheres entrevistadas, levando em consideração que, exceto os 16 casais, 4 mulheres se encontravam desacompanhadas de cônjuges (1 viúva, 1 separada e 2 solteiras).

TABELA 7.1 – Faixa etária por sexo

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	SEXO	
		MASCULINO	FEMININO
10 a 19 anos			
20 a 29 anos	8 (22.2%)	2	6
30 a 39 anos	12 (33.3%)	5	7
40 a 49 anos	10 (27.8%)	6	4
50 a 59 anos	4 (11.1%)	2	2
60 anos ou mais	2 (5.6%)	1	1
TOTAL	36 (100,0%)	16	20

Fonte: Pesquisa de campo.

⁵ Talvez se algum deles fosse do meio rural, ser um produtor agrícola, por exemplo, objetivos, motivos e trajetória poderia ter sido diferente (como perda da produção agrícola por causa das más condições climáticas, por pragas). De qualquer modo, isso não prejudicará o objetivo deste trabalho, que está centrada na questão da identidade do nikkei brasileiro no Movimento de kassegui.

Descendência

Adotando a definição utilizada pela ‘Pesquisa da População de Descendentes de Japoneses Residentes no Brasil’ (uma espécie de “censo” desta população específica), entende-se por *descendentes de japoneses* “todos os imigrantes japoneses e os japoneses residentes no Brasil com permanência superior a 3 meses e seus descendentes, sendo, pois, incluídos todos aqueles residentes no território brasileiro que tenham pelo menos um ascendente direto nas condições referidas” (CENB, 1990, p. 16).

Assim, havendo algum japonês entre os seus antepassados, acham-se incluídos todos os miscigenados de origem japonesa, independente do grau de miscigenação.

Tendo em vista esses critérios de descendência, na nossa amostra de entrevistados, dentre 36 pessoas, a maior parte dos entrevistados (24) era composta por descendentes de japoneses, sendo 4 mestiços e 8 brasileiros não-descendentes de japoneses.

TABELA 7.2 – Descendência por sexo

DESCENDÊNCIA	TOTAL	SEXO	
		MASCULINO	FEMININO
Descendente de japonês	24	11	13
Não-descendente de japonês	8	2	6
Mestiço	4	3	1
TOTAL	36	16	20

Fonte: Pesquisa de campo.

Apesar de o Movimento de kassegui ser voltado para os nikkeis, descendentes de japoneses, a presença de não-descendentes neste fluxo se dá, logicamente, através de casamentos mistos ou interétnicos (descendente de japonês(esa) casado(a) com não-descendente). Então, esses não-descendentes são aceitos como de kassegui no Japão, uma vez que ingressam naquele país como cônjuge ou dependente. Nesse sentido, por mais que o movimento migratório para o Japão tenha caráter restritivo, ao considerar a consangüinidade e a etnia do migrante no momento de conceder permissão de permanência naquele país, existem lacunas através das quais os não-descendentes também passam a ter a possibilidade de participar desse fluxo migratório.

Em outras palavras, para a população dos não-descendentes do Movimento de kassegui, o casamento é uma das portas de entrada ao país onde se escolheu como destino a partir do momento

em que se decide migrar, não significando, entretanto, que ocorram casamentos mistos apenas para tal finalidade.

Por outro lado, não são poucas as notícias de que o casamento seja uma saída para legalizar a sua condição de migrante, como podemos citar o caso das migrantes brasileiras – que passam a ser ilegais ao expirar o visto de turista – casarem com norte-americanos para obter o tão sonhado *green card* e legalizar sua situação, uma vez que o(a) cônjuge do(a) nativo(a) passa a ser amparado(a) pela legislação do país hospedeiro.

Geração

Sobre a geração dos entrevistados, 2 eram *isseis* (1ª geração); 13, *nisseis* (2ª geração); 13 eram *sanseis* (3ª geração) e 8, não-descendentes – conforme nos mostra a tabela abaixo.

TABELA 7.3 – Geração por descendência

GERAÇÃO	TOTAL	DESCENDÊNCIA		
		DESCENDTE. JAP.	MESTIÇO	NÃO-DESCENDTE.
1ª (issei)	2	2		
2ª (nissei)	13	10	3	
3ª (sansei)	13	12	1	
Não-descendente	8			8
TOTAL	36	24	4	36

Fonte: Pesquisa de campo.

A geração pode ser definida da seguinte forma:

“O imigrante japonês é considerado da 1ª geração (*issei*). O filho nascido de pai e mãe da 1ª geração é considerado da 2ª geração (*nissei*) e o filho nascido do casal de *nissei* é dito da 3ª geração (*sansei*). O descendente de japoneses nascido de casal de gerações diferentes terá a geração definida acrescentando-se uma unidade à numeração original da geração mais avançada dos pais. Por exemplo, o filho nascido de pais da 1ª e 2ª geração será, segundo esta definição, da 3ª geração. Outrossim, tendo em vista a existência de numerosos descendentes miscigenados de origem japonesa, adotou-se também divisões em subcategorias de ‘puro’ e ‘miscigenado’. Assim, o filho nascido de japonês (1ª geração) e não japonês será de 2ª geração-miscigenado, e o filho nascido do casal de *nissei*-puro e não japonês será um descendente de origem japonesa da 3ª geração-miscigenado. Este conceito é

independente do conceito de identidade referente à etnicidade, onde o indivíduo se auto-identifica, ou tem consciência de sua ascendência étnica. Não tem, pois, nenhuma correlação com os aspectos culturais, são índices atribuídos exclusivamente em função da posição ocupada dentro da linhagem genealógica” (CENB, 1990, p. 30).

Esses critérios foram-nos bastante elucidativos, uma vez que nos deparamos com situações semelhantes às citadas acima, como filho de pais de gerações diferentes.

A questão da geração também determina se o indivíduo pode ir ao Japão como *dekassegui*, pois a condição mínima e necessária é ser descendente de japoneses de até 3ª geração (*sansei*), ou ser cônjuge e/ou dependente deste, para poder obter visto de permanência de longa duração (de 1 a 3 anos). Apesar de os critérios adotados na pesquisa citada considerarem a geração mais avançada dos pais, já nos trâmites burocráticos para entrada no Japão, pode-se considerar o que lhe melhor convier.

Por exemplo, um filho de pai *nissei* (segunda geração) e de mãe *sansei* (terceira geração), segundo o critério utilizado na pesquisa de CENB, consideraria este filho como *yonsei* (quarta geração). Se assim fosse, ele não obteria visto de longa permanência no Japão, que em geral os *dekasseguis* conseguem. Então, se quisesse ir ao Japão para trabalhar, ele se apresentaria ao consulado como sendo *sansei* (3ª geração), seguindo a geração do pai, para conseguir um visto de longa duração. Nos tempos anteriores, parece ter havido momentos em que se considerava apenas a geração do pai, outrora só a da mãe. Entretanto, nos dias de hoje, diante da burocracia japonesa, esse critério já não é seguido.

Assim, a negociação da identidade já se faz presente diante da burocracia imigratória japonesa que, apesar de parecer rígida, mais uma vez abre lacunas, permitindo negociar a condição pessoal para satisfazer os requisitos necessários de ingresso ao Japão e poder trabalhar como *dekassegui*.

Isso se estende a alguns descendentes “miscigenados”. Se antes de se candidatarem como *dekassegui*, a questão da geração não lhes era tão importante na vida cotidiana brasileira, a partir do momento que quiseram migrar ao Japão, tais requisitos – ser descendente de japonês e de até terceira geração – vieram à tona e passaram a ser seu “passaporte”.

Dentre três descendentes miscigenados entrevistados, por exemplo, dois disseram ser *nisseis* (no caso *nissei* miscigenado, segundo o critério citado), alegando que o pai ou a mãe havia nascido no Brasil, mas tinha dupla cidadania (brasileira e japonesa), então, para o consulado japonês, a mãe ou o pai destes era considerado japonês(a), mesmo tendo nascido(a) no Brasil.

Escolaridade

A escolaridade dos entrevistados (tabela 7.4) é relativamente alta – 24 (66,6%) deles têm pelo menos o segundo grau completo ⁶. Embora a amostra de entrevistados seja limitada, os dados apresentados aqui refletem, de uma certa maneira, o nível médio-alto de escolaridade da população descendente de japoneses no Brasil todo. Nas palavras de Lili Kawamura (1997, p. 75, grifos da autora):

Uma destacada influência cultural japonesa na formação dos *nisseis* consiste na valorização máxima da *educação escolar* (a ponto de toda a família ‘sacrificar-se’ para que, pelo menos um de seus membros, conseguisse uma elevada formação escolar); valorização da *família*, principalmente os pais e os mais velhos; da *disciplina no trabalho* e do *autocontrole das emoções*, o que veio influenciar sobremaneira sua conduta perante o trabalho, a família, a escola e o lazer.

TABELA 7.4 – Escolaridade

ESCOLARIDADE	TOTAL	
	Nº ABSOLUTO	%
1º Grau incompleto	3	8,3
1º Grau completo	3	8,3
2º Grau incompleto	6	16,7
2º Grau completo	14	38,9
Superior incompleto	2	5,6
Superior completo	8	22,2
TOTAL	36	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

3. Antes de partir

O que os dekasseguis entrevistados faziam antes de migrar ao Japão e o que os levaram a se candidatar como dekassegui? As respostas foram bem variadas, como veremos a seguir.

As ocupações anteriores à experiência migratória para o Japão, declaradas pelos entrevistados que partiram para o Japão foram bastante diversificadas:

- 1 engenheiro (de multinacional);
- 1 engenheiro civil (autônomo);
- 1 técnico de mecânica de precisão;

⁶ Estes 24 entrevistados correspondem à soma dos 14 com 2º grau completo e os com grau de escolaridade acima disso: os 2 entrevistados com curso superior incompleto e os 8 com superior completo.

- 1 eletricista;
- 1 chefe de sessão de almoxarifado (de multinacional);
- 1 torneiro ferramenteiro;
- 2 gerentes de loja (de departamento);
- 1 gerente de cooperativa (de banco);
- 1 dono de locadora de vídeo;
- 1 comerciante de frios e laticínios;
- 1 vendedora de cosméticos;
- 2 motoristas de caminhão;
- 1 atendente de agência de turismo;
- 1 secretária de companhia de seguro;
- 1 auxiliar de dentista;
- 1 auxiliar administrativa de contábeis;
- 2 professoras de primário em escola de rede pública;
- 1 funcionária pública (auxiliar de secretária);
- 4 estudantes (2 universitárias; 1 colegial e 1 de supletivo);
- 1 estagiária recém-formada em escola técnica;
- 2 aposentados;
- 1 dona de casa;
- 1 sem ocupação.

Algumas entrevistadas declararam duas ocupações, como por exemplo, ser estudante e atendente de turismo, isto é, trabalhavam e estudavam ao mesmo tempo, como são os casos de Mércia, Caroline e Beatriz.

E dentre aquelas que permaneceram no Brasil, a maioria era casada e seus cônjuges haviam migrado ao Japão para trabalhar (sendo que apenas um era homem, o ex-planejador técnico). Dentre os que permaneceram no Brasil tinham as seguintes ocupações:

- 2 donas de casa;

- 1 dona de lanchonete;
- 1 atendente de agência de turismo;
- 1 gerente de banco;
- 1 comerciante de bebida (depósito).

De uma certa maneira, os nikkeis candidatos a dekassegui tinham ocupações desde as mais qualificadas, como engenheiro, até as que exigiam menos qualificação. Em termos de ganhos salariais podemos dizer o mesmo. Isso reflete, em parte, os vários motivos que levaram estes entrevistados a migrarem ao Japão para trabalhar como dekassegui.

4. Motivos para migrar ao Japão

Diversos motivos levaram os entrevistados a migrarem, acionando as redes sociais migratórias, a saber:

- 10 foram por curiosidade, aventura;
- 3 para fugir da rotina no Brasil;
- 2 por outros motivos não financeiros (como falecimento de alguém próximo e por isso não queriam ficar no Brasil após a morte deste);
- 4 por dinheiro rápido com finalidade, como: montar um pequeno negócio ou ampliar o já existente, comprar e/ou montar casa;
- 5 por dinheiro, para melhorar a situação econômica vigente, procurando obter uma renda melhor, um padrão econômico mais alto do que o anterior;
- 3 por dinheiro rápido, mas sem saber exatamente para quê;
- 2 por questão de sobrevivência, isto é, a renda obtida no Japão era fonte principal para sustentar a família;
- 4 por algum conhecido, familiar ou parente que já estava no Japão e o(s) chamava(m) para trabalhar (com moradia e emprego garantidos).

Foram considerados como motivos todos aqueles que levaram o entrevistado a decidir migrar, incluindo os referentes às várias idas ao Japão, não apenas aos da primeira vez.

Notamos que quem declarou curiosidade/aventura como motivo para ir ao Japão, em geral, foi devido à atratividade exercida pelo dinheiro rápido – mesmo que não estivesse necessitando dessa renda naquele momento.

Outra observação possível é que encontramos casos cujos motivos foram mudando ao longo do tempo, isto é, cada vez que uma pessoa ia como dekasegui, ia por motivos diferentes das vezes anteriores. São os casos de João e Mércia; Yukio; Luciano; Sandro e Edna.

Por exemplo, a primeira vez de Yukio e Luciano como dekasegui foi por curiosidade, sem necessidade econômica. Já a segunda e a terceira vez foram por dinheiro, pois ambos estavam atravessando um período muito difícil financeiramente e eles não foram para montar ou ampliar algum negócio, mas para obter renda no Japão, que passou a ser a principal fonte de renda para o sustento da família.

Outros casos – como o de Sandro e Edna e o de Cláudio e Fátima – mudaram seus objetivos ao longo da experiência migratória no Japão. Inicialmente foram por curiosidade, mas as esposas engravidaram no Japão. Isso alterou os planos dos casais, fazendo a renda do marido a principal fonte de renda – o que o fazia, então, procurar um emprego que pagasse melhor. Por exemplo, Sandro saiu da fábrica de autopeças e passou a trabalhar em manutenção de linhas de trem, um dos empregos mais perigosos e pesados e por isso mesmo com boa remuneração, enquanto a mulher grávida trabalhava menos e recebia menos do que o homem⁷.

5. Perfil familiar dos entrevistados

O perfil familiar dos entrevistados refere-se ao estado civil, tempo de casamento, número, idade e sexo dos filhos. Dependendo da estrutura familiar, do ciclo de vida familiar (solteiros; noivos; recém-casados; casados com filho – na primeira infância, na adolescência, adulto, dependente, economicamente ativo; sem filho; separados; etc.), a experiência migratória pode ter feições distintas. Este aspecto pode não ser um fator determinante em todos os casos – precisamos levar em conta vários outros fatores em conjunto para traçarmos a trajetória de um dekasegui –, mas certamente é importante o considerarmos.

Na pesquisa de campo, tivemos 2 casais entrevistados (César e Marta; João e Mércia) que se conheceram no Japão, trabalhando na mesma fábrica ou por terem amigos (brasileiros) em comum. Até se conhecerem e decidirem se casar, não tinham finalidades definidas para o dinheiro obtido no Japão. A partir do momento que resolveram se unir, o destino desse montante ganhou novas feições: casar, comprar e montar uma casa no Brasil. Houve outro caso, o de Beatriz: ela engravidou quando os dois voltaram ao Brasil por um curto período. Assim que soube disso, ela decidiu ter o filho no Brasil e voltou ao Japão para tentar a vida ao lado do cônjuge, mas não deu certo.

Também percebemos que a idade dos filhos pode influenciar na tomada de decisão. Em geral, casais com filhos pequenos no Japão ficam trabalhando lá até a criança atingir a idade escolar, preferindo voltar ao Brasil para a criança ingressar numa escola “brasileira”. Colocar a criança numa escola no Japão e interromper seus estudos e seu círculo de amigos, quando os pais decidissem retornar ao Brasil, seria “judiar demais da criança” (Sandro e Edna; Kayoko).

Um outro aspecto em que a idade dos filhos influencia na tomada de decisões é se estes forem dependentes (ou seja, estiverem na primeira infância até a adolescência) e, portanto, não forem economicamente ativos.

Alguns casos de dekasseguis que foram pela primeira vez por curiosidade ou aventura, e depois por dinheiro, tinham filhos já com idade adulta.

6. A renda obtida no Japão

A questão dos filhos está intrinsecamente ligada também a dois outros fatores importantes: as remessas (abordadas no capítulo 4) e a “poupança” feita com o intuito de investí-la posteriormente no Brasil.

Nesse sentido, quem tinha filho não economicamente ativo – pequeno ou adolescente ainda, dependente da renda dos pais – e a principal renda obtida no Japão era como dekassegui, conseguia poupar muito pouco, uma vez que as remessas enviadas para o Brasil eram destinadas ao sustento da família, como o caso de Pedro; Eunice; Tadeu e Andréia; Yukio. Em outros – como o já citado caso de Sandro e Edna, que tiveram uma filha no Japão – a renda era para sustentar a família no Japão.

⁷ Mesmo sem estar grávida, em geral a mulher trabalhadora, no Japão, recebe um salário bem inferior ao que o

Quem não tinha essa preocupação, isto é, quando havia outra fonte de renda no Brasil ou não tinha filhos, conseguia poupar o suficiente para abrir um negócio – como Cláudio, que abriu uma lanchonete, e Celso, que abriu um comércio de frios e laticínios – ou ampliar o já existente, como Pedro, que ampliou sua locadora de vídeo.

Dentre os que pouparam, alguns entrevistados pretendiam comprar ou construir casa no Brasil: Cláudio e Fátima; João e Mércia; Leandro; Nei e Kayoko. Já Takeo e Satoshi, apesar de receberem aposentadoria no Brasil, contavam com a poupança obtida como dekassegui para os manter.

Dez pessoas declararam não ter se preocupado em poupar muito, o que é bastante relativo. Muitas vezes, isso estava associado à curiosidade ou à aventura num primeiro momento, mas em outras idas (pela segunda ou terceira vez) ao Japão, o motivo da migração se modificava, sendo justamente mobilizados pela necessidade econômica.

De um modo geral, percebemos então que o destino da renda individual dos entrevistados está intimamente relacionado aos seus objetivos, circunstâncias de diversas naturezas (como composição familiar, situação ocupacional, conforme já vimos) e expectativas (abrir um pequeno negócio, por exemplo). Mais adiante, no capítulo 4, trataremos da questão das remessas a nível mais macro, isto é, aspectos econômicos do fluxo dos dekassegui no seu conjunto.

7. Entre Brasil e Japão

Como pudemos notar, os descendentes de japoneses candidatos a dekassegui mencionados (e seus cônjuges e/ou dependentes), tiveram acesso facilitado para ingressar ao Japão. Vale lembrar a existência do *visto de reentrada*, promulgada na reforma da lei de controle migratória nipônica (já discutida no capítulo 1) que facilita o trânsito de nikkeis dekasseguis entre o Japão e outros países.

Essas várias idas e vindas de dekasseguis entre os dois países envolvidos começaram a se intensificar a partir de um certo desenvolvimento do processo migratório e a concomitante formação e consolidação das redes sociais migratórias promovidas por esse fluxo. Esse trânsito de dekasseguis entre Brasil e Japão se revelou com intensidade no final da década de 80 e início dos anos 90, como pudemos ver claramente através do número de brasileiros presentes no Japão (Capítulo 1).

homem ganha.

Embora o número de dekasseguis entrevistados fosse bem limitado, podemos ver na tabela 8 que 19 pessoas citadas (50% do universo) foram pela primeira vez ao Japão em 1990 e 1991 – período em que se apresentaram as maiores taxas de crescimento da população brasileira no Japão.

TABELA 8 – Ano em que foram pela 1ª vez ao Japão

ANO EM QUE FOI PELA 1ª VEZ	Nº DE PESSOAS CITADAS
1988	2
1989	3
1990	9
1991	10
1992	3
1993	4
1994	3
1995	4
TOTAL	38

Fonte: Pesquisa de campo.

Abrimos um parênteses aqui para esclarecer a diferença do total das tabelas referentes ao tempo de permanência no Japão e no Brasil e a referente à frequência de ida ao Japão (38 pessoas citadas) com o total de 36 das demais. Até agora, a pesquisa de campo contou com 36 pessoas citadas nas entrevistas. Entretanto, nem todos eles haviam migrado – 30 foram ao Japão como dekassegui e 6 permaneceram no Brasil enquanto o respectivo cônjuge ou algum membro da família estava no Japão. Neste caso de tempo de permanência, além dessas 30 pessoas que migraram ao Japão, foram consideradas mais 8, citadas durante a entrevista e que não constaram nos dados anteriores (como dados demográficos, perfil familiar, ocupação anterior). Estas 8 pessoas⁸ são outros membros da família como mãe, filhos, irmãos e ex-marido, que migraram em momentos diferentes, mas que provavelmente influenciaram de alguma maneira na decisão de migrar do entrevistado. Fecha parênteses.

No início do movimento, nos meados da década de 80, por exemplo, era inimaginável a mesma proporção de nikkeis brasileiros se destinando ao Japão como entre 1990 e 1991; sobretudo porque nesse momento a ida como dekassegui era censurada pelos integrantes da colônia japonesa no Brasil.

⁸ Na tabela 12 do anexo, estas 8 pessoas adicionais são os números 6, 9, 10, 11, 19, 20, 29 e 32 da coluna B. Os demais são os 30 entrevistados que migraram ao Japão como dekassegui.

Tal massificação não se deu por acaso. Existe uma série de fatores que proporcionaram esse grande volume. O sucesso dos primeiros dekassegui, ou de pelo menos alguns, certamente acabou alimentando o sonho de muitos candidatos seguintes, que entenderam a migração como uma boa alternativa para driblar a crise brasileira ou para alcançar determinado padrão econômico e material em menos tempo.

Além disso, a presença de amigos, conhecidos, parentes ou familiares, presentes no Japão e já experientes como dekassegui, acabou facilitando a ida de outros, pois este fato proporcionou segurança e laços de confiança para pisar num país estranho⁹.

Além do período de massificação, é importante ressaltarmos que o tempo de permanência dos dekassegui varia tanto no Japão quanto no Brasil. De uma certa maneira, a facilidade ou flexibilidade de tempo pode estar associada ao fato de esses dekassegui nikkeis brasileiros, por mais que muitos tenham necessidade econômica, não serem pobres ou miseráveis. A migração ao Japão não é exatamente uma questão de sobrevivência, é muito mais uma alternativa ou estratégia para alcançar, manter ou recuperar um determinado padrão econômico e material, que, mesmo antes de partir ao Japão, não era tão baixo em relação à média da população brasileira. Em outras palavras, não são os pobres, mas a classe média que participa da migração internacional, como a dos dekassegui no Japão.

Assim, não é difícil encontrarmos casos, pelo menos entre os entrevistados desta pesquisa, em que o dekassegui retornou ao Brasil por motivos de doença ou falência de seus familiares, abrindo mão de trabalhar no Japão por uma boa remuneração. Independentemente dos motivos para retornar ao país de origem, gostaríamos de frisar, aqui, *a facilidade e a flexibilidade do dekassegui de ir e vir*. Talvez se a migração ao Japão fosse uma questão de sobrevivência, ele não retornaria tão fácil ao Brasil, como tem ocorrido.

Além disso, podemos dizer que a migração de dekassegui nipo-brasileiros ao Japão foi se tornando cada vez *menos* seletiva ao longo do processo migratório. De início, a ida ao Japão tinha um cunho econômico – juntar uma poupança para melhorar financeiramente ou quitar dívidas etc. – e, para isso, o dekassegui precisaria ter um determinado perfil e ser economicamente ativo e produtivo, isto é, estar em condições físicas e em idade produtiva para obter um emprego e a renda desejada.

⁹ Sobre isso, será discutido mais a fundo no próximo capítulo sobre o desenvolvimento das redes sociais.

Após uma certa etapa do fluxo, começaram a migrar pessoas não apenas pelo fator econômico, como era mais marcante no início do fluxo.

Após a massificação, a presença marcante de brasileiros e a constituição de redes sociais destes no Japão, encontramos senhoras vovós que vão ao Japão para cuidar dos seus netos, enquanto seu filho e nora (ou vice-versa) trabalhando na fábrica – migrantes estas que não são diretamente produtivas ou provedoras de renda, mas indiretamente contribuem para assegurar o sucesso da experiência migratória de seus familiares.

Posto isto, vamos ver as idas e vindas e o tempo de permanência dos dekasseguis entrevistados no Japão e no Brasil (tabelas 8.1, 8.2 e 8.3).

TABELA 8.1 – Frequência de idas ao Japão

IDAS AO JAPÃO	QUANTOS FORAM	CONTINUAM NO JAPÃO
Apenas 1 vez	16 (42,1%)	3
2 vezes	13 (34,2%)	5
3 vezes	9 (23,7%)	4
TOTAL	38 (100,0%)	12

Fonte: Pesquisa de campo.

Dentre 38 pessoas citadas por eles, 16 foram ao Japão apenas 1 vez, sendo que destes 3 continuaram no Japão no momento da pesquisa de campo; 13 foram 2 vezes e destes 5 continuaram no Japão; 9 foram 3 vezes e destes 4 permaneceram no Japão.

Em outras palavras, 40% dos dekasseguis entrevistados foram apenas 1 vez ao Japão e outros 60% foram mais de uma vez ao Japão, podendo nos indicar a facilidade da ida ao Japão. Além disso, os que foram apenas 1 vez, ainda podem ir ao Japão novamente, se a situação no Brasil “apertar”.

Dentre as 16 pessoas citadas que foram apenas 1 vez ao Japão, 2 permaneceram lá por menos de 1 ano, 4 pessoas permaneceram 1 ano, 3 pessoas por 2 anos, 3 por 3 anos, 1 por 5 anos e 3 continuam no Japão (Tabela 8.2). Isso nos mostra que o tempo de permanência dos dekasseguis brasileiros tem variado muito, de acordo com seus motivos, expectativas e experiências.

TABELA 8.2 – Tempo de permanência no Japão

PERMANÊNCIA NO JAPÃO (a)	1 VEZ	2 VEZES	3 VEZES	TOTAL
Menos de 1 ano	2	1	2	5
1,00 a 1,11 ano	4	7	3	14
2,00 a 2,11 anos	3			3
3,00 a 3,11 anos	3			3
4,00 a 4,11 anos				
5,00 a 5,11 anos	1			1
Continuam no Japão	3	5	4	12
TOTAL	16	13	9	38

Fonte: Pesquisa de campo.

Legenda: (a) o dígito à esquerda da vírgula indica o ano e os números decimais são os meses (exemplo: 1,00 = 1 ano; 1,11 = 1 ano e 11 meses).

Na tabela 8.3, podemos ver que no primeiro retorno ao Brasil, após a primeira ida ao Japão, dentre 22 pessoas citadas: 11 ficaram menos que 4 meses no Brasil; 2 ficaram de 7 a 12 meses; 5 ficaram de 1 a 2 anos; e 3 ficaram 2 anos ou mais no Brasil, para depois embarcarem novamente ao Japão. Entre 9 que retornaram ao Brasil após a segunda ida ao Japão, 4 permaneceram no Brasil por 2 meses; 1 por 4 meses; 1 por 7 a 12 meses; 1 de 1 a 2 anos; e 2 por mais de 2 anos, para em seguida retornarem ao Japão novamente. Em suma, cerca de 50% dos entrevistados, ficaram menos de 4 meses no Brasil, para em seguida retornarem ao Japão, sendo que a maioria estava com passagem marcada de retorno ao Japão, através do uso do visto de reentrada e até com emprego assegurado.

TABELA 8.3 – Tempo de permanência no Brasil

PERMANÊNCIA NO BRASIL (a)	1º RETORNO AO BRASIL	2º RETORNO AO BRASIL
1 mês	1	
2 meses	5	4
3 meses	4	
4 meses	1	1
5 meses		
6 meses		
7 a 12 meses	2	1
13 a 24 meses	5	1
25 meses ou mais	4	2
TOTAL	22	9

Fonte: Pesquisa de campo.

Legenda: (a) os retornos ao Brasil considerados aqui, são seguidos de volta pela 2ª e 3ª vez ao Japão.

Outros que permaneceram no Brasil por mais tempo não pretendiam voltar mais para o Japão, mas as circunstâncias vigentes no Brasil os fizeram considerar o Japão mais uma vez em seus planos.

8. Trabalho no Japão

A tabela 9 refere-se ao trabalho no Japão dos dekasseguis entrevistados, onde foram apontados dados referentes às cidades e províncias, o salário médio em dólar, a duração em cada emprego e a função ocupada.

TABELA 9 – Trabalho no Japão

Nº	NOME	LOCALIDADE (1)	SALÁRIO MÉDIO MENSAL EM DÓLAR (2)	DURAÇÃO EM CADA EMPREGO (3)	EMPREGO, OCUPAÇÃO NO JAPÃO
1	Marcelo Inês	Matsudo-shi (Chiba-ken)	?	ambos: 3,09	ambos: fábrica de autopeças
2	Pedro Sílvia	ele: Saitama-ken	ele: US\$ 6.500	ele: 2,09	ele: (1º) (2º) fábrica de autopeças
3	Roseli William	Saitama-ken	?	?	(1º) (2º) (3º) ind. Siderúrgica; (4º) construção civil
4	Karen	---	---	---	---
5	Eunice Rodrigo	ela: Yamaguchi- ken	ela: US\$ 1.800	ela: 2,04	ela: (1º) (2º) caddy (carregadora de taco de golfe)
6	Cecília	(1º) (2º) Nagoya- shi (Aichi-ken); (3º) Nagano-ken	ela: US\$ 2.400	(1º) 0,02 (2º) 0,06 (3º) 0,03	(1º) empacotar corrente para pneu de neve [arubaito (4)]; (2º) controle de estoque em uma madeireira; (3º) estação de sky (arubaito)
7	Sandro Edna	(1º) Suzuka-shi (Mie-ken) (2º) Chiba-ken	ele: (1º) US\$ 2.800 (2º) US\$ 4.000 ela: (2º) US\$ 1.200	ele: (1º) 0,10 (2º) 4,02 ela: (1º) 0,04 (2º) 1,07	ambos: (1º) linha de montagem (banco de carro). Mas ela engravidou, parou de trabalhar. ele: (2º) manutenção de linha de trem ela: (2º) cozinheira, fazia marmita para a mesma empreiteira
8	Takeo Harumi	ele: (1º) Tóquio (2º) Osaka (3º) Nagoya-shi (Aichi-ken); ela: (1º) Chiba-ken	?	ele: (1º) 0,06 (2º) 0,04 (3º) 1,03 ela: (1º) 1,03	Ele: (1º) construção civil; (2º) fábrica de arame, tela; (3º) manutenção de linha de trem ela: (1º) kaseifu (cuidar de pacientes em hospital)
9	Cláudio Fátima	Shizuoka-ken	ele: US\$ 2.800 ela: US\$ 1.800	ambos: 2,06	ambos: linha de montagem de carro
10	Satoshi Ivete	ele: Ayase-shi (Kanagawa-ken)	ele: US\$ 3.200	ele: 0,11	ele: fábrica de rodas de carro

11	João Mércia	Suzuka-shi (Mie-ken)	ele: US\$ 3.500 ela: US\$ 2.500	ele: (1º) 2,06 (2º) 1,06	ele: (1º) linha de montagem (armação do banco de carro); (2º) autopeças
12	Celso Irene	Saitama-ken	ele: US\$ 2.800 ela: US\$ 1.200	ela: (1º) 3,00 Ambos: 3,01	ela: (1º) montagem de peças de fax ambos: fábrica de escadas para edifícios (em todas as vezes que foram para o Japão)
13	Caroline	Saitama-ken	ela: US\$ 2.200	ela: 1,03	(1º) (2º) kensa (verificar produtos)
14	Roberta Leandro	ele: Ayase-shi (Kanagawa-ken)	ele: US\$ 3.500	ele: 5,00	ele: fábrica de rodas
15	Beatriz	(1º) Tochigui-ken (2º) Shizuoka-ken (3º) Tochigui-ken	(1º) US\$ 1.800 (2º) US\$ 2.200 (3º) = (1º)	(1º) 1,06 (2º) 0,06 (3º) 0,06	(1º) kensa (verificar lentes); (2º) linha de montagem; (3º) voltou ao (1º)
16	Tadeu Andréia	Tochigui-ken	ele: US\$ 3.200 ela: US\$ 1.200	ele: (1º) 2,08 ela: (1º) 0,11 (2º) 1,00 filho: (1º) 1,04	ambos foram para um frigorífico (de carne de porco). ele: (1º) no forno. ela: (1º) embalagem de alimentos; (2º) fazer marmita em supermercado. filho: (1º) peixaria de um supermercado (ainda era menor); (2º) soldador de peça de carro; (continuou no Japão)
17	Yukio Zuleika	ele: (1º) Nagoya (Aichi-ken) (2º) (3º) Toyota-shi (Aichi-ken)	ele: US\$ 3.000	ele: (1º) 1,00 (2º) 0,02 (3º) 0,09	ele: (1º) linha de montagem de carro; (2º) (3º): autopeças (carpetes de carro)
18	Luciano Heloísa	ele: (1º) Nagoya (Aichi-ken) (2º)(3º) Toyota-shi (Aichi-ken)	ele: US\$ 3.000	ele: (1º) 1,00 (2º) 2,04	ele: (1º) linha de montagem de carro; (2º) (3º) autopeças (carpetes de carro) (continuou no Japão)
19	César Marta	ele: (1º) Shizuoka-ken; (2º) Iwate-ken; (3º)(4º) Shizuoka-ken ela: (1º) Hiroshima-ken; (2º) (3º) (4º) Shizuoka-ken	ele: (1º) US\$ 1.900 (2º) US\$ 4.500 (3º) US\$ 3.000 (4º) US\$ 3.200 ela: de US\$ 1.800 a US\$ 2.300	ele: (1º) 0,04 (2º) 1,00 (3º) 3,00 (4º) 0,05 ela: (1º) 0,08 (2º) 0,05 (3º) 0,04 (4º) 1,00	ele: (1º) tirar rebarba de motor de jet sky; (2º) fazer copinho de iogurte (injetora de plástico); (3º) fabr. autopeças (parte elétrica); (4º) amortecedor de motos. ela: (1º) embalagem de alimentos; (2º) montar placa de CD; (3º) montar aquecedor de água; (4º) injetora de plástico. (Os 3 1ºs empregos dela eram temporários)
20	Nei Kayoko	Isuzu-shi (Kanagawa-ken)	ele: US\$ 3.500 ela: US\$ 2.200	ambos: 2,05	Ambos: linha de montagem

Fonte: Pesquisa de campo.

Legenda: (1º), (2º), (3º) referem-se ao emprego, nas colunas sobre cidade; salário e ocupação.

(1) localidade: os sufixos "shi" significam "cidade"; e "ken", "província".

(2) alguns salários foram declarados em iene / hora. Esses valores foram aproximados para dólar/mês (US\$/m), a título de comparação. Para tal, supomos que o entrevistado trabalhou 10 horas por dia (tomado como média além das 8 horas normais de trabalho, pois muitos dekasseguis entrevistados disseram trabalhar mais de 3 a 5 horas extras e considerando que trabalhou 25 dias por mês, multiplicou-se o valor (em iene) declarado por 250 horas por mês, convertendo o iene para dólar segundo a taxa de câmbio do período migrado.

(3) o dígito à esquerda da vírgula indica o ano e os números decimais são os meses (exemplo: 2,05 = 2 anos e 5 meses; 1,11 = 1 ano e 11 meses)

(4) *arubaito* significa, em japonês, trabalho de meio período. Esta palavra provém de *arbeit*, em alemão, que significa trabalho.

Localidade

Em termos de localidade, 9 dekasseguis entrevistados estiveram trabalhando na província de Shizuoka; 6 na província de Aichi, sendo que 4 foram para a metrópole de Nagoya e 2 para a cidade de Toyota (onde há a fábrica de carros com este nome); 4 para província de Saitama; 3 para província de Chiba; 3 para Kanagawa, sendo que 2 foram para a cidade de Ayase-shi; 3 para Tochigui; 2 para a cidade de Suzuka na província de Mie; 1 para Yamaguchi (ao sul da ilha principal Honshu); Nagano (para as estações de *sky*); Tóquio; Osaka, Iwate e Hiroshima. De uma maneira geral, a maioria dos dekasseguis entrevistados se dirigiram para a parte central do Japão, principalmente onde há indústrias do setor manufatureiro (cf. Tabela 9.1 e Mapas 2 e 2.1).

Nenhum dos entrevistados foram para a província de Gunma, onde se localizam a cidade de Ôta e Oizumi. Apesar da grande quantidade de dekasseguis brasileiros na província de Aichi¹⁰, havia maior concentração de brasileiros no Japão, em 1997, na cidade de Oizumi, na província de Gunma. Conforme artigo de uma revista: “Eles representam nada menos do que 9% da população, o que dá 3.734 dos 41 mil habitantes da cidade” (MADE IN JAPAN, ago./set. 1997, p. 51), e também conforme as informações do entrevistado Yukio (13.08.97).

¹⁰ Segundo Watanabe (1995, p. 61), em junho de 1993, havia quase 30 mil brasileiros registrados na província de Aichi; em segundo lugar, na província de Shizuoka, com cerca de 21 mil brasileiros; em terceiro, havia mais de 14 mil na província de Kanagawa; em quarto lugar, pouco mais de 10 mil na província de Saitama; e em quinto, mais de 8,5 mil brasileiros em Gunma. Somando essas cinco províncias, onde havia maior presença de brasileiros, totalizou 84 mil brasileiros, representando 54% da população total de brasileiros registrados no Japão (cerca de 155 mil, segundo os dados oficiais).

TABELA 9.1 – Localidades no Japão

PROVÍNCIA	(CIDADE)	Nº DE DEKASSEGUIS ENTREVISTADOS
Shizuoka		9
Aichi	6	
(Nagoya)		4
(Toyota)		2
Saitama		4
Chiba		3
Kanagawa	3	
(Ayase-shi)		2
Mie	(Suzuka-shi)	2
Yamaguchi		1
Nagano		1
Tokyo		1
Osaka		1
Iwate		1
Hiroshima		1

Fonte: Pesquisa de campo.

Obs: Considerou-se as várias localidades por onde o dekassegui entrevistado esteve, isto é, com a mudança de emprego, ele migrou internamente, durante a estadia no Japão.

Em termos de ocupação, a tabela 9.2 nos mostra as citadas pelos dekasseguis da pesquisa de campo:

TABELA 9.2 – Ocupações citadas

OCUPAÇÕES	SEXO		TOTAL
	MASC.	FEM.	
Ind. autopeças (linha de produção, montagem)	19	5	24
Ind. siderúrgica	1		1
Embalagem		2	2
Fábrica de escadas (linha de produção)	2	1	3
Injetora de plástico	1	1	2
Fábrica de componentes eletrônicos		2	2
Frigorífico (forno)	1	1	2
Construção civil	2		2
Manutenção de linha de trem	2		2
Controle de sessão		1	1
Caddy (carregadora de taco de golfe)		1	1
Estação de sky		1	1
Cozinheira; fazer marmita		2	2
Kaseifu (cuidar de doentes)		1	1
Kensa (verificar produto final)		2	2
Peixaria em supermercado	1		1
TOTAL	29	20	49

Fonte: Pesquisa de campo.

O fato de o número de ocupações ser maior do que o número de entrevistados (e/ou pessoas citadas por eles) é porque alguns deles mudaram de emprego durante a temporada no Japão. Por exemplo, 6 pessoas mudaram de emprego pelo menos 1 vez, e 3 pessoas mudaram 2 vezes.

Também precisamos considerar aqueles que retornaram ao Brasil temporariamente (como vimos no Tempo de Permanência), mas voltaram ao Japão com passagem marcada e emprego assegurado. Alguns voltaram exatamente para o mesmo emprego, como é o caso de 10 pessoas entre 36.

Existem aqueles que retornaram ao Brasil com intenções de “ficar de vez”, mas, diante das circunstâncias vigentes no Brasil, resolveram voltar para o Japão e conseguiram o mesmo emprego na mesma fábrica, facilitado pelo contato e boa conduta na experiência anterior.

A maioria dos empregos ocupados pelos dekasseguis entrevistados eram, então, do setor manufatureiro (70%). Quase 50% do total das ocupações citadas eram de indústrias de autopeças, sendo alguns empregos ocupados exclusivamente por homens (como construção civil e manutenção de linha de trem, alguns dos empregos mais pesados e perigosos) e outros (como embalagem, *caddy*, *kaseifu*, *kensa*, cozinheira e linha de montagem em fábrica de componentes eletrônicos) são preferencialmente voltados para as mulheres, embora não exclusivamente.

Um parêntese para o mercado de trabalho e as mulheres

Abrindo um parêntese aqui, é curioso notarmos que as mulheres brasileiras dekasseguis no Japão raramente são empregadas como domésticas, ao contrário de mulheres migrantes em outros países (como, por exemplo, brasileiras nos Estados Unidos). No Japão, as faxineiras e babás são contratadas apenas por profissionais estrangeiros e diplomatas que estão lá temporariamente (CORNELIUS, 1995, p. 383).

Talvez tenhamos que pensar sobre o papel da mulher na sociedade japonesa e sua participação no mercado de trabalho em termos socioculturais, como diz Cornelius. Ao mesmo tempo que o Japão tem as mais altas taxas de força de trabalho feminina do mundo industrializado (mais de 50%), recentemente, muitas mulheres japonesas com educação de nível colegial ainda largam carreiras no meio do caminho – para casar, cuidar dos filhos e da casa – e não retornam ao mercado de trabalho.

“Para as mulheres, a educação é um recurso para o mercado matrimonial e para ser uma boa esposa e mãe mas não para o mercado de trabalho” (TANAKA, 1986 *apud* CORNELIUS, 1995, p. 387).

Além disso – ou exatamente por isso –, no próprio mercado de trabalho há limitações para a promoção ou ascensão profissional, assim como o salário da mulher é mais baixo que o do homem. Se ela quiser um lugar melhor no mercado de trabalho terá de mudar os princípios culturais, especialmente no que diz respeito ao papel da família e do gênero (CORNELIUS, 1995, p. 387).

Mas, não se restringindo às mulheres no Japão e pensando numa dimensão maior, a mudança global da estrutura do mercado de trabalho nas últimas décadas também implicou em alteração do papel das mulheres na produção e no mercado de trabalho. As novas estruturas facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo a mão-de-obra masculina, que tem melhor remuneração e é menos fácil de demitir.

A preferência pela mão-de-obra feminina nas novas zonas industriais também se dá pela disciplina requerida, principalmente nas fábricas de componentes eletrônicos e semicondutores, além da possibilidade, ao menos inicial, de maior controle sobre elas (SASSEN, 1986; HARVEY, 1993).

Esta discussão concerne à questão da reestruturação produtiva – tema este que não é o foco do presente estudo – mas é importante referendá-la para entendermos um pouco sobre a força de trabalho feminina nos últimos tempos e por que esta recebe salário menor na sociedade japonesa. Fecha parêntese.

Voltando à tabela 9, podemos ver claramente que o salário do dekassegui homem é maior que o da mulher, sempre. O salário do homem varia entre US\$ 2.800 a US\$ 6.500 mensais enquanto o da mulher vai de US\$ 1.200 a US\$ 2.500 mensais. Claro que esta estimativa é feita sobre a média salarial, uma vez que existe muita variação conforme o número de horas extras feitas pelos dekasseguis. Muitos declararam que é aí que se ganha.

“A hora extra que supre as despesas, tipo alimentação, transporte, etc., porque se não tiver hora extra não compensa mesmo. E por isso que a pessoa dá de tudo para conseguir um serviço que tenha hora extra”. (Heloísa, 25.08.97).

“Como o custo de vida lá é alto, você tem que trabalhar, fazer pelo menos 3 a 5 horas extras (zangyô), né. Porque senão, não ganha mesmo. O salário seria a mesma coisa, você ia trabalhar para o seu sustento mesmo. Nada mais do que isso”. (Sandro, 02.05.96).

Sobre o aspecto econômico desse movimento migratório, abordá-lo-emos mais a fundo no capítulo 4, limitando-nos aqui apenas a apresentar as informações declaradas pelos entrevistados da pesquisa de campo.

9. Retorno ao Brasil

Geralmente o retorno ao Brasil era previsto nos planos dos dekasseguis que migraram ao Japão. A ida ao exterior para trabalhar sempre implicou em voltar para a sociedade de origem.

Uma vez retornados ao país de origem (Brasil), os dekasseguis entrevistados procuraram se ocupar de alguma forma – alguns voltando à mesma ocupação antes de partir; outros investiram a renda obtida no Japão para montar negócio próprio ou ampliar o já existente; mesmo com alguma ocupação, isso não era garantia de segurança ou estabilidade financeira.

Quando retornaram ao Brasil, dentre as várias idas e vindas, os dekasseguis entrevistados tiveram as seguintes ocupações: 5 continuaram na mesma ocupação anterior; 1 comprou uma banca de jornal; 3 montaram lanchonete/restaurante; 1 começou a trabalhar como caixa em restaurante; 2 continuaram aposentados; 1 fez “bico” (como restaurador de obra de arte) porque estava desempregado; 1 fez frete escolar; 1 voltou ao Japão; 2 estavam no Brasil, mas com passagem marcada para o Japão; 1 estava sem ocupação e 1 não se sabe.

Em geral, o retorno ao Brasil é marcado pela incerteza e insegurança, sendo que não poucos retornam novamente (ou várias vezes depois) ao Japão, em busca de algo melhor, em termos financeiros ou, pelo menos, até que “o Brasil melhore”. Enquanto isso, este vai-e-vem com um pé em cada país continua.

Este movimento “iô-iô” acaba sendo facilitado e amparado pelas redes sociais constituídas ao longo do processo migratório dos dekasseguis brasileiros.

Este capítulo tratou, portanto, sobre a pesquisa de campo realizada dekasseguis entrevistados. Para facilitar a análise, os dados desta pesquisa foram divididos em temas principais para ilustrarmos a trajetória migratória dos entrevistados. Mas, ao mesmo tempo, foi difícil separá-los pois, muitas vezes, um evento não poderia ser compreendido isoladamente e sim através do conjunto de fatores. Por exemplo, o salário dos dekassegui foi pouco explorado aqui, mas o capítulo 4 trataremos sobre desse

aspecto econômico. O intenso trânsito entre o Brasil e o Japão pelos dekasseguis está inserido no contexto das redes sociais, tema do próximo capítulo. Nesse sentido, este capítulo abordou exclusivamente os dados obtidos na pesquisa de campo, para pensarmos nos temas que foram emergindo ao longo das entrevistas e para compormos o cenário em que ocorre a negociação da identidade.

Em anexo, apresentamos algumas tabelas matrizes, nas quais estão sintetizadas dados das entrevistas serviram de base para a construção de diversos outros que constam nesse capítulo.

REDES SOCIAIS DE DEKASSEGUIS

Diante do descontentamento da situação brasileira e da possibilidade de ganho rápido, os Dekasseguis entrevistados, ao migrarem para o Japão, viram-no como:

“Aquele luzinha que está lá. A gente ainda tem essa oportunidade, e quem não tem? Quem não tem está perdendo. Se a coisa apertar, eu só tenho essa casa, vou ter que vender essa casa? Isso me assusta. Então o sacrifício ainda é válido, né? ... O Japão é uma saída, a gente, por ser descendente, ainda pode falar que tem uma válvula de escape. ... o Japão está lá e é uma tentação”. (Heloísa 25.08.97, grifos nossos).

O Japão, enquanto país de destino desses migrantes nipo-brasileiros, passou a ser um ponto crucial do circuito migratório dessa população, que está inserida dentro do contexto e dos mecanismos das redes sociais.

Por redes sociais de migrantes entendemos como um conjunto de laços interpessoais que ligam migrantes e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, através dos vínculos de parentesco, amizade e com a comunidade de origem (MASSEY, 1990, p. 60; BOYD, 1989, p. 639; TILLY, 1990, p. 84).

As antropólogas norte-americanas Glick-Schiller; Basch e Blanc-Szanton (1992, p. 1) referem-se a essas redes sociais como sendo um novo campo social se constituindo no processo migratório nos últimos tempos. Esse novo campo social vem se desenvolvendo diante das novas feições apresentadas pela migração internacional contemporânea, trazendo à tona o conceito de transnacionalismo, que é explicado como “os processos pelos quais os imigrantes – por elas chamados de transmigrantes – constroem campos sociais que unem seu país de origem e seu país hospedeiro”.

Essas autoras viram-se na necessidade de uma nova conceituação a partir do momento que:

(1) os conceitos e as categorias – como tribo, grupo étnico, nação, sociedade ou cultura – utilizados até então pelas Ciências Sociais têm se tornado limitados e insuficientes para se estudar as migrações de hoje; (2) a experiência migratória nos últimos tempos devem ser pensadas dentro de um contexto do capitalismo global, onde suas mudanças e condições a tem afetado diretamente; (3) o transnacionalismo está fundamentado na vida cotidiana dos migrantes; (4) os migrantes transnacionais vivem uma existência complexa que os leva a confrontar e retrabalhar diferentes construções de identidade; (5) há uma necessidade de reconceituar as categorias de nacionalismo, etnicidade e raça, para termos uma compreensão reformulada sobre

cultura, classe e sociedade e (6) os transmigrantes se deparam com os vários contextos e dimensões da migração” (GLICK-SCHILLER et al., 1992, p. 5).

Apesar de Glick-Schiller (1997, p. 2) ter evocado a figura do transmigrante como um “novo” migrante, mais tarde, ela rediscute o quanto a migração transnacional e suas práticas políticas são novas – este é um dos enfoques dados para a questão das redes sociais.

Para Tilly (1990, p. 84), a migração de longa distância, como é o caso do Japão, envolve muitos riscos, por exemplo, aqueles relacionados à segurança pessoal, conforto, renda e possibilidade de socialização. Assim, à medida que os parentes, amigos, colegas e/ou conhecidos tenham bons contatos com o possível destino, a *confiança* existente em relação às redes de informações interpessoais estabelecidas minimizam os riscos.

Tendo em vista tais vantagens, a grande maioria dos migrantes potenciais de longa distância consideram essas informações no momento de decidir migrar (ou de não migrar) através dos membros de suas redes interpessoais e se apóiam nestas redes também para se estabelecer no local de destino.

Por outro lado, constrangidos pelas redes sociais, os migrantes potenciais podem deixar de considerar muitos outros destinos teoricamente disponíveis e se concentrarem naquelas poucas localidades onde têm fortes ligações com o país de origem.

A partir disso, podemos reportar os dizeres de Tilly no caso dos dekasseguis, como a maioria dos entrevistados relataram:

“Eu já tenho primos, irmãos, tio que estão lá no Japão. Isso facilitou a ida ao Japão, porque inclusive os meus filhos já foram com serviço arrumado para lá. ... Através do meu primo casado que já está lá, foram ele, a mulher e os filhos para lá. A gente fez contato por telefone e ele arrumou serviço para o meu filho, meu sobrinho e para o colega. ... ela [esposa do primo dele] falou para mim: ‘Ô Satoshi, não quer mandar o Filipe para o Japão, eu falo com o Marcos [primo] para arrumar serviço lá’. Aí num prazo de uma semana ele [Filipe, o filho] resolveu ir”. (Satoshi, 26.05.97).

“Por que Japão? O Japão [foi escolhido] pela facilidade, pela minha descendência, certo? Segundo, porque tinha o irmão que estava lá, certo? Terceiro, porque eu queria solucionar a minha situação financeira. Quarto, eu queria conhecer o Japão”. (Eunice, 26.04.96).

Antes, entretanto, é importante termos bem claro o que estamos considerando: a unidade doméstica como unidade de análise neste processo migratório, conforme sugere Boyd (1989).

Para Monica Boyd (1989, p. 642), a unidade doméstica é um componente importante na migração baseada nas redes sociais. Em geral, tal unidade é representada pelas famílias e pelos domicílios, que são diferentes: os domicílios podem ter membros não-familiares, já as famílias normalmente incluem apenas os membros ligados pelo sangue, casamento ou adoção. Para essa autora (1989, p. 642-643), a unidade doméstica significa, dentro dos parâmetros da migração, (1) uma unidade de sustento – que tem suas próprias características estruturais que condicionam a propensão para migrar e o padrão da migração, sendo que isto é influenciado pelos níveis de recursos do domicílio, a estrutura etária e sexual da família e/ou domicílio e o estágio do ciclo de vida da família; (2) agentes socializadores numa rede, na qual as famílias transmitem as normas e os valores culturais que influenciam quem migra e por quê. Além disso, as famílias também transmitem normas sobre o significado da migração e a manutenção das obrigações familiares ao longo do tempo e espaço; (3) as famílias representam um grupo social geograficamente disperso, que criam redes de parentesco que existem ao longo do espaço e são condutores de informação e assistência que, por sua vez, influenciam a decisão migratória; e (4) unidades migratórias, tendo em vista a possibilidade de mandar outros membros para o país de destino, uma vez que alguém da família ou a família inteira migra.

Contudo, para Tilly (1990, p. 84), não só amigos individuais e/ou família/domicílio seriam as unidades efetivas da migração que compõem as redes sociais. Agentes intermediários – como, por exemplo, recrutadores de mão-de-obra, agências de turismo, centros de informação e orientação aos trabalhadores migrantes – também participam efetivamente dessas redes.

Todo o conjunto desses agentes, familiares, individuais e intermediários, contribui para que se incorpore o país de destino nas alternativas de mobilidade, a partir do momento que o migrante potencial começa a considerar a migração como uma opção de sustento.

A atuação das redes sociais – invisíveis aos olhos, mas tão presentes – já pode ser sentida quando o indivíduo começa a considerar a possibilidade de migrar para o exterior. Para isso, existe uma série de fatores que levam um Dekassegui em potencial a se efetivar como tal, a começar pelas redes sociais do país de origem (no caso o Brasil).

Agentes intermediários e empreiteiras

“O sonho de ganhar dinheiro no Japão pode se transformar num pesadelo quando o candidato a Dekassegui cai nas mãos de agências e empreiteiras inescrupulosas” (JAPÃO AQUI, maio 1997, p. 38-42).

No caso dos Dekasseguis, um meio de conseguir um lugar ao Sol no Japão era, e ainda não deixou de ser, através dos agentes intermediários que auxiliam e providenciam os trâmites burocráticos (como passaporte, outros documentos e emprego arranjado no Japão antes de partir). Muitas vezes, as próprias agências de turismo – em geral com fortes vínculos com a colônia japonesa no Brasil – cumpriam este papel de intermediário e recrutadores de mão-de-obra.

Segundo as estimativas do CIATE (Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior, que detalharemos mais adiante), cerca de 80% dos mais de 200 mil Dekasseguis brasileiros estão nas mãos dos agenciadores (JAPÃO AQUI, maio 1997, p. 39). “Os agenciadores geralmente são ligados a empreiteiras de mão-de-obra no Japão. Quando uma fábrica precisa de trabalhadores, a empreiteira é acionada e envia as propostas à agência brasileira que recruta os candidatos a Dekassegui” (JAPÃO AQUI, maio 1997, p.39).

Entretanto, freqüentemente se noticiavam sobre estes agentes intermediários, principalmente no início do Fenômeno Dekassegui – na segunda metade dos anos 80 – que exploravam ilicitamente¹¹ os que iam para o Japão trabalhar como Dekassegui. Embora existam “empresas idôneas, que cumprem o combinado, algumas agências brasileiras e empreiteiras de mão-de-obra no Japão ameaçam transformar o recrutamento em um mercado lucrativo e, às vezes, obscuro – atravessadores agem ilegalmente e se valem da boa-fé do nikkei para aumentar seu lucro” (JAPÃO AQUI, maio 1997, p. 39).

¹¹ Tanto o lucro na intermediação de emprego como o envio de trabalhadores com visto de turista são considerados crimes também pela legislação brasileira, previstos no artigo 206 do Código Penal Brasileiro. Alterado pela Lei 8.683, de 1993, o artigo determina que a captação de trabalhadores para o exterior em situação irregular ou com fins lucrativos é crime de aliciamento de mão-de-obra, com pena de um a três anos de reclusão (“Armadilha na rota do ouro”, **Japão Aqui**, maio 1997, p. 39; “Cuidado com os intermediários”, **Notícias do Japão**, 4 a 10 nov. 1994, p. 13; Harada, 1992, p. 85; Hanada, 1992, p. 235-238).

Esses recrutadores intermediários, visando lucro, exploram os Dekasseguis no que se refere à obtenção das passagens aéreas (financiadas pelo dobro do preço normal); de documentos como o *Kôsseki Tôhon* – Certidão de Registro da Família no Japão¹²; e também do visto no consulado.

Para se ter uma idéia de como o Dekassegui é explorado, agências de turismo foram visitadas por dois repórter – uma como tal e outro como suposto candidato a Dekassegui, para comparar as informações obtidas (JAPÃO AQUI, maio 1997, p. 43-45). Na agência X, para a repórter, a passagem de ida, segundo o preço de tabela das companhias aéreas, era 1.399 dólares, enquanto para o suposto Dekassegui, era 600 dólares a mais (pouco mais de 40%). Se financiada, esse valor chegaria a 2.500 dólares para a ida, mais 75 dólares pelo visto (que, se ele mesmo fosse ao Consulado Geral do Japão em São Paulo, o pagaria 28 reais) e entre 50 e 70 pelo *Kôsseki* (que não sai por mais de 10 dólares no Japão). Por fim, o Dekassegui significaria mais de 1.200 dólares de lucro à agência, fora os encargos de financiamento.

Uma outra agência Y cobrou 2.800 dólares pela passagem de ida (o dobro do preço de tabela), mais 180 reais para tirar o visto e o *Kôsseki Tôhon*. Outra agência Z: 2.400 pela passagem, 100 reais pelo visto e 70 pelo *Kôsseki Tôhon*.

Esse tipo de exploração por parte dos recrutadores intermediários foi relatado por um entrevistado:

“Aqui (no Brasil) a proposta de serviço foi uma e o ganho também. E chegando lá (no Japão) foi outra, totalmente diferente [...]. A promessa era muito grande. Fábricas boas, com alojamento. Sendo que 80% era tudo mentira. [...] Passagem, eu paguei o dobro do valor. Não tem como você se defender”. (João, 12.06.97).

Em geral, as agências intermediárias ilícitas estão ligadas a empreiteiras de mão-de-obra no Japão, que acionam as agências todas as vezes que precisam de trabalhadores não-qualificados”. Quando uma fábrica precisa de trabalhadores, a empreiteira é acionada e envia as propostas à agência brasileira, que recruta os candidatos a Dekassegui’, explica Massahiro Ohashi, Superintendente do CIATE em São Paulo” (JAPÃO AQUI, maio 1997, p. 39).

¹² O entrevistado João chamou essa certidão de “pedigree da família”. (João, 12.06.97).

Segundo o advogado Etsuo Ishikawa, da cidade de Hamamatsu, na província de Shizuoka, “há empreiteiras que funcionam na ilegalidade, pois a legislação japonesa não permite as *yuguengais*, firmas que contratam mão-de-obra para terceiros, aproveitando-se dos vistos de turistas dos estrangeiros e coagindo-os com falsas informações sobre os perigos da deportação no caso de serem denunciados a autoridades” (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 04 a 10 nov. 1994, p. 12).

Essas empreiteiras japonesas têm mecanismos para burlar a fiscalização, segundo este mesmo advogado. “Elas dominam determinados setores de uma indústria de grande porte para despejar seus contratados. [...] A peça produzida por uma grande fábrica deve ser transportada à empreiteira para os acabamentos, mas essas empreiteiras fazem o contrário. Para não dispor de capital de risco, deslocam pessoas para determinadas áreas da indústria, utilizando seus equipamentos, fazem que são alugados, arrendados ou contratados, e fazem daquele segmento da indústria uma espécie de filial” (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 04 a 10 nov. 1994, p. 12).

No mesmo sentido, o já citado Massahiro Ohashi, do CIATE de São Paulo, nos detalha a atuação das empreiteiras, aparentemente legal: “No Japão elas podem atuar como prestadoras de serviço, fornecendo trabalhadores especializados a outras empresas por meio de um contrato de execução de produção. Porém apenas 16 tipos de atividades podem ser intermediados¹³. O alocamento de trabalhadores fica fora da lista. Portanto, é ilegal. As empreiteiras assinam o contrato de execução com as fábricas para parecer que estão agindo legalmente. Mas essa é uma forma de driblar a lei japonesa” (JAPÃO AQUI, maio 1997, p. 41).

Outro aspecto que caracteriza estas empreiteiras como ilegais é a sonegação de impostos e taxas, a fim de aumentar seus lucros. “Muitos brasileiros não estão inscritos na previdência, que prevê seguro-saúde e aposentadoria, nem possuem seguro contra acidente de trabalho, obrigatórios para todo assalariado no Japão’, diz Ohashi. Às vezes, a empreiteira exibe um contrato assinado que não tem valor legal: ou não chega a ser registrado ou os impostos descontados no holerite não são recolhidos. ‘A pessoa só descobre o golpe ao pedir o comprovante de pagamento de imposto, para evitar

¹³ São elas: desenvolvimento de *software*, projetos de máquinas, operação de equipamentos de difusão, direção de programas de difusão, operação de equipamentos de escritório, pesquisas de mercado, processamento de documentos, contábeis, redação de correspondência comercial, guias de turistas, limpeza de prédios, manutenção de instalações de prédios, controle e operação de estacionamento e serviços de intérpretes, secretárias, arquivistas e digitadores.

bitributação. A empresa não fornece simplesmente porque não recolheu os impostos”, alerta Margarida Moshimichi, do Serviço de Assistência aos Cidadãos Brasileiros em Tóquio (JAPÃO AQUI, maio 1997, p. 41).

Outra armadilha que os Dekasseguis brasileiros acabam caindo é a retenção de seus passaportes e documentos pessoais pelas empreiteiras como garantia para quitar a dívida contraída devido ao financiamento das passagens aéreas pela agência intermediária. Esta é coligada à empreiteira no Japão que, por sua vez, é para a agência, fonte de lucro, constituindo-se em um círculo vicioso.

Agentes migratórios de apoio e informação aos Dekasseguis

O fato de os Dekasseguis nipo-brasileiros serem frequentemente explorados pelos recrutadores e empreiteiras e haver o concomitante crescimento exponencial do volume desses migrantes (desde o fim dos anos 80) tem chamado a atenção dos estudiosos e líderes da comunidade japonesa no Brasil.

Diante disso, foi realizado o Simpósio sobre o Fenômeno Chamado Dekassegui, de 8 a 10 de novembro de 1991, na Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, em São Paulo¹⁴. Neste encontro, membros consulares, jurídicos, governamentais, estudiosos de diferentes áreas e líderes da colônia discutiram o panorama deste fenômeno. Como uma das conclusões “recomenda-se a criação no Brasil de um centro de informação e orientação, sob os auspícios de pessoas e entidades representativas do segmento da sociedade brasileira conhecida por comunidade nipo-brasileira, para evitar que compatriotas sejam vítimas de aliciamentos fraudulentos e de promessas falaciosas e para possibilitar o prévio conhecimento por eles dos direitos assegurados pela legislação japonesa, das dificuldades decorrentes de diferenças culturais, sociais, de clima, de modo de viver e de pensar, e outras mais” (NINOMIYA, 1992, p. 246).

Foi, então, criado para tais fins, o CIATE¹⁵ – ‘Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior’ – como citado anteriormente, entidade ligada ao Ministério do Trabalho Japonês, em São Paulo, junto à Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, em outubro de 1992, sendo membros constitutivos desta mesma sociedade a Federação das Associações das Províncias do Japão e a

¹⁴ Este simpósio está publicado em um livro intitulado *Dekassegui – palestras e exposições do Simpósio sobre o Fenômeno Chamado Dekassegui*, organizado por Ninomiya (1992).

¹⁵ Sobre mais detalhes sobre o CIATE, ver Yoshioka (1995), que é membro desta entidade.

Beneficência Nipo-Brasileira (YOSHIOKA, 1995, p. 91). Para evitar as “garras” dos recrutadores exploradores, este centro presta serviços, conforme o próprio nome diz, de informações, orientações e apoio ao candidato Dekassegui, colocando-o a par das condições de trabalho, da vida no Japão e das ofertas de emprego.

Além do CIATE em São Paulo, outros agentes migratórios similares foram surgindo no Japão ao longo do Movimento Dekassegui.

Um pouco antes, em agosto de 1991, no Japão foi criado o ‘Tóquio Nikkeis’ – centro de assistência de empregos para nikkeis – para dar apoio a esse contingente de nikkeis empregados no Japão, de autoria do governo japonês, através da fundação centro de estabilização de trabalho na indústria, vinculada ao ministério do trabalho. Nos mesmos moldes, outra agência – ‘Nagoya Nikkeis’ – foi inaugurada em outubro de 1993 em Nagoya, região que concentra muitos trabalhadores nikkeis.

Além dessas agências governamentais de apoio ao trabalhador nikkei, segundo Yoshioka, há mais de 600 agências que formam uma rede informatizada, permitindo acesso de qualquer ponto do território japonês às informações sobre as ofertas de emprego existentes (YOSHIOKA, 1995, p. 90-91). Através de artigos de jornais, podemos citar vários.

A ‘Associação Convênio de Cooperação Kyodai’ enfatiza a questão social dos Dekasseguis. Dentre seus serviços há um de remessas, que podem ser enviadas mais rápido (dentro de 72 horas), atuando através do ‘Dayiti Kanguyo Bank’ e no Brasil com o Unibanco, cobrando uma taxa de 2% do montante enviado. “Além da remessa e das perguntas ‘inquietantes’, a entidade pretende elaborar um jornal mensal de notícias sobre o Brasil, enviar livros, discos, revistas, documentos, fitas e vídeos, até fazer traduções e enviar fax” (DIÁRIO NIPPAK, 28 maio 1993, p. 1).

Agências municipais, como *Anteisho* – escritórios do Órgão Público de Estabilidade Profissional –, fazem colocação de empregos sem despesas para o requerente ou para as empresas que solicitam funcionários. Esses órgãos mantêm um serviço com intérpretes de português para auxiliar os estrangeiros que procuram emprego na região. Existem escritórios nas cidades de Nagano, Matsumoto e Ueda (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 29 set. a 05 out. 1995, p. 1C).

Na cidade de Yamato, onde vivem cerca de 4 mil estrangeiros que não falam a língua japonesa, há a 'Associação Internacional de Yamato'. O objetivo desta associação é fazer com que as pessoas possam ter as mesmas oportunidades dos cidadãos japoneses e promover uma convivência mais harmoniosa entre os estrangeiros e os japoneses. Problemas com o idioma são amenizados com voluntários que podem atuar como intérpretes e tradutores em 17 línguas (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 18 a 24 ago. 1995, p. 6).

A 'Nikkei Information Center' (NIC), em Oota (província de Gunma), desativou seu escritório, que durou 1 ano e 4 meses (iniciou em julho de 1993), sendo transferido para a unidade de Toyohashi, na província de Aichi". O objetivo da NIC era promover e incentivar o intercâmbio entre japoneses e estrangeiros residentes no Japão. Daí nosso interesse em torneiro de karaokê, boliche e futebol que contavam com a participação de 100 a 200 pessoas" (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 07 a 13 out. 1994).

Na cidade de Oizumi (em Gunma), o 'Centro Nipo-Brasileiro de Oizumi' começou, em 1991, como sociedade civil e, em 1994, transformou-se em empresa particular. Seus serviços giram em torno das consultas sobre direitos trabalhistas, imposto de renda, serviços do Consulado Brasileiro, aluguel de casa, abertura de estabelecimentos comerciais e traduções de avisos de escolas (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 07 a 13 out. 1994).

Além disso, a prefeitura da cidade de Oizumi foi uma das primeiras a se preocupar em oferecer atendimento especial a estrangeiros, principalmente brasileiros. "Isso porque de um total de 2.400 estrangeiros, que representam 6,9% da população de 42 mil habitantes, eles (brasileiros) somam 2 mil" (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 07 a 13 out. 1994, p. 14).

Na cidade de Isesaki (Gunma), os brasileiros podem recorrer ao 'Gaikokujin Sodan Mado Gutí', que faz parte do 'Kokusai Koryu' ou Seção de Intercâmbio Internacional da Prefeitura (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 07 a 13 out. 1994, p. 14).

Em Tóquio e em Nagoya (Aichi) existe o 'Centro de Assistência de Empregos para Nikkeis', cujo objetivo é regularizar as contratações de mão-de-obra estrangeira. Além disso, fornece informações sobre as leis trabalhistas, sistemas de seguro e sobre a sociedade japonesa; realiza cursos de orientação para empresas sobre administração de funcionários estrangeiros, bem como consulta sobre problemas diários relacionados com o trabalho, dentre outros (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 07 a 13 out. 1994, p. 14).

Na província de Hyogo, foi reinstalado 'Gaikokujin Seikatsu Sôdan Shitsu' (GSSS), para auxiliar e orientar estrangeiros que residem no Japão, com consultores que atendem em chinês, inglês, português e espanhol. A GSSS está ligada à HIA – 'Hyogo International Association' – mantida pela administração desta província. Seus serviços são gratuitos, oferecendo consultas sobre questões jurídicas, empregos, direitos humanos, assistência médica, seguros em geral, aposentadoria, entre outros. Além destas consultas, a GSSS "mantém cursos de ikebana e língua japonesa; promove viagens de estudo por navio a diversas partes do Japão; possui uma ampla biblioteca com livros e jornais em vários idiomas e promove exposições artísticas e culturais, com o objetivo de melhorar o relacionamento e fortalecer os laços de amizade entre os estrangeiros aqui residentes" (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 12 jan. 1994).

Dessa forma, o Movimento Dekassegui no Japão foi ganhando configurações diferentes ao longo do movimento migratório. Como foi mostrado acima, os agentes intermediários não se resumem a agências de turismo, empreiteiras e recrutadores ilícitos, pois também existem entidades de apoio como o CIATE e outros centros de informações e orientações semelhantes, ligados ao governo japonês. Todos esses agentes migratórios foram criados e institucionalizados em momentos diferentes do processo migratório. Isso é um indicador de que as redes sociais apresentam feições diferentes em períodos distintos, ao longo do processo migratório destes Dekasseguis. Em outras palavras, há todo um desenvolvimento dinâmico em um fluxo migratório, que a princípio se revelou timidamente, mas aos poucos foi ganhando corpo. Assim, vejamos a seguir, como Tilly (1990) explica em termos teóricos a dinamicidade das redes sociais.

Pequenos negócios: de Dekassegui para Dekassegui

Se um movimento migratório como o dos Dekasseguis ocorria timidamente no início, com o passar do tempo foi se ampliando e modificando a estrutura das redes em processo contínuo e dinâmico. As redes se movem, mudam, moldam e criam novas raízes sem se alimentar inteiramente das velhas raízes (TILLY, 1990, p. 85).

Com isso, Tilly (1990, p. 87) defende a idéia de que não ocorre um simples transporte ou transplante de redes sociais de um lugar (como da sociedade de origem) para outro (a de destino). Para ele, a migração é um processo no qual as pessoas transformam constantemente suas relações sociais e sempre criam novas identidades de grupo, pois a migração envolve uma negociação de novos

relacionamentos dentro e fora das redes, havendo constantemente uma recriação seletiva de laços sociais.

Para este mesmo autor, devemos distinguir as redes remetentes das receptoras, ou seja, a conexão entre as pessoas num ponto de origem constitui as redes remetentes e aquelas entre as pessoas no local de destino, as redes receptoras. Juntando essas duas, criam-se novas redes, expandindo a de origem e a de destino.

A distinção pode ser apenas grosso modo, pois muitas pessoas fazem múltiplos movimentos e, uma vez que o sistema migratório começa a operar, o limite entre a “origem” e o “destino” torna-se cada vez menos claro. Contudo, a distinção pode ser útil porque as características da “nova” rede dependem das “velhas” (da junção entre as redes do país de origem e as do de destino).

E como tais características desses dois pontos variam significativamente ao longo do tempo, os mesmos tipos de migrantes passam a estabelecer relações muito diferentes nos seus lugares de destino. Isso mostra-nos a presença de etapas diversas do movimento migratório cujas feições são diferentes como, por exemplo, as características do início do fluxo dos Dekasseguis (nos meados da década de 80 e início dos anos 90) e aquelas dos meados da década de 90, como discutiremos mais adiante.

São processos contínuos de transformação coletiva envolvendo o uso das “velhas” redes sociais para produzir outras “novas” (TILLY, 1990, p. 83). Essa produção de “novas” redes nos faz lembrar do brinquedo *Lego* para as crianças que, com as mesmas peças, há possibilidades infinitas de combinações para se criar algo novo ou diferente.

Um exemplo disso pode ser visto na dinamicidade intrínseca às redes sociais migratórias, que foram surgindo, ao longo do tempo, através dos pequenos negócios montados pelos Dekasseguis brasileiros para os seus conterrâneos no Japão.

O surgimento desse tipo de empreendimento ocorreu devido a etapa mais recente do processo migratório estabelecendo novas feições das redes sociais dos Dekasseguis. Pequenos negócios no Japão, montados pelos Dekasseguis, não poderiam ser pensados nos primórdios do fluxo de brasileiros ao Japão – momento em que o caráter temporário da migração era marcante e, após alguns anos no Japão, o retorno ao Brasil e a permanência no seu país de origem era muito mais certa.

Hoje, nos fins dos anos 90, já não podemos ter tanta convicção em torno do caráter temporário da migração de Dekasseguis brasileiros no Japão. Em parte, podemos dizer que o canal para ir e vir é livre para os descendentes de japoneses e seus cônjuges, filhos e/ou dependentes, e que há o conforto oferecido pelas redes sociais, para amortecer os impactos dos riscos da experiência migratória. Com a expressiva presença de brasileiros no Japão, há oferta de uma série de serviços voltados para esta população (como lojas e centros de informações e apoio), além de familiares e conhecidos na sociedade hospedeira que proporcionam certa segurança e uma relação de confiança, minimizando as incertezas e os riscos de o empreendimento migratório não dar certo ou não proceder de acordo com o imaginado antes de partir.

A dissolução da convicção do caráter temporário dos Dekasseguis nipo-brasileiros fez com que alguns deles apostassem em um mercado voltado para esse público. Lojas com produtos brasileiros, restaurantes servindo churrasco e feijoada começaram a ganhar espaço na terra do Sol nascente.

Vejamos, a seguir, alguns exemplos de brasileiros que foram ao Japão como Dekassegui e agora se encontram como donos de seus próprios negócios. Para tal, na revista Japão Aqui (ago. 1997, p. 49-52), cujos Dekasseguis são seu público alvo, trouxe um artigo sobre esse assunto: “Pequenos & Promissores”. Vejamos os exemplos citados. “No lugar do rótulo Dekassegui, uma *kojinggaisha* ou uma *yuguengaisha*.¹⁶ essa troca está sendo feita por um número cada vez maior de brasileiros que vivem no Japão. São pessoas que decidiram enfrentar o desafio de dirigir um negócio próprio, de pequeno porte, porém promissor” (JAPÃO AQUI, ago. 1997, p. 49).

Na cidade de Atsugui (província de Kanagawa), tem um restaurante chamado *Água de Coco*, inaugurado em setembro de 1996. Além dos pratos caseiros, o casal de nipo-brasileiros apostou na descontração típica do brasileiro para atrair uma clientela multinacional, promovendo campeonatos de truco (JAPÃO AQUI, ago. 1997, p. 49).

O restaurante ‘Canta Brasil’, localizado na cidade de Nagoya (Aichi), foi inaugurado em 1995. Serve churrasco com atendimento trilingüe: em japonês, português e inglês (JAPÃO AQUI, ago. 1997, p. 50).

¹⁶ Segundo este mesmo artigo, *kojinggaisha*, no Japão, equivale a uma microempresa, onde não há limite mínimo de investimento e exige-se apenas o registro na prefeitura, que cobra uma taxa simbólica do candidato a empresário.

Apesar de não ter um estabelecimento como esses restaurantes, Maria faz marmita para seus colegas brasileiros, com 60 clientes diários, na cidade de Inazawa (Aichi), desde 1993. Embora não revele seu lucro, Maria garante que “é bem maior do que o salário que ganhava na fábrica. O dinheiro das marmidas dá e sobra para os gastos de manutenção do casal, e o salário do marido vai inteirinho para a poupança” (JAPÃO AQUI, ago. 1997, p. 50).

Um dos negócios de Isima é um sistema de vendas que envolve dois caminhões que carregam cinco toneladas de produtos brasileiros e percorrem regiões que ainda não possuem esse tipo de comércio. Além dos caminhões, Isima também é proprietário da videolocadora *Banana Brasil*, com duas lojas na província de Gunma. Além de fitas de vídeo com programação da tevê brasileira e cerca de 3 mil títulos de filmes, ele vende alimentos, jornais e revistas. Outro empreendimento deste mesmo nikkei é uma lanchonete, ‘Hard Dog’, localizada na praça da alimentação do ‘Brazilian Plaza’, o shopping dos brasileiros em Gunma (JAPÃO AQUI, ago. 1997, p. 51).

Em Oizumi (Gunma), “os clientes do Salão de Beleza Gil esperam sua vez saboreando um autêntico cafezinho brasileiro ou um legítimo guaraná” (JAPÃO AQUI, ago. 1997, p. 51). O casal de Dekasseguis brasileiros trabalhou duro para abrir finalmente o próprio negócio em julho de 1996.

No mesmo ano, em Tóquio, o brasileiro Fernando abriu o ‘Clube Fala Brasil’, que explora o sistema de telefonia internacional *call back*, permitindo ligações interurbanas mais baratas. Por enquanto a maioria dos seus clientes é formada por Dekasseguis brasileiros. Para Fernando, “os brasileiros representam um grande mercado aqui no Japão” (JAPÃO AQUI, ago. 1997, p. 51).

Desde 1991, em Nagoya (Aichi), Laíde costura e cria vestidos sob encomenda para brasileiras, peruanas e colombianas. Sem sair de casa, obtém um faturamento razoável. “Segundo a costureira, as latinas querem roupas personalizadas, com estilo próprio” (JAPÃO AQUI, ago. 1997, p. 52).

Sérgio chegou ao Japão como Dekassegui em 1989. Depois de trabalhar como operário, foi no final de 1993 para a área de publicidade e propaganda, que já exercia no Brasil. Só depois de 8 meses de peregrinação, ele está tendo retorno. Ele não revela números, mas certamente está ganhado muito mais como autônomo do que como operário em fábrica. Mas não deixa de reclamar da discriminação e

Já a yuguegaisha, requer um investimento mínimo equivalente a 30 mil reais e o pagamento de impostos e taxas que variam conforme a região, além de documentos específicos dos membros da diretoria.

preconceito: “já perdi muitos trabalhos porque não sou americano ou europeu” (JAPÃO AQUI, ago. 1997, p. 52).

Shibuta foi para o Japão em 1992 e, depois de dois anos, descobriu que dar aulas particulares de inglês poderia render mais do que o salário de operário. Começou com aulas particulares para colegas de trabalho e hoje é proprietário da ‘Interactions’, escola de inglês aberta em 1994 em Hamamatsu (Shizuoka), possuindo 140 alunos brasileiros (JAPÃO AQUI, ago. 1997, p. 52).

No estudo de campo realizado, a entrevistada Fátima (30.03.97) estava indo pela segunda vez ao Japão, com o seu marido, sua filha de um ano e grávida de outro filho. Nessas condições, seria muito difícil ir trabalhar na fábrica, mas tinha pretensões de ficar como babá de outras crianças pequenas brasileiras. Ela acreditava que não ia ser difícil, uma vez que já tinha estado no Japão e estabelecido suas relações sociais. Dessa maneira, cuidaria dos seus filhos e ganharia talvez até mais do que na fábrica cuidando de outras crianças. Esse tipo de ocupação, assim como outros, surge a partir de determinada etapa do processo migratório e da constituição das redes sociais.

Japão: sociedade anônima

Se por um lado as redes sociais migratórias oferecem segurança, amparo e confiança para aqueles que vão, por outro lado, a sociedade de destino pode ser uma sociedade anônima para quem fica na de origem.

Notícias como maridos que vão ao Japão e somem, deixando a família no Brasil não são poucas. A revista *Veja* (1995, p. 62-63) tratou sobre este assunto no artigo intitulado “Deixados para trás – cresce o número de famílias abandonadas por brasileiros que vão fazer seu pé de meia no Japão”.

“Procuram-se desesperadamente brasileiros no Japão. São maridos, pais, filhos e cunhados que deixaram suas famílias no Brasil, partiram para o outro lado do mundo em busca de salários melhores, mantiveram contato por algum tempo e depois caíram no silêncio profundo dos desaparecidos. [...] Entre os Dekasseguis, é grande o número de sumidos, assim como o de separações conjugais. [...] Eles criam laços no Japão, enquanto as relações com o Brasil se vão esgarçando”.

No jornal semanal *Notícias do Japão*, voltado para o público de Dekasseguis brasileiros, tem até uma seção chamada “procura-se”, tentando localizar as pessoas que não deram mais notícias para os que permaneceram no Brasil.

“Procuro meu filho, Heraldo Shoji Tomioka, com urgência, para resolver as dívidas da compra de sua casa. Quem tiver alguma informação, favor entrar em contato comigo”. (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 25 nov. a 01 dez. 1994, p. 14).

“Procuro por meu marido Hajime Itien que foi para o Japão em dezembro de 1996 e não mandou mais notícias. Quem procura é Helena Itien e filhos”. (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 04 a 10 jun. 1997).

“Procuro Mário Morikawa, Francisco Inácio Morikawa e Paulo Ituo Morikawa. E peço que entrem em contato urgente com a família no Brasil, porque a mãe deles está internada no CTI do Hospital das Clínicas de Porto Alegre”. (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 04 a 10 jun. 1997).

“Procuro minha esposa Izaura Tizue Oka Straube, que foi para o Japão e não mandou mais notícias desde dezembro de 1995”. (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 04 a 10 jun. 1997).

“Procuro a minha filha Marlene Eijima Amano, que foi ao Japão e não mais deu notícias. Seu último endereço é [...]” (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 04 a 10 jun. 1997).

“Procuro o meu marido Osamu Kuwabara, que não dá notícias desde 1992. Seu último endereço é [...]” (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 29 set. a 05 out. 1995).

De certa maneira, o Japão – enquanto *sociedade anônima* na qual as pessoas podem, se quiser, “sumir do mapa” – pode estar diretamente relacionado à maior permanência de brasileiros no país hospedeiro. Em outras palavras, já faz mais de dez anos que o Movimento Dekassegui se iniciou, tempo suficiente para que os brasileiros se sintam mais à vontade no Japão.

Assim sendo, muitos brasileiros que, inicialmente foram para o Japão como Dekassegui temporário, estão preferindo permanecer por mais tempo no Japão, embora não necessariamente para sempre. Eles começam a “colocar na balança” as vantagens e as desvantagens de estar em um ou em outro país. “Diga ao povo que fico” é um artigo que retrata sobre isso: “O motivo que explica por que os brasileiros estão adotando o país [o Japão] como lar permanente, porém, é bem fácil de entender: a certeza de que o dia de amanhã será exatamente igual ao de hoje. Isso quer dizer que terão emprego garantido, o aluguel não subirá de uma hora para outra e sairão à noite para se divertirem sem o temor de serem assaltados. Enfim, uma vida sem sobressaltos tem falado mais alto do que a proposta inicial de só fazer dinheiro” (MADE IN JAPAN, out. 1997, p. 33).

Esta vontade de permanecer no Japão por mais tempo também está ligada às novas feições das redes sociais que foram se desenrolando ao longo do tempo. Essa vontade também tem sido motivo de preocupação para os agentes intermediários no Brasil que recrutavam os Dekasseguis para trabalharem no Japão, pois isso tem a ver com a queda no número de Dekasseguis que embarcam ao Japão.

Segundo o proprietário da agência 'Seizan', Shogo Nakamura, em relação ao ano de 1996, houve uma queda de aproximadamente 60% na procura das agências (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 04 a 10 jun. 1997, p. 7B).

Esta queda de número de embarque de dekasseguis brasileiros para o Japão pode ser claramente verificada nas tabelas sobre brasileiros registrados no Japão, apresentados no primeiro capítulo. A partir de 1992, a taxa de crescimento destes brasileiros no Japão tem sido pequena, indicando-nos que o número de brasileiros não cresceu, mas também não diminuiu, mantendo-se num patamar de 160 mil, segundo os dados oficiais.

A queda no número de dekasseguis, a qual os agentes intermediários se referem, talvez deva estar relacionada ao fato de muitos dekasseguis estarem retornando ao Japão (dentre as suas várias idas e vindas) sem passar por essas agências. Soma-se a isso, o visto de reentrada que os dekasseguis podem usufruir, além da experiência e contato estabelecidos anteriormente no Japão. Desse modo, os Dekasseguis podem conseguir emprego acionando suas redes pessoais no país de destino, sem solicitar as agências recrutadoras.

A reentrada dos Dekasseguis no Japão e os vários aspectos abordados neste capítulo estão presentes na formação, constituição e consolidação das redes sociais desses migrantes. Tais redes sociais apresentam feições diferentes em momentos distintos, revelando seu caráter dinâmico ao longo do processo migratório dos Dekasseguis brasileiros.

Dentre tantos aspectos, a remessa da renda poupada no Japão trabalhando também faz parte dos mecanismos da rede social dos migrantes. Assim sendo, o tema da remessa merece uma atenção maior, para entendermos um pouco sobre a sua importância no movimento migratório dos Dekasseguis brasileiros, merecendo um capítulo especialmente para tal assunto.

REMESSAS

“Um sonho era conhecer o Japão, outro, fazer um pé de meia, né? e o principal, ser o dono do próprio nariz”. (Sandro, 02.05.96).

Um fluxo migratório não ocorre, não se desenvolve nem se explica apenas por motivos econômicos ou pelo diferencial de ganho salarial”. Embora muitas vezes a migração internacional seja relacionada a processos econômicos, como o diferencial salarial entre os dois países envolvidos num determinado fluxo migratório, tais aspectos econômicos em si não são condições necessárias nem suficientes para explicar e entender o movimento. A migração tem um caráter muito mais *dinâmico* do que as análises econômicas sugerem, pois ela implica em uma variedade de mecanismos sócio-estruturais, sendo que a mais importante e significativa é a formação de redes sociais” (MASSEY, 1990, p. 65).

É o que tentamos mostrar no capítulo anterior sobre as redes sociais. Entretanto, apesar de os aspectos econômicos não serem suficientes para entendermos a dinâmica migratória, eles não podem ser ignorados; pois, com maior ou menor grau, o ganho salarial é levado em conta na tomada de decisão de migrar.

Além disso, o montante total das remessas enviadas pelos migrantes internacionais à sua sociedade de origem não é nada desprezível no período contemporâneo. “As remessas anuais por parte de migrantes (internacionais) para áreas de origem são estimadas em nível global, em *70 bilhões* de dólares. A indústria da migração é, hoje, a segunda maior do mundo, perdendo apenas para o comércio do petróleo”. (UNFPA, 1993 *apud* PATARRA, 1995, p. 14, grifo nosso).

Num movimento migratório como o dos dekasseguis brasileiros, a questão da remessa é bastante relevante, já que os sonhos e os desejos são alimentados e construídos a partir da possibilidade de poupar mais em menos tempo. Parte desse dinheiro – adquirido como mão-de-obra migrante, barata e desqualificada num país estrangeiro – é remetida ao país de origem.

“Salário? Lá [no Japão] era na base de US\$ 2.800. Aqui, mesmo trabalhando para a gente, não ganhava isso, porque tinha que pagar um monte de impostos. Não guardava isso, chegava na base de US\$ 1.000 aqui”. (Cláudio, 30.03.97).

“[] No Japão ganhava mais ou menos US\$ 1.800. E eu estava aqui no Brasil ganhando um salário de US\$ 400, como professora de período integral, né?” (Eunice, 26.04.96).

Apesar de a remessa enviada pelos dekasseguis ao Brasil (país de origem) ter um cunho individual¹⁷, no seu conjunto, o montante total apresenta um volume vultoso: alguns estimam em cerca de 4 bilhões de dólares por ano, embora outros achem isso um exagero.

A partir da estimativa que cada dekassegui brasileiro poupa em média 1.500 dólares mensais e supondo que haja 220 mil trabalhadores nipo-brasileiros no Japão, em um ano totalizam, portanto, cerca de 4 bilhões de dólares, como calcula Jorge Yoshino, gerente adjunto do Departamento de Expansão e Planejamento do Banco América do Sul (JAPÃO AQUI, abr. 1997, p. 56).

“ A gente chegava a guardar US\$ 2.000 [por mês]. E não deixava de passear também. Assim, em geral, lá [no Japão] era bem melhor do que aqui”. (Cláudio e Fátima, 30.03.97).

Esse dinheiro poupado pelos dekasseguis, no Japão, tem coberto uma parcela do astronômico rombo nas contas do balanço de pagamento do Brasil”. Com o Real e outros planos, o câmbio brasileiro ficou congelado por muito tempo, para reduzir a inflação. Com tanta prioridade no combate à inflação, nossas exportações estão diminuindo e as importações aumentando. Então, o dinheiro dos dekasseguis acaba financiando parte desse déficit na conta de serviços, resultante dos altos juros que o país paga no exterior”, explica o economista Paulo Yokota (JAPÃO AQUI, abr. 1997, p. 59).

Para se ter uma idéia do montante e da importância da remessa de divisas por parte de emigrados, esta “já ultrapassa, desde 1992, o que o país auferia com a venda de seu principal produto de exportação, em 1994, o minério de ferro. ... Em outros termos, a emigração vai se consolidando como a mais importante fonte individual de divisas de nossa pauta de ‘exportações’ (KLAGSBRUNN, 1996, p. 45).

No balanço de pagamento, as remessas de divisas dos emigrados estão incluídas na rubrica de transferências unilaterais. As transferências unilaterais, como o próprio nome diz, “incluem todas as transferências sem contrapartida. Tradicionalmente incluíam pagamentos para manutenção de amigos

¹⁷ Esse “cunho individual” significa, muitas vezes, sustento (ou ajuda financeira) à família.

e parentes, bolsas de estudo, doações, etc. E apareciam como sinal negativo. Desde que a emigração tomou vulto, a rubrica é basicamente determinada pelas remessas de brasileiros residentes no exterior e indica ingresso de divisas” (KLAGSBRUNN, 1997, p. 14).

Podemos dizer que 60% dessas transferências do Brasil são feitas por dekasseguis (GAZETA MERCANTIL, 14 a 17 nov. 1996, p. B-1; JAPÃO AQUI, abr. 1997, p. 56).

“Eu comecei a fazer [remessas] via Banespa, abri uma conta no Banespa de Tóquio, e lá o sistema é: você abre por telefone, o papel eles mandam para você, você manda o dinheiro pelo correio, que chega mesmo, sem problema nenhum, então era seguro, né? [...] nos últimos tempos eu fazia isso, mandava para o América do Sul, daí o meu marido abriu uma conta no América do Sul daqui [do Brasil] e aí eles faziam a remessa de dinheiro. (Eunice, 26.04.96).

A maior parte dessas transferências são feitas através dos Bancos do Brasil, América do Sul (banco com fortes raízes na colônia japonesa) e Banespa. Em 1996, eles contabilizaram respectivamente 1 bilhão, 500 milhões e 300 milhões de dólares. Outras instituições, algumas japonesas, responderam pelos 100 milhões restantes (JAPÃO AQUI, abr. 1997, p. 56).

Entretanto, é importante ponderar que tais valores creditados pelo Banco Central são estimados. Muitas remessas acabam sendo lançadas na conta de Erros e Comissões do balanço de pagamentos do país, como atenta Paulo Yokota, o economista entrevistado pelo Japão Aqui (abr. 1997, p. 56).

As remessas oficialmente registradas são, talvez, apenas uma parte de um volume ainda maior do que 1,9 milhão de dólares contabilizados pelos bancos citados anteriormente, uma vez que tais remessas poderiam tomar outros caminhos além dos oficiais.

Esses caminhos extra-oficiais podem ser através de entidades particulares e empresas como agências de turismo ou através do próprio dekassegui, trazendo as economias consigo mesmo¹⁸ quando este está retornando ao Brasil. Provavelmente isto se deva à tentativa de não pagar as taxas e juros cobrados pelas instituições financeiras para fazer essa operação, além de ser uma forma de fugir do imposto de renda brasileiro.

“Ele [o marido] mandava remessas para mim até um certo ponto. Depois ele passou a guardar lá, porque não compensava. Quando ele mandava para cá, eu tinha um prazo. Agora acho que não, mas naquela época [1991/1992] eu tinha um prazo para converter para a nossa moeda. Mandava pelo Banco América do Sul. E o América do Sul dava uns 15 dias para converter para a moeda, do dólar para o real. Hoje, não, hoje a gente pode manter a conta em dólar. Mas naquela época, não. Então tinha que ocupar o dinheiro com alguma coisa. Guardar jamais, porque o que se pagava [de taxas e juros] não compensava”. (Heloísa, 25.08.97).

Fora isso, mesmo quando bancos com filiais no Japão fazem a remessa, o trajeto pode enganar o Banco Central quanto ao seu local de origem. “Muitas transferências não são registradas pelas instituições financeiras japonesas, que as fazem via Nova York, dando a impressão de que a renda vem dos Estados Unidos, e não do Japão’, como explica Luiz Fernando Chagas Lessa, gerente geral do Banco do Brasil em Tóquio” (JAPÃO AQUI, abr. 1997, p. 56-57).

“Em geral, os dekasseguis brasileiros calculam a sua poupança em dólar, pois, como [a princípio] pretendem voltar ao Brasil, assim fica mais fácil para estimar quanto precisam ganhar para comprar uma casa”¹⁹, comenta Roberto de Camillo, gerente adjunto do Banco do Brasil em São Paulo e ex-gerente da agência do Banco do Brasil em Tóquio (GAZETA MERCANTIL, 14 a 17 nov. 1996, p. B-1). Além disso, apesar de os juros no Brasil serem bem mais altos, os brasileiros emigrados não tendem a poupar e aplicar em reais por não terem muita confiança na situação econômica do país nem na estabilidade de sua moeda, consoante Klagsbrunn (1997, p. 16).

¹⁸ Temos notícias de que muitos dekasseguis são alvos de roubos e assaltos. Em alguns casos, desde o aeroporto eles são seguidos pelos assaltantes até as suas residências, para então serem rendidos, levando todas as suas economias obtidas com o trabalho de alguns anos no Japão.

¹⁹ O Movimento dekassegui tem mobilizado o mercado imobiliário brasileiro. De olho na poupança e remessas desses migrantes que (a princípio) pretendem voltar ao Brasil, as empresas construtoras, como a Encol, montaram “uma central de atendimento para o Nippon Service em São Paulo, com estrutura para prestar assessoria antes e depois da compra, desde o envio de todas as informações sobre os imóveis a venda até a emissão de boletins sobre o andamento das obras”, além de planejarem instalar um ponto de vendas no Japão e colocar anúncios em publicações dirigidas aos dekasseguis (GAZETA MERCANTIL, 01 abr. 1993, p. 9). São oferecidos apartamentos e casas nas cidades com maior concentração de descendentes de japoneses como São Paulo (capital e interior), Maringá, Londrina, Curitiba, Belém e Campo Grande. Enquanto as empresas construtoras baseiam-se no argumento do retorno ao Brasil, com a casa própria (GAZETA MERCANTIL, 01 abr. 1993, p. 9), outros (como Sérgio Senise, gerente de vendas da construtora Plaenge) afirmam que os dekasseguis investem na compra de imóveis novos por ser um produto valorizado. “Eles não compram para morar, mas para investimento. É como se fosse uma poupança”. (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 04 a 10 jun. 1994, p. 7). Sobre a dinâmica imobiliária na cidade de Governador Valadares, ver Soares (1995).

Embora estimem que 80% das remessas dos dekasseguis são feitas por vias bancárias (KLAGSBRUNN, 1997, p. 17), nem tudo que os dekasseguis brasileiros ganham no Japão chega ao Brasil.

Um dos destinos desse dinheiro é a aplicação em dólar ou iene no próprio Japão, sem contar os cerca de 1,5 bilhão de dólares que os dekasseguis brasileiros rendem ao Japão em impostos, segundo Yokota. Além disso, o consumo de bens duráveis – como carro, objetos eletrônicos e motocicletas – no próprio Japão vem drenando parte da poupança dos dekasseguis, principalmente dos mais jovens.

Também podemos citar o caso daqueles que preferem permanecer no Japão e abrir pequenos negócios voltados para o público brasileiro que está no Japão (como vimos no Capítulo 3), contribuindo, assim, para a consolidação da rede social *de* dekassegui *para* dekassegui no Japão.

Variação das taxas de câmbio

Além dos aspectos abordados, faz-se necessário colocarmos outro dado não menos importante: a desvalorização do iene, que tem contribuído para a diminuição das remessas de dekasseguis para o Brasil. Segundo o jornal Gazeta Mercantil (14 a 17 nov. 1996, p. B-1), mais de US\$ 600 milhões deixarão de entrar no país [no Brasil] em 1996 em decorrência da desvalorização do iene em relação ao dólar e da retração da economia japonesa.

Em 1995, segundo este mesmo jornal, os dekasseguis que trabalhavam no Japão enviaram ao Brasil US\$ 3,973 bilhões e, em 1996, a estimativa era de US\$ 2,9 bilhões. Já a revista Japão Aqui (abr. 1997, p. 60) afirmou que as remessas oficiais dos dekasseguis brasileiros reduziram de 2,4 bilhões de dólares em 1995 para 1,9 bilhão. De qualquer modo, analistas financeiros concordam que a principal causa dessa retração foi a desvalorização do iene, desde maio de 1996.

Como os dekasseguis são remunerados em iene, que quase não sofre os efeitos da inflação, a desvalorização fez com que eles precisassem de mais dinheiro para comprar os dólares que mandam para o Brasil (GAZETA MERCANTIL, 14 a 17 nov. 1996, p. B-1). Em outras palavras, como os dekasseguis ganham seus salários em iene, mas têm seus cálculos sobre seus planos e metas feitos em dólar, a primeira consideração que fazem é sobre o melhor momento de aplicar suas rendas em dólar, segundo Klagsbrunn (1997, p. 17).

Essa operação depende da taxa de câmbio iene/dólar norte-americano. Assim o dekassegui espera o melhor momento para aplicar em dólar e fora do Brasil. A taxa de câmbio da moeda brasileira

em relação ao dólar também deve pesar no momento de aplicar suas economias, segundo este mesmo autor.

Yukio: *“porque mudou o câmbio, o real, que valorizou muito”.*

Zuleika: *“porque antes mandava dólar e tinha valor. E a situação que a gente estava na época [1991] era tranquila”.*

Yukio: *“Antes significava bastante, o salário de lá [Japão]. Hoje é igual”.*

Zuleika: *“É, hoje, não, hoje é relativamente igual”.* (Yukio e Zuleika, 13.08.97).

Embora o migrante nem sempre seja completamente racional no momento da tomada de suas decisões, isto é, mesmo não tendo tanta consciência de tais operações, taxas e conversões, certamente eles sentem o efeito da variação da taxa de câmbio.

Andréia: *“A gente mandava dinheiro para cá todo mês. Uns 1.500 a 2.000 dólares. E naquela época, isso era dinheiro. Eu lembro que na época que eu voltei [para o Brasil em 1994] era R\$ 2,75 o valor do dólar. Agora [em 1997] é R\$ 1,11. Então valia quase 3 vezes”.*

Tadeu: *“O que eu não gostei é que o dólar baixou e não subia. (Ou seja, não tinha o salário aumentado). [...] eu tinha o dólar e o dólar não valia nada”.*

Andréia: *“Daí (o salário do Japão) não valia mais aquele valor de antes. Quando ele (Tadeu) foi trocar [...] perdeu muito dinheiro”.* (Tadeu e Andréia, 11.ago.1997).

“[...] mas foi um ano muito bom para eles [seu marido e seu cunhado]. A moeda, o dólar, estava lá em cima, na época era cruzeiro, então estava aqui embaixo. Então um salário de um dekassegui era um salário que nem um gerente ganhava. Agora, com a estabilização da moeda, ficou ruim por esse lado. O que você ganha lá é equivalente ao daqui. Já não é como antes. Por isso, desta vez, eles nem pensavam em voltar (para o Japão). Tanto que naquela época (1991) falavam que pessoas que ficavam 2 anos direto, faziam a vida aqui no Brasil. E fazia”. (Heloísa, 25.ago.1997).

Para se ter uma idéia do efeito da variação do câmbio – iene para dólar e dólar para moeda brasileira –, faremos um exercício fixando o salário do dekassegui em iene, que não tem se alterado tanto desde os meados dos anos 80, quando começaram a ir os primeiros dekasseguis ao Japão. Em seguida, poderemos visualizar os efeitos decorrentes do câmbio, isto é, primeiro, quando o salário do dekassegui passa do iene para o dólar e, segundo, do dólar para a moeda brasileira²⁰, considerando a diferença existente entre o dólar comercial e o dólar paralelo.

²⁰ Vamos nos referir assim (*moeda brasileira*), pois houve muitas mudanças da moeda no Brasil durante o período contemplado, isto é, de 1984 a 1995.

Tomemos, como exemplo, o salário médio de um entrevistado. Vale lembrar que o salário da mulher no Japão sempre foi inferior ao do homem. No caso de João e Mércia (entrevistados em 12.06.97), ele ganhava, em média, ¥1.400 por hora, trabalhando numa fábrica de autopeças, enquanto sua noiva Mércia ganhava ¥1.000 por hora, numa fábrica de componentes eletrônicos.

Mas, para ilustrarmos aqui, vamos considerar o salário de João, de ¥1.400/hora. Supondo que ele trabalhe em média 10 horas por dia²¹, João ganha ¥14.000 por dia. Considerando que trabalha 25 dias por mês, ele ganha então, ¥350.000 por mês.

Este valor será utilizado, então, como base na próxima tabela 15, para podermos fazer a comparação do mesmo salário em épocas diferentes e em termos de iene, dólar comercial e paralelo e em moeda brasileira, a partir dos meados da década de 80, quando se teve notícia dos primeiros rumores do Fenômeno dekassegui.

²¹ Além das 8 horas normais de trabalho, muitos dekasseguis entrevistados disseram fazer mais 3 a 5 horas extras, que, segundo eles, “é o que ganha”. (João e Mércia; Sandro e Edna; Yukio; dentre outros).

**TABELA 15 – Salário mensal do Dekassegui em iene, dólar e moeda brasileira
1984 a 1995**

A		B	C	D	E	F	G	H	I
PERÍODO		SALÁRIO EM IENE	COTAÇÃO IENE/DÓLAR (MÉDIA ANUAL)	SALÁRIO EM DÓLAR	COTAÇÃO DÓLAR COMERCIAL/MOEDA BRAS.	COTAÇÃO DÓLAR PARALELO/MOEDA BRAS.	SALÁRIO CORRIGIDO PELO IGP (CÂMBIO COM.)	SALÁRIO CORRIGIDO PELO IGP (CÂMBIO)	ÁGIO (%)
1984	Jan.	¥350.000	¥ 251,10	US\$ 1393,87	BR\$ 1080,00	BR\$ 1340,00	BR\$ 3542,18	BR\$ 4394,93	24,07%
	Fev.	¥350.000	251,10	1393,87	1213,00	1430,00	3543,97	4177,97	17,89%
	Mar.	¥350.000	251,10	1393,87	1335,00	1435,00	3547,01	3812,70	7,49%
	Abr.	¥350.000	251,10	1393,87	1453,00	1520,00	3543,88	3707,30	4,61%
	Mai.	¥350.000	251,10	1393,87	1582,00	1740,00	3544,35	3898,34	9,99%
	Jun.	¥350.000	251,10	1393,87	1728,00	1780,00	3543,93	3650,58	3,01%
	Jul.	¥350.000	251,10	1393,87	1905,00	2000,00	3541,36	3717,96	4,99%
	Ago.	¥350.000	251,10	1393,87	2107,00	2460,00	3540,77	4133,98	16,75%
	Set.	¥350.000	251,10	1393,87	2329,00	2890,00	3541,73	4394,85	24,09%
	Out.	¥350.000	251,10	1393,87	2622,00	2860,00	3541,79	3863,28	9,08%
	Nov.	¥350.000	251,10	1393,87	2881,00	3250,00	3541,85	3995,49	12,81%
	Dez.	¥350.000	251,10	1393,87	3184,00	3950,00	3541,31	4393,27	24,06%
1985	Jan.	¥350.000	¥ 200,50	US\$ 1745,64	BR\$ 3585,00	BR\$3900,00	BR\$ 4433,29	BR\$ 4822,82	8,79%
	Fev.	¥350.000	200,50	1745,64	3951,00	4800,00	4435,21	5388,25	21,49%
	Mar.	¥350.000	200,50	1745,64	4450,00	5170,00	4432,22	5149,35	16,18%
	Abr.	¥350.000	200,50	1745,64	4980,00	5650,00	4626,16	5248,55	13,45%
	Mai.	¥350.000	200,50	1745,64	5480,00	6500,00	4723,16	5602,28	18,61%
	Jun.	¥350.000	200,50	1745,64	5980,00	7300,00	4779,22	5834,17	22,07%
	Jul.	¥350.000	200,50	1745,64	6440,00	9000,00	4725,51	6603,97	39,75%
	Ago.	¥350.000	200,50	1745,64	6970,00	9450,00	4486,35	6082,64	35,58%
	Set.	¥350.000	200,50	1745,64	7825,00	10000,00	4615,18	5897,99	27,80%
	Out.	¥350.000	200,50	1745,64	8560,00	11000,00	4629,86	5949,58	28,50%
	Nov.	¥350.000	200,50	1745,64	9350,00	13000,00	4399,38	6116,79	39,04%
	Dez.	¥350.000	200,50	1745,64	10490,00	15900,00	4360,33	6609,08	51,57%

Continua (1 de 7)

**TABELA 15 – Salário mensal do Dekassegui em iene, dólar e moeda brasileira
1984 a 1995**

A	B	C	D	E	F	G	H	I	
PERÍODO	SALÁRIO EM IENE	COTAÇÃO IENE/DÓLAR (MÉDIA ANUAL)	SALÁRIO EM DÓLAR	COTAÇÃO DÓLAR COMERCIAL/MOEDA BRAS.	COTAÇÃO DÓLAR PARALELO/MOEDA BRAS.	SALÁRIO CORRIGIDO PELO IGP (CÂMBIO COM.)	SALÁRIO CORRIGIDO PELO IGP (CÂMBIO)	ÁGIO (%)	
1986	Jan.	¥350.000	US\$ 2199,87	BR\$12155,00	BR\$15900,00	BR\$ 5405,56	BR\$ 7071,03	30,81%	
	Fev.	¥350.000	2199,87	13840,00	20000,00	5353,06	7735,63	44,51%	
	Mar.	¥350.000	159,10	2199,87	13,84	17,45	5072,88	6396,08	26,08%
	Abr.	¥350.000	159,10	2199,87	13,84	20,10	5102,47	7410,38	45,23%
	Mai.	¥350.000	159,10	2199,87	13,84	20,70	5086,10	7607,10	49,57%
	Jun.	¥350.000	159,10	2199,87	13,84	20,90	5059,72	7640,77	51,01%
	Jul.	¥350.000	159,10	2199,87	13,84	24,00	5027,63	8718,43	73,41%
	Ago.	¥350.000	159,10	2199,87	13,84	23,00	4961,73	8245,66	66,18%
	Set.	¥350.000	159,10	2199,87	13,84	24,40	4907,97	8652,78	76,30%
	Out.	¥350.000	159,10	2199,87	14,09	28,30	4928,44	9898,85	100,85%
	Nov.	¥350.000	159,10	2199,87	14,20	28,50	4848,02	9730,18	100,70%
	Dez.	¥350.000	159,10	2199,87	14,94	27,20	4742,01	8633,37	82,06%
1987	Jan.	¥350.000	US\$ 2834,01	BR\$ 16,54	BR\$ 26,10	BR\$ 6036,57	BR\$ 9525,66	57,80%	
	Fev.	¥350.000	2834,01	19,80	32,00	6332,61	10234,52	61,62%	
	Mar.	¥350.000	123,50	2834,01	22,14	30,00	6157,98	8344,14	35,50%
	Abr.	¥350.000	123,50	2834,01	25,43	33,50	5890,28	7759,51	31,73%
	Mai.	¥350.000	123,50	2834,01	34,00	37,50	6172,72	6808,15	10,29%
	Jun.	¥350.000	123,50	2834,01	43,38	54,00	6256,90	7788,67	24,48%
	Jul.	¥350.000	123,50	2834,01	46,02	57,80	6071,14	7625,20	25,60%
	Ago.	¥350.000	123,50	2834,01	48,36	59,00	6105,22	7448,47	22,00%
	Set.	¥350.000	123,50	2834,01	51,28	65,00	5993,31	7596,82	26,76%
	Out.	¥350.000	123,50	2834,01	55,90	68,50	5877,99	7202,91	22,54%
	Nov.	¥350.000	123,50	2834,01	63,07	77,30	5793,92	7101,16	22,56%
	Dez.	¥350.000	123,50	2834,01	71,71	93,50	5684,45	7411,74	30,39%

Continua (2 de 7)

**TABELA 15 – Salário mensal do Dekassegui em iene, dólar e moeda brasileira
1984 a 1995**

A	B	C	D	E	F	G	H	I	
PERÍODO	SALÁRIO EM IENE	COTAÇÃO IENE/DÓLAR (MÉDIA ANUAL)	SALÁRIO EM DÓLAR	COTAÇÃO DÓLAR COMERCIAL/MOEDA BRAS.	COTAÇÃO DÓLAR PARALELO/MOEDA BRAS.	SALÁRIO CORRIGIDO PELO IGP (CÂMBIO COM.)	SALÁRIO CORRIGIDO PELO IGP (CÂMBIO)	ÁGIO (%)	
1988	Jan.	¥350.000	¥ 125,85	US\$ 2781,09	BR\$ 83,40	BR\$ 98,50	BR\$ 5445,28	BR\$ 6431,18	18,11%
	Fev.	¥350.000	125,85	2781,09	98,50	124,00	5466,59	6881,79	25,89%
	Mar.	¥350.000	125,85	2781,09	114,55	151,00	5380,14	7092,11	31,82%
	Abr.	¥350.000	125,85	2781,09	137,44	179,00	5364,53	6986,69	30,24%
	Mai.	¥350.000	125,85	2781,09	162,69	227,00	5313,46	7413,83	39,53%
	Jun.	¥350.000	125,85	2781,09	194,63	273,00	5259,35	7377,09	40,27%
	Jul.	¥350.000	125,85	2781,09	241,73	356,00	5376,08	7917,45	47,27%
	Ago.	¥350.000	125,85	2781,09	292,49	473,00	5292,80	8559,24	61,71%
	Set.	¥350.000	125,85	2781,09	362,98	530,00	5222,94	7626,20	46,01%
	Out.	¥350.000	125,85	2781,09	463,34	780,00	5225,95	8797,52	68,34%
	Nov.	¥350.000	125,85	2781,09	588,07	960,00	5182,60	8460,39	63,25%
	Dez.	¥350.000	125,85	2781,09	756,55	1215,00	5173,48	8308,48	60,60%
1989	Jan.	¥350.000	¥ 143,45	US\$ 2439,87	BR\$ 1,00	BR\$ 1,56	BR\$ 4393,56	BR\$ 6853,95	56,00%
	Fev.	¥350.000	143,45	2439,87	1,00	1,70	3929,23	6679,68	70,00%
	Mar.	¥350.000	143,45	2439,87	1,00	1,89	3770,22	7125,71	89,00%
	Abr.	¥350.000	143,45	2439,87	1,03	2,40	3692,39	8603,63	133,01%
	Mai.	¥350.000	143,45	2439,87	1,15	3,14	3656,10	9982,74	173,04%
	Jun.	¥350.000	143,45	2439,87	1,52	3,35	3811,91	8401,26	120,39%
	Jul.	¥350.000	143,45	2439,87	2,17	3,80	3946,84	6911,52	75,12%
	Ago.	¥350.000	143,45	2439,87	2,80	4,70	3731,55	6263,67	67,86%
	Set.	¥350.000	143,45	2439,87	3,80	7,20	3645,44	6907,15	89,47%
	Out.	¥350.000	143,45	2439,87	5,23	11,70	3591,51	8034,54	123,71%
	Nov.	¥350.000	143,45	2439,87	7,37	13,80	3507,97	6568,52	87,25%
	Dez.	¥350.000	143,45	2439,87	11,36	26,00	3619,53	8284,14	128,87%

Continua (3 de 7)

**TABELA 15 – Salário mensal do Dekassegui em iene, dólar e moeda brasileira
1984 a 199**

A		B	C	D	E	F	G	H	I
PERÍODO		SALÁRIO EM IENE	COTAÇÃO IENE/DÓLAR (MÉDIA ANUAL)	SALÁRIO EM DÓLAR	COTAÇÃO DÓLAR COMERCIAL/MOEDA BRAS.	COTAÇÃO DÓLAR PARALELO/MOEDA BRAS.	SALÁRIO CORRIGIDO PELO IGP (CÂMBIO COM.)	SALÁRIO CORRIGIDO PELO IGP (CÂMBIO)	ÁGIO (%)
1990	Jan.	¥350.000	¥ 134,40	US\$ 2604,17	BR\$ 17,73	BR\$ 37,50	BR\$ 3507,59	BR\$ 7418,75	111,51%
	Fev.	¥350.000	134,40	2604,17	30,64	65,00	3530,86	7490,40	112,14%
	Mar.	¥350.000	134,40	2604,17	42,56	65,00	2704,89	4131,07	52,73%
	Abr.	¥350.000	134,40	2604,17	51,24	74,00	2925,06	4224,33	44,42%
	Mai.	¥350.000	134,40	2604,17	55,22	88,00	2890,01	4605,59	59,36%
	Jun.	¥350.000	134,40	2604,17	61,02	88,00	2929,42	4224,66	44,22%
	Jul.	¥350.000	134,40	2604,17	68,99	81,00	2931,59	3441,93	17,41%
	Ago.	¥350.000	134,40	2604,17	71,55	81,50	2692,26	3066,66	13,91%
	Set.	¥350.000	134,40	2604,17	84,20	89,50	2836,01	3014,53	6,29%
	Out.	¥350.000	134,40	2604,17	106,90	113,00	3154,01	3333,99	5,71%
	Nov.	¥350.000	134,40	2604,17	145,90	166,00	3665,05	4169,96	13,78%
	Dez.	¥350.000	134,40	2604,17	171,30	186,00	3695,07	4012,16	8,58%
1991	Jan.	¥350.000	¥ 125,20	US\$ 2795,53	BR\$ 220,14	BR\$ 236,50	BR\$ 4250,27	BR\$ 4566,14	7,43%
	Fev.	¥350.000	125,20	2795,53	224,67	251,00	3581,72	4001,47	11,72%
	Mar.	¥350.000	125,20	2795,53	238,93	266,50	3551,68	3961,51	11,54%
	Abr.	¥350.000	125,20	2795,53	260,73	296,00	3564,26	4046,41	13,53%
	Mai.	¥350.000	125,20	2795,53	284,70	318,00	3653,54	4080,88	11,70%
	Jun.	¥350.000	125,20	2795,53	312,22	348,00	3647,05	4065,00	11,46%
	Jul.	¥350.000	125,20	2795,53	347,30	390,00	3595,58	4037,65	12,29%
	Ago.	¥350.000	125,20	2795,53	393,76	445,00	3529,83	3989,17	13,01%
	Set.	¥350.000	125,20	2795,53	464,93	560,00	3586,95	4320,42	20,45%
	Out.	¥350.000	125,20	2795,53	645,02	830,00	3954,28	5088,30	28,68%
	Nov.	¥350.000	125,20	2795,53	840,40	905,00	4096,66	4411,56	7,69%
	Dez.	¥350.000	125,20	2795,53	1068,80	1140,00	4265,74	4549,91	6,66%

Continua (4 de 7)

**TABELA 15 – Salário mensal do Dekassegui em iene, dólar e moeda brasileira
1984 a 1995**

A		B	C	D	E	F	G	H	I
PERÍODO		SALÁRIO EM IENE	COTAÇÃO IENE/DÓLAR (MÉDIA ANUAL)	SALÁRIO EM DÓLAR	COTAÇÃO DÓLAR COMERCIAL/MOEDA BRAS.	COTAÇÃO DÓLAR PARALELO/MOEDA BRAS.	SALÁRIO CORRIGIDO PELO IGP (CÂMBIO COM.)	SALÁRIO CORRIGIDO PELO IGP (CÂMBIO)	ÁGIO (%)
1992	Jan.	¥350.000	¥ 124,75	US\$ 2805,61	BR\$ 1319,45	BR\$ 1285,00	BR\$ 4166,72	BR\$ 4057,93	-2,61%
	Fev.	¥350.000	124,75	2805,61	1630,85	1610,00	4126,88	4074,12	-1,28%
	Mar.	¥350.000	124,75	2805,61	1988,00	1995,00	4167,86	4182,54	0,35%
	Abr.	¥350.000	124,75	2805,61	2396,10	2560,00	4237,68	4527,54	6,84%
	Mai.	¥350.000	124,75	2805,61	2849,10	3000,00	4115,15	4333,10	5,30%
	Jun.	¥350.000	124,75	2805,61	3446,70	3730,00	4100,20	4437,21	8,22%
	Jul.	¥350.000	124,75	2805,61	4204,60	4650,00	4110,21	4545,61	10,59%
	Ago.	¥350.000	124,75	2805,61	5131,00	5700,00	3995,36	4438,43	11,09%
	Set.	¥350.000	124,75	2805,61	6400,00	7300,00	3912,47	4462,66	14,06%
	Out.	¥350.000	124,75	2805,61	8034,10	8470,00	3931,09	4144,38	5,43%
	Nov.	¥350.000	124,75	2805,61	9949,90	11000,00	3919,10	4332,72	10,55%
	Dez.	¥350.000	124,75	2805,61	12387,50	14600,00	3944,42	4648,93	17,86%
1993	Jan.	¥350.000	¥ 112,84	US\$ 3101,74	BR\$15720,00	BR\$16900,00	BR\$ 4298,83	BR\$ 4621,51	7,51%
	Fev.	¥350.000	112,84	3101,74	19858,00	21650,00	4292,64	4680,02	9,02%
	Mar.	¥350.000	112,84	3101,74	25121,00	28200,00	4248,72	4769,48	12,26%
	Abr.	¥350.000	112,84	3101,74	32268,00	36500,00	4256,63	4814,89	13,12%
	Mai.	¥350.000	112,84	3101,74	41700,00	46000,00	4158,75	4587,59	10,31%
	Jun.	¥350.000	112,84	3101,74	54336,00	59000,00	4145,33	4501,15	8,58%
	Jul.	¥350.000	112,84	3101,74	71153,00	77800,00	4113,49	4497,76	9,34%
	Ago.	¥350.000	112,84	3101,74	94,65	103,50	4097,83	4480,99	9,35%
	Set.	¥350.000	112,84	3101,74	128,07	129,00	4047,53	4076,92	0,73%
	Out.	¥350.000	112,84	3101,74	174,00	174,00	4069,20	4069,20	0,00%
	Nov.	¥350.000	112,84	3101,74	235,98	236,00	4029,41	4029,75	1,01%
	Dez.	¥350.000	112,84	3101,74	326,10	325,00	4087,68	4073,89	-0,34%

Continua (5 de 7)

**TABELA 15 – Salário mensal do Dekassegui em iene, dólar e moeda brasileira
1984 a 1995**

A		B	C	D	E	F	G	H	I
PERÍODO		SALÁRIO EM IENE	COTAÇÃO IENE/DÓLAR (MÉDIA ANUAL)	SALÁRIO EM DÓLAR	COTAÇÃO DÓLAR COMERCIAL/ MOEDA BRAS.	COTAÇÃO DÓLAR PARALELO/ MOEDA BRAS.	SALÁRIO CORRIGIDO PELO IGP (CÂMBIO COM.)	SALÁRIO CORRIGIDO PELO IGP (CÂMBIO)	ÁGIO (%)
1994	Jan.	¥350.000	¥ 100,65	US\$ 3477,40	BR\$ 458,66	BR\$ 444,00	BR\$ 4533,12	BR\$ 4388,23	-3,20%
	Fev.	¥350.000	100,65	3477,40	637,26	635,01	4422,65	4407,04	-0,35%
	Mar.	¥350.000	100,65	3477,40	913,35	883,00	4377,52	4232,06	-3,32%
	Abr.	¥350.000	100,65	3477,40	1302,30	1256,00	4384,72	4228,83	-3,56%
	Mai.	¥350.000	100,65	3477,40	1875,28	1875,00	4479,53	4478,86	-0,01%
	Jun.	¥350.000	100,65	3477,40	2750,00	2700,00	4481,51	4400,02	-1,82%
	Jul.	¥350.000	100,65	3477,40	0,94	0,93	3377,93	3341,99	-1,06%
	Ago.	¥350.000	100,65	3477,40	0,89	0,91	3091,41	3164,43	2,36%
	Set.	¥350.000	100,65	3477,40	0,85	0,89	2920,94	3047,64	4,34%
	Out.	¥350.000	100,65	3477,40	0,85	0,86	2824,94	2854,99	1,06%
	Nov.	¥350.000	100,65	3477,40	0,85	0,86	2753,59	2802,47	1,78%
	Dez.	¥350.000	100,65	3477,40	0,85	0,88	2741,30	2851,47	4,02%

Continua (6 de 7)

**TABELA 15 – Salário mensal do Dekassegui em iene, dólar e moeda brasileira
1984 a 1995**

A	B	C	D	E	F	G	H	I
PERÍODO	SALÁRIO EM IENE	COTAÇÃO IENE/DÓLAR (MÉDIA ANUAL)	SALÁRIO EM DÓLAR	COTAÇÃO DÓLAR COMERCIAL/MOEDA BRAS.	COTAÇÃO DÓLAR PARALELO/MOEDA BRAS.	SALÁRIO CORRIGIDO PELO IGP (CÂMBIO COM.)	SALÁRIO CORRIGIDO PELO IGP (CÂMBIO)	ÁGIO (%)
1995 Jan.	¥350.000	¥ 103,15	US\$ 3393,12	BR\$ 0,84	BR\$ 0,85	BR\$ 2629,59	BR\$ 2635,83	0,24%
Fev.	¥350.000	103,15	3393,12	0,85	0,84	2624,41	2590,49	-1,29%
Mar.	¥350.000	103,15	3393,12	0,90	0,90	2714,07	2729,21	0,56%
Abr.	¥350.000	103,15	3393,12	0,91	0,91	2703,38	2679,69	-0,88%
Mai.	¥350.000	103,15	3393,12	0,91	0,89	2671,97	2630,68	-1,55%
Jun.	¥350.000	103,15	3393,12	0,92	0,93	2649,44	2658,06	0,33%
Jul.	¥350.000	103,15	3393,12	0,94	0,93	2631,72	2603,60	-1,07%
Ago.	¥350.000	103,15	3393,12	0,95	0,96	2639,55	2650,66	0,42%
Set.	¥350.000	103,15	3393,12	0,95	0,95	2677,45	2671,83	-0,21%
Out.	¥350.000	103,15	3393,12	0,96	0,96	2693,43	2694,55	0,04%

(7 de 7)

Fontes: Cotação iene/dólar (média anual) e índice de IGP-DI: Conjuntura Econômica, FGV (jul/1997).
Cotação dólar comercial e dólar paralelo/moeda brasileira: Instituto de Economia da UNICAMP.

Obs: 1. IGP-DI – Base (ago/1994).

2. Para representarmos a moeda brasileira no período de 1984 a 1995, utilizamos o símbolo BR\$.

3. Até fevereiro de 1986, a moeda brasileira era Cruzeiro, chamando-se por algum tempo de Cruzeiro Novo. A partir de então, foi substituída pelo Cruzado. Em janeiro de 1989, com a decretação do Plano Verão, o Cruzado foi substituído pelo Cruzado Novo. Este foi extinto em março de 1990, em decorrência da reforma decretada pelo Plano Collor. Em seu lugar foi reintroduzido o Cruzeiro como padrão monetário. Em agosto de 1993, durante o governo Itamar Franco, mudou para Cruzeiro Real e, a partir de julho de 1994, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a moeda foi novamente substituída pelo Real (R\$ 1,00 = Cr\$ 2.750,00).

Apesar de a tabela 15 ser extensa, sua análise é simples. Temos, na coluna B, o salário médio mensal do dekassegui em iene, como uma referência fixa, para podermos perceber as oscilações e os efeitos decorrentes da variação cambial. Nas colunas C, E e F, temos, respectivamente, as taxas de câmbio de iene/dólar, dólar comercial/moeda brasileira e dólar paralelo/moeda brasileira.

A cotação do iene/dólar é média anual, diferentemente das outras cotações (Coluna E e F) que são mensais, o que não interfere no nosso raciocínio. Já as cotações das colunas E e F (do dólar para a moeda brasileira) teriam de ser mensais, uma vez que houve várias mudanças na moeda brasileira.

Como todas essas mudanças não ocorreram em janeiro, foi preciso considerarmos os demais meses, pois as mudanças das moedas, em geral, eram parte de pacote ou plano econômico, implicando em possíveis influências nas taxas cambiais. Mas esse assunto está fora do nosso alcance, por isso centraremos apenas na variação do salário médio mensal do dekassegui.

Posto isto, podemos dizer que existem, a princípio, dois fatores que influenciam no *rendimento do dekassegui*. O primeiro, é a *taxa cambial iene/dólar*. Para o dekassegui, quanto menor a cotação do iene, melhor para ele, pois, com o mesmo salário de ¥ 350 mil, ele pode comprar mais dólares.

Assim sendo, o melhor período para ele fazer a conversão do iene para o dólar foi em 1994 (¥ 100,65 = US\$ 1,00). Com o mesmo salário em iene, neste referido ano, ele chegou a ganhar 3.477,40 dólares mensais, quando em outro período, como em 1984, equivaleria a 1.393,87 dólares (¥ 251,10 = US\$ 1,00; conforme coluna D da tabela 15). Isto significa que em 1994, pela taxa cambial iene/dólar, o dekassegui ganhou cerca de 2,5 vezes a mais do que em 1984, (quando o dólar custava mais caro e o migrante precisava de mais iene para comprar 1 dólar).

Apesar de fazer as contas em dólar, o dekassegui sempre se referia à sua sociedade de origem, logo, também fazia *os cálculos em moeda brasileira*. Esse é o *segundo fator* que influencia no rendimento do salário do dekassegui no Japão.

Mesmo com a melhor cotação do iene/dólar, 1994 não foi o melhor período para se trazer dinheiro para o Brasil. Nesse ano, havia pouca diferença entre o dólar comercial e o paralelo, e é na diferença entre as duas cotações que o dekassegui conseguia seu rendimento.

Assim, quanto maior fosse a diferença entre o dólar comercial e o paralelo, melhor rendimento o dekassegui teria ao converter seu dinheiro para a moeda brasileira. Em geral, havia ágio em época de altos índices de inflação (ver coluna I, que indica a diferença entre dólar comercial e paralelo).

As colunas G e H referem-se aos salários do dekassegui via câmbio comercial (G) e paralelo (H), ambos corrigidos pelo IGP-DI, com base em agosto de 1994. Essa correção é necessária por causa da inflação, para termos um valor real (e não nominal) do salário mensal do dekassegui, referente a agosto de 1994.

O melhor período em rendimento no Brasil foi entre 1987 e 1988 (veja a coluna H). Em fevereiro de 1987, o mesmo salário em moeda japonesa, chegou a valer em moeda brasileira 10.234,52 reais. Sendo que, em janeiro de 1994, a taxa cambial do iene/dólar estava em baixa (o primeiro fator citado) e o dekassegui podia comprar mais dólares, mas o salário em moeda brasileira no câmbio paralelo valia 4.388,23 reais. Então, em 1987, o mesmo salário correspondia a cerca de 2,5 vezes mais do que em 1994.

Isto porque a diferença entre a cotação do dólar comercial e do dólar paralelo era pequena. Vejamos o ágio (coluna I): em fevereiro de 1987, no câmbio paralelo, podia se ter um rendimento de 61,62% *a mais* do que no câmbio comercial. Já em janeiro de 1994 (ano em que a moeda brasileira foi substituída pelo real, quando R\$ 1,00 equivalia a US\$ 1,00), o câmbio paralelo valia 3,20% *a menos* do que o comercial. Isso significa que foi no mercado negro, e não no oficial, (quando havia porcentagens positivas no ágio) que o dekassegui obteve rendimentos maiores.

Com o mesmo salário médio mensal fixo em moeda japonesa, podemos ver que, ao convertê-lo para a moeda brasileira, houve uma variação de 2.600 (em 1995) a 10.200 reais (em 1987) – uma diferença de quase 4 vezes, considerando também a variação do câmbio iene/dólar.

Além da variação cambial – iene/dólar e dólar comercial/paralelo –, podemos considerar um *terceiro fator*. Devemos lembrar que havia uma *maior demanda de mão-de-obra migrante no Japão*, isto é, havia muito mais oferta do que demanda de emprego.

Nesse sentido, 1987-1989 foi o período mais interessante para o dekassegui em termos de ganho, considerando-se aí mais ofertas de emprego, mais horas extras e também maior ganho salarial.

Neste exercício, não estamos considerando o salário anterior do nikkei no Brasil *antes* de ele se candidatar a dekassegui. Isto é, se comparássemos o ganho salarial *real* do Brasil e do Japão, talvez a diferença entre estes fosse ainda maior. Este seria um bom parâmetro para percebermos ainda mais o diferencial de ganho salarial, no entanto, com o exercício feito com a tabela 15, já é possível percebermos que, nos meados dos anos 90, o rendimento do dekassegui não foi tão próspero quanto o da na segunda metade da década de 80.

Isso contribui, em parte, para a diminuição do envio de remessas. Como já vimos, esse decréscimo tem outros fatores, que talvez estejam muito mais relacionados às novas configurações das redes sociais dos dekassegui brasileiros no Japão, ou seja, à maior permanência de brasileiros no Japão, perdendo de vista o caráter temporário inicial; outros canais de escoamento do rendimento do dekassegui (consumo de bens duráveis no Japão, aplicações em investimentos japoneses); e, talvez, o fato de existirem mais famílias inteiras no Japão do que antes.

“[...] tem alguns que estão acumulando dinheiro lá [no Japão] com esperança de voltar [ao Brasil] e acabaram ficando [na sociedade hospedeira], como nossos avós. Hoje inverteu a situação. Eles foram lá para ganhar e voltar, mas talvez fiquem lá. Mas hoje, eles podem ir a hora que quiser. É por opção mesmo que eles estão ficando por lá”. (Yukio, 13.08.97).

Como já foi dito, esse capítulo sobre remessa, na verdade, contempla um dos aspectos importantes das redes sociais dos dekassegui. Apesar de os aspectos econômicos (como o diferencial no ganho salarial) por si só não explicarem o movimento migratório como um todo, certamente influenciam na tomada de decisão de migrar para um outro país. Além disso, para os países de origem, as divisas que as remessas destes migrantes geram são importantes ao financiarem o déficit das contas do balanço de pagamento do Brasil, resultante dos altos juros das dívidas externas que o país paga²².

“[...] por enquanto a gente está buscando lá [no Japão] para construir aqui [no Brasil]. Então a gente está tentando solidificar, firmar ainda mais o que nós já temos ou para não perdermos, garantindo o que temos”. (Heloísa, 25.08.97).

²² Sobre os aspectos econômicos – nacional e internacional – ver Batista Jr. (1983); Davidoff Cruz (1993); Serra (1982) e Teixeira (1992).

NEGOCIAÇÃO DA IDENTIDADE

Na dinâmica das redes sociais desenvolvida ao longo do processo migratório desenrola-se todo o jogo de identidade experimentado pelos brasileiros descendentes de japoneses que foram ao Japão para trabalhar – tema que será o foco deste capítulo.

A questão da identidade

As experiências relatadas pelos entrevistados revelam que não existe uma identidade homogênea, mas várias facetas da figura do dekassegui aparecendo em momentos diferentes e em determinadas *situações*.

O uso de um elemento identitário depende de quem está falando, para quem, em relação a que/o que/quem. “As práticas de representação implicam sempre em posições de onde se fala ou se escreve – as posições de *enunciação*. [...] Falamos ‘em nosso nome’, de nós mesmos e com base em nossa própria experiência, quem fala e a pessoa de quem se fala nunca são idênticos, nunca estão exatamente no mesmo lugar. [...] Todos nós escrevemos e falamos *desde* um lugar e um tempo particular, *desde* uma história e uma cultura que nos são específicas. O que dizemos está sempre ‘em contexto’, *posicionado*” (HALL, 1996, p. 68, grifo do autor).

Nesse sentido, precisamos analisar a questão da identidade a partir de uma *análise situacional*, isto é, a partir de uma situação na qual atores sociais se “enfrentam” – ou mais brandamente, “relacionam-se” – ocupando lugares e papéis diferentes, limitados estruturalmente, mas variáveis conforme a situação em que se encontram. Nessas relações contextualizadas, tenta-se captar o *irredutível*, segundo a concepção de Ruben: “A diferença principal reside no fato de que, em oposição à ‘versão clássica’, onde o ‘outro’ é sempre um semelhante definido como simultaneamente idêntico e diferente embora também no próximo e necessário, para a constituição de uma sociedade ‘unida’; na versão contemporânea a categoria ‘outro’ é imediatamente remetida ao distante e é sistematicamente definida como o diverso – em alguns casos também como desigual. Em outras palavras, a versão contemporânea da teoria da identidade opera descentralizando o ‘outro’ do próprio universo e colocando-o além dos limites do grupo. No mesmo movimento, a teoria se encarrega de formular a dimensão – a condição – de

irredutibilidade, isto é, os limites, as condições necessárias para a permanência do 'outro' como diferente, distante, único e irredutível. [...] Dentro da teoria da identidade, a idéia de irredutibilidade funciona estabelecendo, simultaneamente, a marca e os limites, socialmente elaborados, que permitem a reprodução da sociedade, evitando a cisão entre esta e o indivíduo, ou seja, a desagregação social. A irredutibilidade funciona como marca no sentido da dimensão etnográfica (do real) elaborada social e historicamente e retida no interior do grupo, consciente ou inconscientemente. Tratar-se-ia de algo como a representação coletiva (no sentido de Durkheim), escolhida e privilegiada pelo grupo para ser empregada com marca distintiva (RUBEN, 1986, p. 86-88).

De acordo com determinadas situações, percebemos que há, nessas relações, constantemente um "jogo de diferença", no qual vai se contrastando e demarcando as suas distintividades; nas palavras de Stuart Hall é como se estivesse "jogando o jogo da identidade" (HALL, 1995, p. 16). Este autor usa a palavra "jogo" porque o sentido da metáfora sugere "instabilidade, a permanente ausência de ordem, a falta de uma resolução final", e dessa forma a identidade pode ser pensada como "uma 'produção' que nunca se completa, que está sempre em processo" (HALL, 1996, p. 68 e 71).

Nesse "jogo de diferença", o sujeito "negocia" a sua identidade, elegendo apenas alguns aspectos, fazendo um determinado recorte e veiculando esta parte como se fosse um todo, ou pelo menos algo maior. Por exemplo, no caso dos descendentes de japoneses, é comum ouvirmos relatos de que "no Brasil se sentiam japoneses e no Japão, brasileiros".

Tal tema é discutido por Adriana Capuano de Oliveira (1997). Para ela, o fenótipo é um dos fatores mais marcantes para a formação de identidade dos descendentes de japoneses inseridos na sociedade brasileira. "Os descendentes de japoneses nascidos no Brasil são denominados cotidianamente como japoneses, não importando o quão já estejam distantes culturalmente do Japão, ou o seu grau geracional, desde que carreguem traços físicos atribuídos aos japoneses. [...] Entre os descendentes de japoneses, a característica de ter 'olhos puxados' é o fator de maior destaque. Por outro lado, descendentes de japoneses [...] se nascidos de casamentos mistos, caso tenham as características pertencentes ao grupo japonês, serão considerados japoneses; do

contrário, se apresentarem um fenótipo mais acentuado do outro grupo de ascendência, será a este grupo seu pertencimento” (OLIVEIRA, 1997, p. 13-14).

Certamente o fenótipo faz parte da caracterização e influencia na identidade desses descendentes de japoneses no Brasil. Contudo, há muitos outros fatores que fazem parte do “jogo da identidade”.

Como perceber então a *brasilidade* dos japoneses e de seus descendentes no Brasil, ainda mais quando não estavam previstos no amplo e controverso debate sobre o caráter nacional brasileiro? Em outras palavras, a partir de que critérios um descendente de japoneses pode se considerar brasileiro? Por ter nascido no solo brasileiro (critério *jus solis*), ele tem a nacionalidade brasileira; mas pelo critério *jus sanguinis* japonês, este tem “o sangue” do Sol nascente e, portanto, sua porção de *japonidade*. É muito complicado, afirmar “eu sou brasileiro” não apenas para um descendente de japoneses, porque a própria definição (se é que existe) é controversa. Este “ser brasileiro” vem à tona quando se tem uma relação de contraste, de diferença com o “outro”.

Se olharmos a literatura brasileira que trata sobre a constituição e formação da nação, notamos que há uma grande preocupação com as raças (o mito das 3 raças – indígena, negra e branca – ao qual muitos intelectuais brasileiros se referem) e que a miscigenação é vista como “o problema” para a constituição da nação. Há também argumentos racistas que falam sobre a eugenia, a necessidade de embranquecer o povo brasileiro, para podermos pensar em um povo, uma nação²³.

Na passagem do século XIX para o XX, dentre as grandes imigrações, os japoneses chegaram ao Brasil. Estes imigrantes japoneses, também foram aqui “dekasseguis” como os de hoje – dadas as suas intenções temporárias iniciais de enriquecer dentro de alguns anos e voltar à sua terra natal. Mas não foi exatamente isso que aconteceu. Desilusões, amargas experiências e a árdua realidade não corresponderam à sua expectativa, ao seu imaginário e, nessa luta pela sobrevivência numa terra tropical desconhecida, foram criando suas novas raízes.

²³ Ver Skidmore (1994, p. 70-98), cap. 4: “Criadores de mitos: os arquitetos da identidade nacional brasileira”, que nos oferece um panorama das idéias centrais dos principais intelectuais brasileiros como Silvio Romero; Euclides da Cunha; Oliveira Vianna; Paulo Prado; Gilberto Freyre; Sérgio Buarque de Holanda; Vianna Moog; Darcy Ribeiro e Roberto da Matta.

Na literatura pertinente²⁴, muitas vezes os japoneses são referendados como “o perigo amarelo”; isso é uma das traduções sobre o choque cultural em que há um etnocentrismo de ambas as partes – tanto por parte do imigrante japonês quanto do brasileiro nato na época da imigração – e onde o “outro” é interpretado a partir da própria cultura.

Se até a Segunda Guerra Mundial, eles se consideravam *nihonjins* (japoneses), pois eram da primeira geração (*issei*), após esse evento, eles passaram a se considerar “nipo-brasileiros”. A guerra representou-se como um divisor de águas; uma vez derrotado, o Japão deixou os *nihonjins* no Brasil numa posição incômoda. A expectativa de voltar à terra do Sol nascente enriquecido, após uma estadia temporária no Brasil, foi dissolvida pela rendição dos japoneses.

Terminada essa guerra, muitos desses *nihonjins* passaram a adotar o Brasil como pátria, tentando se integrar mais efetivamente na sociedade brasileira. A isso pode ter se somado o sentimento de não mais pertencer ao Japão, uma vez que eles estavam longe em momentos difíceis de sua história, como a reconstrução. É como se eles tivessem abandonado covardemente o Japão justamente quando passava por maus momentos, sem ajudarem a reconstruí-lo.

O entrevistado Sandro comentou a este respeito, quando se sentiu discriminado no Japão por ser descendente de japonês nascido no Brasil:

“Eu acho que os mais discriminados ainda são os descendentes. Porque eles acham que são os covardes, são os filhos que fugiram da guerra. Até hoje eles cobram isso. No fundo é isso que eles sentem. Então eles não aceitam muito. Porque quem ficou lá, eles falam que lutaram e sofreram pelo país”. (Sandro, 02.05.96).

Entretanto, esses japoneses e seus descendentes no Brasil preservaram valores étnicos, sociais e culturais da sua terra natal, como parte da sua “marca”. No processo de assimilação, os imigrantes pioneiros foram envelhecendo e os filhos destes começaram a tomar as rédeas da colônia japonesa construída pelos seus pais.

O fato de os japoneses se incorporarem ou não ao “mito da nação brasileira” é discutível, pois este mito, enquanto um caráter ou uma identidade nacional estática, pode ser considerado

²⁴ Sobre a imigração japonesa no Brasil, ver Comissão (1992); Nogueira (1984); Cardoso (1995); Sakurai (1995)

equivocado. Uma identidade – seja individual, grupal ou nacional – é dinâmica, maleável, conforme se pode verificar em Fox (1990, p. 10-12)” a cultura nacional não é um produto inevitável do investimento infra-estrutural. É um produto contingente de história, de luta. Também não é uma condição invariável – um pode tê-la apenas em parte, ou ter e perdê-la. Além disso, a integração cultural nacional é um processo fluido, enraizado no poder, não uma condição fixa [...] como a cultura é sempre praticada, ela também nunca será neutra; ela integra e constitui desigualdades. Estas desigualdades se escondem atrás da integração e constituição cultural, então a integração é uma variável relacionada ao grau de sucesso da dominação numa sociedade”.

Este debate sobre a identidade – tanto do caráter nacional brasileiro quanto dos descendentes de japoneses no Brasil – é controverso e infundável por ser extremamente plástica (ou moldável) e dinâmica, à medida que os descendentes de japoneses elegem alguns aspectos que remetem ao Brasil e veiculam essa parte (ou este recorte) como se fosse característica do brasileiro, contrastando com o “outro” (que no caso é o japonês). Isso pode ser verificado, por exemplo, quando um dos entrevistados da pesquisa fala do “ser brasileiro”:

Kayoko: *“A fama do nihonjin [japonês] é de que eles são muito retraídos, eles não são como nós”.*

Elisa: *“E como que nós somos?”*

Kayoko: *“Ah, brasileiro tem facilidade para fazer amizades, eles não”.* (Kayoko, 30.08.97).

Nesta fala, Kayoko elegeu um aspecto que talvez não seja necessariamente específico do brasileiro – ter facilidade para fazer amizades –, sendo talvez algo mais associado à personalidade pessoal de cada um do que a um caráter nacional. Mas ela tomou tal aspecto como se fosse parte natural do caráter dos brasileiros, ao diferenciar e contrastar com o “outro”, o japonês.

Posto este controverso debate sobre a identidade nacional e a dos nikkeis no Brasil, vamos pensar essa questão centrando no movimento migratório de dekasseguis brasileiros ao Japão, apontando algumas características presentes neste fluxo.

Características específicas do Movimento Dekassegui

Para avançarmos sobre a questão da identidade entre os dekassegui, vale indagarmos quais são as especificidades do movimento dekassegui. A medida que tentamos apontar as especificidades, percebemos que muitas características na experiência do dekassegui também estão presentes em muitos outros fluxos migratórios, mesmo em contextos e momentos históricos diferentes. Enumerar outros fluxos não é cabível aqui, mas pela experiência do movimento dekassegui, perceber-se-ão muitas características mais genéricas.

A partir de um levantamento bibliográfico e do universo de entrevistados, podemos enumerar algumas marcantes especificidades do Fenômeno dekassegui, que apontam para os pressupostos da negociação da identidade presentes neste estudo.

A primeira especificidade do movimento dekassegui é a visível ida ou retorno dos descendentes de japoneses para a terra de seus ancestrais.

Se é ida ou retorno, depende do ponto de vista de quem está escrevendo. Indagar se é uma migração de ida ou de retorno significa indagar sobre onde é o *homeland*²⁵ dos dekassegui: Brasil ou Japão?

Se pensarmos no Japão como sendo o seu *homeland* porque seus ancestrais são provenientes de lá, então, consideraremos essa migração como sendo de *retorno*, pois ligados pela raça e consangüinidade, filhos e netos desses migrantes estão retornando para o Japão – terra de onde seus ancestrais, na primeira metade deste século, emigraram para a América Latina, como considera Yamanaka (1996, p. 66).

Por outro lado, mesmo sendo descendentes, muitos deles nunca estiveram no Japão antes de partir como dekassegui. Se considerarmos que, para se ter um retorno, deveria haver antes uma partida pelos próprios migrantes, não poderíamos chamar tal fluxo migratório de retorno, mas de *ida*.

Neste estudo, estamos considerando uma migração de retorno quando o migrante já foi pelo menos uma vez para o Japão – como país de destino – trabalhar como dekassegui e retornou ao Brasil após esta(s) experiência(s). Nesse caso, o *homeland* é o Brasil.

²⁵ O termo *homeland* é aqui utilizado para designar a sociedade ou o país de origem, o “lar” do migrante.

É visível como o “mito do retorno”²⁶ influencia na consciência do migrante. O dekassegui se sente à parte ou marginalizado na sociedade hospedeira japonesa e a possibilidade (o mito) de retorno ao seu “lar” faz com que ele se posicione – e seja posicionado pelos japoneses – como sendo um migrante estrangeiro, um brasileiro que tem um lugar (pelo menos no imaginário) no seu *homeland* chamado Brasil.

Podemos pensar numa terceira possibilidade: de um duplo retorno nesta mesma migração, isto é, o dekassegui teria dois *homelands* como referência, que talvez perceba em momentos diferentes na experiência migratória. Num primeiro momento, antes de partir, o país de destino é pensado pelo dekassegui como a terra de seus ancestrais e, em algum lugar no seu imaginário, ele tem um sentimento de pertencimento em relação ao Japão, bem como a possibilidade do mito do retorno à sua origem étnica. Mas, num segundo momento, quando ele chega no Japão e, mesmo sendo um japonês radicado no Brasil (ou um descendente), percebe-se como um *estrangeiro*, nesse caso o país de origem (ou o *homeland*) é o Brasil.

“Eu vim para o Brasil em 1933, quando eu tinha 3 anos de idade. E 1989 foi a primeira vez que eu voltei para o Japão, depois de 56 anos. Então eu fiquei contente, né? [...] O Japão foi onde eu nasci. Lá eu tenho parentes e então eu tinha vontade de ir conhecer. [...] por mais que eu tivesse nascido lá, eu vivi mais de 50 anos no Brasil, tenho toda a família aqui, meus filhos, meus netos... Por isso, aqui [o Brasil] é a minha terra natal”. (Takeo, 26.05.96).

“[...] Da primeira vez [que fui ao Japão como dekassegui] não foi muito pela necessidade. Queria conhecer mesmo. Pela oportunidade de ganho e conhecer lá. Aproveitei e fui onde eu nasci, em Okinawa. Eu não tenho parentes diretos aqui, estão todos lá. [...] ninguém troca o Brasil pelo Japão, entende? Apesar de ter traços de japonês e ter vindo pequeno, eu sou brasileiro. O Brasil já está dentro da gente. Agora, o Japão é uma coisa nova, você vai lá por interesse. Então, você sempre vai pensar em retornar para cá”. (Yukio, 13.08.97).

O fato de perceber-se como um estrangeiro é devido também às próprias sociedades receptoras, como o Japão, que têm papéis reservados para os estrangeiros dentro da sua estrutura social, conservando uma distância social socialmente prescrita em relação ao estrangeiro: mesmo

²⁶ Ver Safran (1991) que verifica como o mito do retorno para a sociedade de origem é vivenciado em várias experiências migratórias ou nas diásporas.

que o estrangeiro esteja *na* sociedade, ele *não é da* sociedade. Nas palavras de Simmel (1964, p. 402), “o estrangeiro é aquele que chega hoje e fica amanhã”; é aquele que, mesmo não partindo, ainda tem a liberdade de ir ou de ficar. É essa potencialidade de partida e não a partida real que constrói as feições do estrangeiro.

À medida que o dekassegui vai tomando consciência dessa “nova” posição dentro da sociedade hospedeira, ele vai resgatando o sentimento de pertencimento ao Brasil, e o Brasil passar a ser seu *homeland*.

“[...] ah, ver o povo falando [português] na rua, para mim é um alívio! Eu sei que eu estou em casa mesmo”. (Mércia, 12.06.97, quando retornou ao Brasil).

Elisa: *“Você sai de um país como o Brasil, que não atravessa uma situação nada fácil, mas mesmo assim, aqui é a sua base. E por que isso? O que lhe segura aqui?”*
Sandro: *“[...] raízes. Natureza. Porque sair do seu país não é a mesma coisa que você sair desta cidade e passar 10 dias em outra cidade. Você começa a querer voltar”. (Sandro, 02.05.96).*

A partir do momento que o Brasil é considerado o *homeland* dos dekasseguis, muitas vezes a volta é relatada como sendo mais difícil do que a adaptação no Japão, isto é, o reestabelecimento ou a readaptação no Brasil nem sempre é tão tranqüilo quanto se imaginava. Muitas vezes a dificuldade em se readaptar no Brasil está relacionada à dificuldade de se inserir novamente no mercado de trabalho. Essa dificuldade em se inserir pode ser entendida de várias formas. Citamos as mais recorrentes que apareceram nas entrevistas:

(1) Atender às exigências do mercado de trabalho:

“Para mim serviço aqui no Brasil é muito difícil, porque fiquei muito tempo fora. E para você arrumar um serviço aqui, normalmente eles exigem experiência, alguma coisa que eu não tenho, pelo menos segundo grau completo, também não tinha. Então você fica numa situação difícil. [...] para você começar do zero, quero dizer, para começar num serviço, tem que começar de baixo porque você não tem experiência nenhuma. Até você conseguir se levantar é difícil, vai levar tempo”. (Mércia, 12.06.97).

(2) Conseguir um emprego satisfatório, isto é, rentável ou pelo menos que dê para se sustentar:

Tadeu: *“Posso até arrumar um serviço, mas não vou ganhar tanto quanto eu preciso para sobreviver. E vou indo aí, vou tocando o meu barco. [...] Durante 8 meses eu fiquei parado e comendo o meu capital”.*

Andréia: [...] *“porque [Tadeu] ia procurar emprego e pagava pouco. Ele (Tadeu, seu marido) falou assim: ‘eu não vou sair de casa para ganhar isso’. Daí a gente ficou imaginando o que poderia fazer com o pouco de dinheiro que restou, e cada mês que passava ia diminuindo”.*

Tadeu: [...] *“até hoje a situação não está aquela maravilha. Quer dizer, dá para ir tocando, dá para viver, mas não é[...]” “aquele viver”. Só dá para male-male cuidar da casa. E se der dor de barriga no cachorro, (o dinheiro) vai fazer falta!” (Andréia e Tadeu, 11.08.97).*

(3) Voltar ao emprego anterior:

Elisa: *“E quando você voltou em 1993, como ficou o trabalho aqui?”*

Yukio (engenheiro civil): *“Ruim. Firma já não pega mais. É difícil, apesar de a gente ter uma boa experiência [profissional], não arruma”.* (Yukio, 13.08.97).

(4) Medo de abrir um pequeno negócio e falir, arriscando todo o capital poupado:

Zuleika: *“Hoje, comércio é risco, não está assim convidativo como antes. Você fala assim: ‘ah, eu vou montar um comércio’, mas montar o quê?”*

Yukio: *“Às vezes, a gente fala: ‘vamos montar um comércio’. Comércio do quê? Qualquer comércio que você monte, quem está ganhando hoje é o grande. Hoje o pequeno não está sobrevivendo. [...] muitos (dekasseguis) montaram e não deu certo. Teve muitos que montaram e eles preferiram fechar”.*

Zuleika: *“Tem gente que trabalhou no Japão, investiu aqui e hoje está ó [...], ah, dá dó. Ficou uns dois, três anos direto lá [...]”.* (Zuleika e Yukio, 13.08.97).

(5) Não ter capital suficiente para abrir um negócio:

“A gente ia montar um fast food, muitos planos e tal, mas aí começamos a descobrir que o negócio era muito puxado para a gente, financeiramente. A gente ia entrar num negócio que nunca tinha mexido e encarar um negócio muito caro, um investimento muito alto, sendo que a gente tinha poucas economias”. (Sandro, 02.05.96).

Muitas vezes, a estadia no Japão é entendida como temporária – não só pelos japoneses, mas pelos próprios dekasseguis – sempre tendo um retorno ao Brasil previsto nos planos. Mas quando os dekasseguis voltam, o Brasil não está exatamente como haviam imaginado enquanto

suavam no Japão. É como se tivessem congelado a imagem do Brasil na hora de partir para o Japão e depois a idealizassem e a mitificassem. E chegando aqui, mais uma vez a realidade nem sempre corresponde à expectativa do dekassegui.

A principal razão para não haver correspondência a essa expectativa parece ser, contudo, a própria vivência da experiência migratória, através da qual o dekassegui traz em sua bagagem novos valores, que acabam se contrastando com os valores que até então lhe eram “familiares”. Por exemplo, recorrentemente é citada a questão da violência e da segurança ao serem comparados os dois países.

“No Japão eu não via noticiário sobre rebelião, sequestro [...] então eu achei que era uma coisa de outro mundo mesmo. [...] a minha volta (ao Brasil) correu tudo bem, mas eu fiquei um mês sem sair de casa. Porque a gente vê na televisão, aqui todo dia você só vê falar em assalto, matou, roubou, sequestrou [...] eu fiquei um mês sem poder sair de casa, com medo”. (Satoshi, 26.05.97).

“[...] (No Brasil) você se sente perdido, com medo, à noite você anda preocupado e pensa: ‘será que vou ser assaltado, será que eu volto?’ Então isso faz você ficar em pânico”. (João, 12.06.97).

Antes de partir, o sujeito sabe que no Brasil há violência, insegurança constante, mas o modo como ele lidava com essa questão muda depois da experiência no Japão, pois naquele país, o sistema de segurança, a cultura e a estrutura da sociedade permitem que ele não se precaveja ou se preocupe tanto com a segurança como era habitual no Brasil.

Depois da experiência como dekassegui, ocorre um contraste de percepção: é como se os aspectos “familiares” (a violência) se ressaltassem mais aos olhos, tornando este “familiar” em “exótico”. E o que era “exótico” (a existência de segurança) passa a ser “familiar” no entender do dekassegui. Esse mecanismo de contraste e de tornar o aspecto “familiar” em “exótico”, e vice-versa, talvez faça parte de uma lógica maior da identidade.

A segunda especificidade do movimento dekassegui é a legalidade.

Como foi abordado no capítulo 1 sobre os números de brasileiros no Japão e sobre aspectos jurídicos, os descendentes de japoneses até a terceira geração (*sansei*), e seus dependentes e cônjuges, conseguem facilmente o visto de entrada. Além disso, as várias idas e

vindas entre Brasil e Japão são amparadas pelo visto de reentrada no Japão – como o próprio nome diz, permite entrar novamente ao país sem ter de passar por todo o trâmite burocrático.

Entre os entrevistados, encontramos bastante aqueles que retornaram ao Brasil por um curto período (em torno de 3 meses) como parte das “férias” do trabalho no Japão, mas com passagem marcada de retorno ao Japão.

Essas várias idas e vindas também devem ser pensadas sob o aspecto da globalização, em que tudo se procede em ritmo acelerado. A sensação de um mundo “cada vez menor” pode ser atribuída à “compressão do tempo e espaço”, termo bem utilizado por David Harvey (1989)²⁷ – que é uma das características mais marcantes do mundo contemporâneo traçadas pelo desenvolvimento tecnológico no campo do transporte e da comunicação.

Essa legalidade contemplada pelos dekasseguis diferencia da dos brasileiros que vão para outros países como, por exemplo, aos Estados Unidos. Os migrantes brasileiros que se destinam aos Estados Unidos, precisam pagar as passagens aéreas do próprio bolso e ter uma poupança, um capital inicial para poder viajar. Eles têm de arriscar essa poupança para poderem migrar, sendo que o risco é grande, uma vez que não têm nenhuma segurança ou garantia financeira. Além disso, esse risco está associado ao fato de política e burocraticamente não serem aceitos ao tentarem entrar nos Estados Unidos, dado o severo controle imigratório norte-americano, a fim de evitar a entrada de migrantes clandestinos e/ou ilegais – contingente este também composto por brasileiros. Podemos ilustrar isso com um caso de um migrante brasileiro tentando entrar nos Estados Unidos, citado por Sales (1991, p. 22): “Durante o inverno paulistano de 1987, Cláudio tomou o avião rumo a Boston onde tentaria a vida como músico. [...] Ir para fora do país se apresentava naquele momento como a opção mais promissora. [...] Cláudio chegou ao aeroporto de Nova York com algum dinheiro na carteira e a dica de uma amiga sobre o nome de um hotel para onde iria em Boston. O álibi parecia perfeito: iria passar 4 ou 5 dias para resolver negócios. O que a amiga não lhe havia dito era que aquela quantia em dólares mal daria para passar uma noite naquele hotel de 3 estrelas numa cidade de alto custo de vida como é Boston. Restou-lhe a

²⁷ Ver também Ianni (1995).

alternativa de voltar no próximo vôo ao Brasil, esperando juntar mais dinheiro para o retorno inevitável”.

Já os migrantes nipo-brasileiros que se dirigem ao Japão como trabalhador migrante pelo menos recebem a passagem, que vão pagando aos poucos e, geralmente em 3 meses, são quitadas com o próprio serviço no Japão. Os dekasseguis têm um financiamento da passagem aérea e não precisam de nenhuma poupança anterior ou capital inicial para migrar.

Além disso, pelo menos a partir do final da década de 80, os dekasseguis já partiam do Brasil com moradia (em geral alojamento da empresa que os contrataram) e emprego acertado. Ocorreram várias incidências desagradáveis em torno desse acerto, porque muitas vezes o candidato a dekassegi procurava uma agência intermediária para proceder a sua viagem e era vítima da exploração e má fé desses intermediários (como foi melhor explicado no capítulo 3 das redes sociais).

As duas especificidades apontadas antes – a volta a terra dos ancestrais e a legalidade – também podem ser encontradas em outros fluxos. Um bom exemplo acerca da volta à terra de origem é aquele apontado por Manuela Carneiro da Cunha, em seu livro *Negros, estrangeiros* (1986), onde discute a volta dos escravos libertos após a abolição, de origem africana, que voltaram para suas regiões de origem na África. Mas quando eles chegaram lá na África, eles foram concebidos como brasileiros, como branco-negros e não como descendentes de africanos.

Houve muitos exemplos de migrações legais: as grandes imigrações de europeus e japoneses para o Brasil na virada do século²⁸; o *Guest Worker Program*, para a reconstrução da Europa no período pós-guerra (CASTLES, 1989); o *Bracero Program* que permitia a entrada de trabalhadores mexicanos, como temporários, sazonais em agricultura nos Estados Unidos, e vigorou de 1942 até 1964 (HEER, 1993). Estes dois últimos exemplos tinham inicialmente uma política de incentivo por parte do governo do país receptor, causando muitos problemas subseqüentes, como clandestinidade e endurecimento nas políticas imigratórias para contê-la.

Talvez o que faça essas duas características se tornarem “marcas” dos dekasseguis é o modo como elas operam. Esse modo de operar também se estende a características mais gerais,

²⁸ Conferir Bassanezi (1995); Fausto (1991); Oliveira (1992); Saito (1973) e Vainer (1995).

tendo sempre uma aproximação e também um distanciamento com as de outras experiências migratórias. Em outras palavras, por mais que algumas características sejam comuns a outras experiências migratórias, a irredutibilidade, as “marcas” e os limites são de natureza histórica. “De fato existe esta perspectiva histórica no interior da teoria da identidade” (RUBEN, 1988, p. 89), quer dizer, o contexto histórico peculiariza estas características gerais.

Características gerais da experiência migratória dos Dekasseguis

Posto essas duas principais especificidades do Movimento Dekassegui, traçaremos algumas características mais gerais, isto é, que podem ser encontradas em muitas outras experiências migratórias. Para isso fizemos uma evolução cronológica do movimento migratório dos dekasseguis, uma vez que existem traços relacionados a determinadas etapas da experiência migratória.

Vale lembrar novamente que o processo migratório, assim como a identidade cultural, “não é jamais uma essência fixa que se mantenha imutável, fora da história e da cultura” (HALL, 1996, p. 70). Em um movimento migratório, não existe uma única experiência, homogênea, vivenciada e contemplada da mesma maneira pelos migrantes/atores sociais.

Na verdade, são dois processos concomitantes ou, como nas palavras de Hall, “dois eixos ou vetores em ação simultânea: (a) o vetor de similaridade e continuidade; e (b) o vetor da diferença e ruptura” (HALL, 1996, p. 70). É na interação desses dois vetores que as características gerais da experiência migratória vivenciada pelos dekasseguis foram traçadas²⁹, aqui divididas em três períodos: meados da década de 80; fim da década de 80, início dos anos 90; e meados da década de 90.

Meados da década de 80

Neste período, apareceram as primeiras notícias sobre a ida de dekasseguis para trabalhar temporariamente no Japão, apresentando um movimento tímido, em termos de volume.

²⁹ Vale enfatizarmos que estas foram retiradas do universo de entrevistados, estando ciente que muitas outras características poderão não constar aqui.

O dekassegui, em geral, não teve grandes problemas burocráticos para entrar no território japonês, pois seu perfil era ser das primeiras gerações (*issei, nissei*), logo, tinha nacionalidade japonesa ou dupla nacionalidade (podendo ingressar no Japão como japonês), idade média avançada; era chefe de família e casado; sabia falar japonês e tinha pretensões temporárias no Japão³⁰.

Neste período inicial do fenômeno, o termo *dekassegui* tinha uma conotação pejorativa. Conforme visto anteriormente, a ida para o Japão para trabalhar em empregos subalternos caracterizados pelos “3K” (*Kiken, Kitanaï, Kitsui*, que significam respectivamente “perigoso”, “sujo” e “penoso”) era mal-vista pela comunidade japonesa no Brasil. Embora esses primeiros dekasseguis não fossem clandestinos em termos legais, eram clandestinos “morais”, não anunciando para ninguém a sua ida ao Japão como trabalhador migrante.

No Brasil, a década de 80 foi considerada uma década perdida, dada a recessão econômica, inflação, desemprego. Para Sales (1995, p. 96), essa década foi muito mais do que uma época de recessão econômica. “O fator político teve um peso na balança dessas migrações internacionais brasileiras, se se considerar as esperanças e frustrações dos primeiros anos de nossa redemocratização”.

No outro lado do planeta, o Japão experimentava o *boom* econômico durante o período de 1986 a 1991. As pequenas empresas, sobretudo, demandavam mão-de-obra estrangeira – o que influenciava em toda a economia japonesa, porque, no final da cadeia produtiva encontravam-se as pequenas empresas, que recebiam encomendas das grandes empresas montadoras através do sistema de subcontratação.

Como nessas pequenas empresas não havia perspectiva de carreira ou ascensão profissional, os japoneses – sobretudo os mais jovens, formados, que ingressavam no mercado de trabalho – recusavam-se a trabalhar nelas, por não as considerarem oportunidades, alternativas viáveis, preferindo as maiores, mais competitivas, porém com maior possibilidade de ascensão

³⁰ Para obter pesquisa mais detalhada sobre o Movimento Dekassegui, ver Watanabe (1995), coordenadora da pesquisa financiada pela Fundação Toyota sobre esse mesmo tema, que foi realizada nos dois países envolvidos (Brasil e Japão). Eu participei da pesquisa de campo (entrevistas) juntamente com esta equipe, em Tomé Açu (PA) e Mogi das Cruzes (SP), em 1992.

profissional. Assim, muitas dessas pequenas faliram por falta de mão-de-obra e porque a maioria dos empregados tinham uma idade média alta, na faixa dos 40 a 50 anos. Não conseguindo atrair os empregados japoneses, as pequenas empresas começaram a contar com os trabalhadores estrangeiros que aceitassem trabalhar.

A falta de mão-de-obra no Japão fez com que as empresas comesçassem a clamar por modificações na política imigratória e a procurar trabalhadores fora do Japão. Conseqüentemente, aumentou o número de estrangeiros ilegais no Japão; muitos eram provenientes dos países asiáticos e pacíficos: os homens eram em grande parte das Filipinas, Bangladesh, Paquistão e China, e as mulheres da Tailândia, Taiwan e Filipinas (BORNSTEIN, 1992, p. 49-50; CORNELIUS, 1995, p. 377-378).

Diante de tal impasse, começou-se a dar preferência para os nikkeis dos países latino-americanos, dada a sua suposta proximidade étnico-cultural. A etnia era uma das condições para poder candidatar-se a dekasegui no Japão, uma vez que, como diz Kawamura (1997, p. 62), se pressupunha que o *background* cultural dos migrantes selecionados estaria próximo à cultura japonesa, sugerindo a possibilidade de maiores facilidades de integração à sociedade nipônica. Além disso, segundo esta mesma autora, “a seletividade da migração internacional para o Japão já define e situa a população nikkei numa posição privilegiada, tanto no mercado de trabalho japonês, como no conjunto dos trabalhadores estrangeiros. Apesar disso, os brasileiros fazem parte da periferia do mercado de trabalho no Japão, com outros trabalhadores locais empregados em trabalho temporário não-qualificado” (KAMAMURA, 1997, p. 63).

Concomitantemente a esse processo migratório, começaram a germinar as primeiras feições das redes sociais migratórias, entrando em cena os atores sociais, como os candidatos a dekasegui, as pequenas empresas japonesas demandando mão-de-obra estrangeira e os agentes intermediários. Estes últimos tinham grande atuação nesse cenário, explorando os dekasseguis e obtendo uma margem de lucro considerável com o recrutamento de trabalhadores migrantes (conforme já visto no capítulo 3 sobre as redes sociais).

Final da década de 80, início dos anos 90

Este período foi marcado pela massificação do Movimento Dekassegui, apresentando uma das maiores taxas de crescimento da população brasileira registrada no Japão.

Em 1990 houve a Reforma da Lei de Controle de Imigração do Japão³¹. Houve um maior rigor no controle de entrada de imigrantes ilegais e, ao mesmo tempo, clara preferência aos descendentes de japoneses, sendo que grande parte desse contingente era composta por brasileiros (tendo em vista que a maior colônia japonesa fora do Japão se encontra no Brasil).

No Brasil, em 1990 tomou posse o presidente Fernando Collor. Nesse governo, medidas econômicas, como o Plano Collor, entraram em vigor, confiscando a poupança dos brasileiros. Foi um governo marcado pela instabilidade econômica e política.

Com o desenvolvimento dinâmico das redes sociais, foi criado em São Paulo, o CIATE - Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior –, assim como entidades similares no Japão.

Nas redes sociais de dekasseguis, novos agentes migratórios começavam a atuar. Na rede social da sociedade receptora japonesa, surgiam notícias sobre restaurantes e lojas de produtos brasileiros no Japão, atendendo ao público consumidor especialmente brasileiro. Eram pequenos negócios *de dekassegui para dekassegui*.

Aumentou o número de dekasseguis que iam ao Japão mais de uma vez: as idas e vindas do mesmo contingente entre os dois países envolvidos passaram a ser freqüentes, sendo facilitadas ainda mais pelo visto de reentrada no Japão (promulgada na reforma de 1990), dispensando os trâmites burocráticos.

Muitos dekasseguis retornavam ao Brasil apenas por alguns meses para “férias” do trabalho com passagem marcada ao Japão, como pôde ser verificado no capítulo 2, no tempo de permanência no Brasil e no Japão dos dekasseguis entrevistados.

Acompanhando a evolução do movimento migratório deste contingente, notamos uma mudança no perfil do dekassegui: gerações mais avançadas (segunda e terceira geração); proporção sexual equiparada; faixa etária mais jovem; sem tanta necessidade de saber falar a

³¹ Para maiores detalhes sobre esta reforma legislativa e outros aspectos jurídicos, veja Miyoshi (1993).

língua japonesa (pela grande presença de brasileiros no Japão); mais solteiros e casados “novos” (casados há pouco tempo ou com filhos pequenos) entre os dekasseguis no Japão (não significando necessariamente apenas estes); caráter mais familiar do que individual; presença de não-descendentes entre os dekasseguis (que iam como cônjuge dos descendentes de japoneses).

Meados da década de 90

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso tornou-se o presidente da República do Brasil. Entrou em vigor um novo plano econômico, sendo uma das medidas econômicas a implantação do Real, a moeda brasileira que passou a ser equiparada à moeda norte-americana (R\$ 1,00 = US\$ 1,00).

O caráter temporário que se tinha no início do Movimento Dekassegui passou a ser cada vez menos claro. Isso pôde ser verificado através do aumento na duração da estadia dos dekasseguis no Japão, embora o número de idas e vindas entre estes dois países ainda continuasse intenso, amparado pela promulgação do visto de reentrada.

Outro sintoma foi o aumento de famílias inteiras de dekasseguis no Japão, levando, por sua vez, ao aumento gradual de número de filhos de dekasseguis nascidos no Japão. Segundo O Estado de São Paulo (31 ago.1997, p. T15), “o governo japonês identificou a forte presença dekassegui no país, com o nascimento de 4 mil crianças por ano, descendentes de brasileiros”. Estes seriam os “dekasseguis *nisseis*” – os filhos que constituíam a segunda geração de dekasseguis no Japão, considerando os dekasseguis brasileiros como os “dekassegui *isseis*”, isto é, a primeira geração de dekasseguis (assim como os imigrantes japoneses no Brasil).

Em termos numéricos, não verificamos tanta alteração no número de brasileiros registrados ao entrar no Japão: nem diminuiu nem aumentou essa população no Japão, como ocorria no período anterior³². Talvez isso se devesse às várias idas e vindas das mesmas pessoas, conforme comentou a entrevistada Cecília:

“Quem tinha que ir já foi. Agora quem está indo são as mesmas pessoas”. (Cecília, 30.04.96).

³² Vide capítulo sobre o número de brasileiros no Japão.

Outro reflexo dessa estabilidade do número de dekasseguis foi a diminuição de procura por agentes intermediários, diminuindo a importância do seu papel e sua atuação para migrar ao Japão, pois os candidatos a dekassegui passaram a contatar mais os amigos, parentes e conhecidos para arranjar emprego no Japão, sob uma relação de maior confiança e menor risco.

Uma reportagem de um jornal semanal voltado ao público dekassegui (NOTÍCIAS DO JAPÃO, 04 a 10 jun. 1997, p. 7B) teve como manchete: “Queda no número de dekasseguis preocupa”, o que mostra que esse número preocupava os agentes de turismo que intermediavam os dekasseguis: “Segundo alguns profissionais de agências de turismo, que também trabalham com o envio de dekasseguis para empresas japonesas [...] o número de ofertas de empregos no Japão caiu, os salários despencaram e as exigências em relação aos candidatos a uma vaga é cada vez maior [...] só para se ter uma ideia, o proprietário da agência Seizan, Shogo Nakamura, atendia em seu estabelecimento, neste período do ano passado, cerca de 30 pessoas em média por mês. Atualmente, o número de trabalhadores brasileiros que ele consegue mandar para o Japão não passa de dez. ‘Estamos vivendo um momento péssimo’, define Nakamura. ‘Acredito que muitos dekasseguis estão indo diretamente sem consultar as agências”.

No Japão, os dekasseguis brasileiros estavam gradualmente se distribuindo por outros setores do mercado de trabalho. Apesar de a maioria estar no setor secundário, uma parte começou a trabalhar em empregos não-qualificados (ainda periferia da estrutura da sociedade japonesa) nos setores de serviço – alimentício, de supermercados, de hospitais, etc³³.

Essas são as características gerais que podemos traçar, embora sem muita precisão. Como o processo migratório é extremamente dinâmico, a sua mensuração não é uma tarefa simples; além disso essa macrodivisão periódica não significa, de modo algum, que certos traços pertençam apenas àquele período.

Por outro lado, através dessa divisão cronológica, foi possível percebermos características distintas dessas fases; essas “partes” nos possibilitaram compreender melhor o “todo” do Movimento Dekassegui. É raro encontrarmos casos, por exemplo, de jovens dekasseguis migrando

³³ Essa gradual participação nesses setores foi apontada por Kawamura (1997, p. 62).

ao Japão no início do fluxo, nos meados dos anos 80, sem conhecimento nenhum da língua japonesa.

Há uma distinção do perfil dos anos 80 para o perfil do dekassegui do início dos anos 90 – já alterado, sem todo o “aparato de segurança” desenvolvido ao longo do processo de formação e consolidação das redes sociais migratórias de dekasseguis brasileiros. (Claro que existem os aventureiros, enveredando pelo mundo afora, mas aqui estamos nos referindo àqueles que estão historicamente contextualizados.)

Dentro do Movimento Dekassegui em questão, os jovens dekasseguis encenaram essa trama migratória em um determinado momento que certamente não foi parte do início do “ato”. Só depois de ter se desenvolvido o processo migratório e a concomitante formação das redes sociais é que certos atores sociais entraram em cena – e isto não se restringiu apenas aos jovens dekasseguis; esses foram apenas um dos vários atores sociais que fazem parte de uma mesma história.

O jogo da identidade

Com o cenário e o enredo definidos aqui, a questão da identidade é colocada em pauta. Para tentarmos desmanchar esse emaranhado de identidades, talvez muito mais como um recurso metodológico, fizemos uso da análise situacional tal como foi colocada no início deste capítulo. É quase uma “caricaturização” das situações, para tentarmos capturar as especificidades de cada relação que o sujeito em questão (o dekassegui) estabelece, “jogando o jogo da identidade”, isto é, jogando com diferenças/contrastes/multiplicidades com o “outro”, traçando, assim, a sua “marca” irreduzível.

Explicando um pouco o termo negociação de identidade, referimo-nos à “roupa” enquanto um valor ou bagagem cultural: “a roupa que se irá escolher é tirada do guarda-roupa [...] existe uma bagagem cultural, mas ela deve ser sucinta: não se levam para a diáspora todos os seus pertences” (CUNHA, 1979, p. 36). Conforme já dissemos, o sujeito, além de não levar todos os seus pertences, também adquire novos elementos na experiência migratória, como se escolhesse uma roupa para cada ocasião. No seu “guarda-roupa”, ele tem as roupas do seu país de origem, assim como aquelas que adquiriu no país hospedeiro.

Agora, passemos para algumas situações cujas identidades são negociadas – situações estas relatadas pelos entrevistados da presente pesquisa.

Uma das primeiras relações estabelecidas neste “jogo de identidade” pelos dekasseguis entrevistados na experiência migratória ao Japão é o contato com o “outro”, o japonês do Japão³⁴. Como já foi discutido de forma parcial na primeira metade deste capítulo, a *brasilidade* é acionada ao diferenciar-se, ao contrastar-se com o japonês. Num primeiro momento, fenotipicamente, são “parecidos” – tem olhos rasgados, pele em tom amarelo – além de terem a mesma ascendência, o mesmo “sangue” correndo nas veias, a mesma raça e a mesma etnia.

A ideia de semelhança com os ancestrais (ou pelo menos a possibilidade de) está embutida no “mito de retorno” e provavelmente foi construída no imaginário da comunidade japonesa no brasil, passada aos nikkeis brasileiros e posta em causa no momento da experiência migratória. Talvez o “outro” japonês também tivesse o mesmo raciocínio: já que são filhos e netos de japoneses, não devem ter problemas culturais. Mas o encontro não é tão tranquilo assim, pois “parece, mas não é”.

“Tinha um senhor [no Japão] que falava assim: ‘assim é a raça dos brasileiros, descendentes que, se não abrissem a boca e vestissem como japonês, passariam por japonês. Porque por mais que fale bem japonês, o brasileiro tem sotaque’”.
(Kayoko, 30.08.97).

O jogo de diferenças ocorre pelo fato de o brasileiro com rosto de japonês não ter o mesmo espírito e valores socioculturais que os do japonês do Japão.

Apenas com essa diferença podemos questionar em que consiste a “pureza” da raça, mensurada como grau 1 (um) de *japonidade* pela ‘Pesquisa da População de Descendentes de Japoneses Residentes no Brasil’, ao examinar a composição deste grupo.

“O grau de ‘japonidade’ de uma pessoa é definido da seguinte maneira: atribui-se o grau 1 (um) para o japonês e o grau 0 (zero) para o não-japonês; a média dos graus atribuídos ao pai e à mãe indica o ‘grau de japonidade’ dessa pessoa. Quer dizer que, enquanto se repetir o casamento

³⁴ Parece redundância, mas estamos utilizando esses termos para distinguirmos do “nosso” japonês, descendente nascido no Brasil.

entre pessoas com grau de japonidade 1, o mesmo grau será atribuído ao seu filho. Por exemplo, um filho nascido de pai japonês sem miscigenação (grau de japonidade = 1) e mãe não-japonesa (grau de japonidade = 0) terá o grau de japonidade $(1 + 0) / 2 = \frac{1}{2}$. *Assinala-se que neste conceito não se inclui qualquer significado cultural*” (CENB, 1988, p. 29, grifo nosso).

Esse critério de “pureza” é para fins metodológicos, para se verificar a composição de descendentes de japoneses no Brasil. Mas tomando a idéia de *japonidade* dentro do contexto deste estudo sobre identidade, é inegável a sua carga cultural. Se isso for verdadeiro, em que consistiria, então, a sua “pureza”?

Poderíamos pensar, a partir da pesquisa citada, que isso seria preservado, a princípio, pelo casamento entre os descendentes de japoneses no Brasil, isto é, da mesma etnia, evitando “se misturar” com os *gaijins*. Mas o casamento intraétnico não necessariamente garante a *japonidade*, uma vez que os aspectos culturais podem ter dimensões muito maiores e mais complexas. Não discorreremos aqui quais seriam os critérios para cercar tais aspectos culturais, pois isso demandaria um empreendimento muito mais aprofundado. Mas de qualquer modo, é muito complicado falarmos em “pureza” da raça.

Se os japoneses radicados no Brasil e seus descendentes cultivavam a japonidade, ela acabou sendo posta em questão no momento em que eles entraram em contato com os “japoneses do Japão”. O que se pretendia ser “japonês” para os nikkeis no Brasil já não o era ao chegarem à terra de seus ancestrais.

Mesmo assim, o rosto parecido acabava sendo fonte de muitos mal-entendidos. Ora os japoneses exigiam que os nikkeis brasileiros se comportassem como eles, de acordo com os códigos sociais e morais estabelecidos no Japão (pois deveria haver uma proximidade cultural, já que eles eram descendentes “puros”); ora eles os consideravam como estrangeiros, mão-de-obra barata, não-especializada e temporária.

Nesse sentido, é comum ouvirmos relatos de que o dekassegui não-descendente era melhor tratado do que o descendente, pois o primeiro visivelmente era de fora, estrangeiro e não tinha nenhuma feição nipônica que dava margem para confundir os japoneses.

Tadeu: *“Eles [os japoneses] me achavam diferente por ser estrangeiro, né? Aqui [no Brasil] ninguém nota”.*

Andréia: *“(No Japão) tinha uma criancinha pequenininha que ficava nas costas da mãe, quando olhava o Tadeu, virava o pescocinho até o Tadeu sumir, ficava acompanhando ele, porque ele era diferente, era estrangeiro. [...] mas eu achei que eles trataram muito bem o Tadeu”.* (Tadeu e Andréia, 11.08.97).

“Quando ela chegou, a gente reparava que as crianças também olhavam para ela, como se ela fosse um bicho de zoológico raro. Tinha meninas que saíam até de perto, que entravam no trem, mas nem sentavam perto, iam longe”. (Sandro, 02.05.96, referindo-se à sua esposa não-descendente).

Edna (uma não-descendente casada com Sandro, descendente): *“Agora, se for assim, uma pessoa [...] um brasileiro com cara de nihonjin (japonês) não vai ser bem atendido em qualquer lugar, porque o japonês olha para você e você é obrigado a falar em nihongô [língua japonesa], porque senão [...] porque tem cara de japonês. Agora a gente [como ela, não-descendente], já não. [...] se eu estivesse perto, aí já não acontecia porque eles já sabiam que eu era estrangeiro. Aí eles explicavam. Mas se fosse para pedir orientação [...] (a pessoa) não podia ser nada parecida com japonês. Senão tinha que falar (japonês)”.*

Elisa: *“Então era mais fácil você pedir informação do que seu marido, que é descendente?”*

Edna: *“Exatamente”.* (Edna, 02.05.96).

De várias maneiras, então, o dekassegui nikkei experimentou o que era “ser estrangeiro” ao chegar à terra de seus ancestrais. Como bem disse Ivete (não-descendente, casada com nikkei), comparando a sensação de ser tratada como *gaijin* (estrangeiro) quando era “discriminada” por pessoas da própria colônia japonesa no Brasil:

“Quando eu casei, o povo [nikkei] em geral, não a família do meu marido, olhava a gente assim, sabe, ‘É gaijin, porque é gaijin’[...] uma mentira sem vergonha! Porque na verdade, gaijins são eles, não nós. Agora depois que foi daqui para lá (para o Japão), eu falei para ele (seu marido Nikkei): ‘agora é a sua vez de ser gaijin’, porque [os nikkeis no Japão] são tratados diferentes”. (Ivete 26.05.97).

O âmbito do trabalho pareceu ser um campo fértil para o jogo da diferença, uma vez que apresentou várias situações: a relação do dekassegui com o chefe japonês; a relação entre os dekasseguis brasileiros; os dekasseguis brasileiros mais experientes e os mais recentes; os brasileiros e os colegas de trabalho de outras nacionalidades, dentre outras. Vejamos um pouco destas.

A relação entre o dekassegui e o chefe japonês é onde se reproduz, de uma certa maneira, o jogo de diferença citado anteriormente, muitas vezes implicando em conflitos. Mas, nesse caso, as posições ou cargos dentro da fábrica também contam, isto é, a hierarquia é um ingrediente a mais – o japonês é o chefe e o brasileiro é o empregado, além de ser mão-de-obra barata e não-qualificada.

De acordo com os vários relatos, muitas vezes o estabelecimento de uma boa ou má relação entre esses dois atores dependia do brasileiro saber falar ou não a língua japonesa. O conhecimento da língua, sem dúvida, é um fator importante a ser considerado no relacionamento entre brasileiros e japoneses, contribuindo para um bom relacionamento.

O fato de o dekassegui brasileiro saber falar japonês o favorecia a ser promovido a um cargo melhor (mas sem sair da produção, ou melhor, da periferia da estrutura ocupacional da sociedade japonesa) como chefe de seção, funcionando como um intérprete e intermediando os operários brasileiros com o superior japonês, como era o caso de Yukio:

“Eu funcionava mais ou menos como tradutor lá. Quando dava algum problema, servia de intermediário. Levava [o operário brasileiro] para o hospital, via o problema, por que ele não queria trabalhar, eu ia perguntar para ele e respondia para o japonês. E quando faltou mão-de-obra eu já trouxe brasileiros de outras regiões lá para a empresa”. (Yukio, 13.08.97).

Mas exatamente o fato de saber falar japonês foi motivo de discriminação para Sandro, pois, por ter esse domínio, ele – brasileiro e operário, subordinado – questionava o chefe japonês, transgredindo a hierarquia, que é profundamente enraizada na cultura japonesa.

“Lá no Japão o que eu enfrentei de maior discriminação foi o fato de ser brasileiro e, principalmente, o fato de saber falar japonês. Então, muitas vezes, os caras ficavam irritados também com isso. A princípio, você fica quieto porque você tem um pouco de receio, porque você fala assim: ‘pô, eu to aqui, eu preciso desse emprego’. Aí, depois chega a um ponto que você já começa a não aturar mais. Você começa a discutir também. E você se defende. O japonês lá, todo mundo, é o contrário, eles abaixam a cabeça. Acham supererrado, mas já que o chefe mandou, vão lá e fazem”. (Sandro, 02.05.96).

O domínio ou o não-domínio da língua japonesa para os brasileiros podia ser tanto motivo de união (um ajudava o outro), quanto de desunião entre os dekasseguis brasileiros. Alguns, como yukio, ajudavam os seus conterrâneos à medida que precisavam dele, mas não foram poucos os relatos sobre desunião entre os brasileiros falantes e não falantes de japonês. Essa situação se configurava comumente entre os dekasseguis mais experientes (que estavam no japão trabalhando por muito mais tempo) e os mais recentes (que estavam a menos tempo no japão como dekassegui).

O dekassegui experiente muitas vezes aprendia os mecanismos produtivos da seção da fábrica e trabalhava exemplarmente mostrando serviço e conquistando o seu superior japonês pela sua produtividade e pela facilidade de comunicação (que talvez fosse aprendida durante a convivência na sociedade nipônica, não necessariamente ter vindo do brasil com este conhecimento). Ganhando a confiança de seu chefe, ele conseguia ocupar um cargo melhor como chefe de seção e sob este status, este dekassegui brasileiro fluente em japonês utilizava a sua posição e condição para o próprio interesse, omitindo ou deturpando informações.

Um exemplo dessa desunião era que o dekassegui experiente nem sempre passava o que seu chefe lhe dizia ao dekassegui inexperiente, recente e não falante. É o que Andréia (que sabia falar muito pouco japonês e já tinha uma idade avançada) nos relatou sobre Maurício – um brasileiro um pouco mais jovem que ela e que já estava, há 3 anos, na fábrica onde ela foi trabalhar.

“Eu tive atrito com Maurício. Ele era o chefinho, é nissei, mas ele tinha a panelinha dele, ele colocava serviço bom só para aqueles que eram da turminha. Porque é assim, o Maurício tinha um chefe japonês. E o chefe dele falou assim, que eu ia fazer inspeção do produto (que dentre outras tarefas, é uma das mais tranquilas). Mas na hora de trabalhar, ele colocou a namorada dele lá. E colocou junto com a namorada, uma que morava com ela, que era muito amiga dela. E o chefe japonês tinha falado para mim que eu iria trabalhar lá. E ele não deixava eu ir falar com o chefe, eu não podia falar diretamente com o chefe. Tinha que passar pelo Maurício que passava para o chefe. Ele falou que foi o chefe quem mandou, mas foi ele. E ele me colocou num lugar lá que era o pior, que era para alimentar a máquina e tinha que ser a jato. Nossa, era uma correria, eu fiquei doente de tão nervosa”. (Andréia 11.08.97).

O entrevistado João também se queixou sobre essa desunião entre os brasileiros, principalmente nessa situação de trabalho, entre os dekassegus mais experientes e os mais recentes.

*“A ganância é muito grande. Porque sempre um quer ser mais que o outro, quer ganhar mais que o outro, quer subir de cargo, mesmo sabendo que **lá nunca vai ser nada, sempre vai ser um dekassegui.** [...] (porque) lá para eles (japoneses) você não é um ser humano. Você é um robô. Você não tem direito a ficar doente, você não tem direito de ter sentimento”. (João 12.06.97, grifo nosso).*

João pareceu estar consciente da sua condição no Japão, de mão-de-obra migrante, estrangeira, barata, desqualificada e temporária, sem expectativa de ascensão social e profissional naquela sociedade. Mas é essa condição que faz muitos dekassegus suportarem longas jornadas de trabalho, em troca de uma boa remuneração. Nesse sentido, para os dekassegus brasileiros, o Japão pode ser resumido em dois ícones: trabalho e dinheiro. É “buscar lá para construir aqui”, como bem definiu Heloísa (25.08.97).

Esses ícones também são válidos para os trabalhadores migrantes de outras nacionalidades presentes no Japão, algumas vezes clandestinamente³⁵. A relação dos dekassegus brasileiros com estes trabalhadores estrangeiros também era marcada por uma diferenciação e um certo distanciamento. Isso pode estar pautado, em parte, pela legalidade obtida através da ascendência japonesa e pelo fato de os dekassegus brasileiros trabalharem mais (apresentando alta produtividade para as fábricas japonesas onde estavam empregados), como os próprios entrevistados declararam e conforme o artigo “Empresário acha que brasileiros trabalham mais”: Além dos nikkeis brasileiros, outros descendentes de japoneses como peruanos, paraguaios, equatorianos e também asiáticos de vários países disputam hoje as vagas oferecidas pelas empresas japonesas. Mas os preferidos são os brasileiros. ‘Eles trabalham mais e se adaptam mais facilmente ao nosso sistema’, diz Yoshiji Abe, presidente da Takamisawa Valve, uma pequena metalúrgica em Hiratsuka, na província de Kanagawa (JORNAL NIKKEI, ago.1992, p. 4).

³⁵ Vide o aspecto jurídico discutido no capítulo 1.

Pelos relatos das entrevistas, percebemos que dentre os colegas estrangeiros de outras nacionalidades, o contato maior que os brasileiros tiveram foi com os peruanos, pela proximidade da língua portuguesa e espanhola. Então dava para entender o que eles estavam falando e se comunicar, diferentemente dos outros, como chineses e paquistaneses. Mas mesmo assim, Satoshi comentou que tinham receio desses estrangeiros:

“[...] todo mundo comentava: ‘cuidado com esse pessoal de fora, que eles não são confiáveis que nem os brasileiros, eles ficam, trabalham, fazem amizade, de repente dão o golpe, tomam o dinheiro, te roubam e vão embora, somem’. (Satoshi, 26.05.97).

É interessante notarmos como “o jeitinho brasileiro” está presente no âmbito de trabalho, consoante o relato do aposentado Satoshi:

“Eu estava trabalhando e os meus colegas falavam: ‘Satoshi, o sistema aqui é rígido, você não pode sair da máquina. Se você estiver parado, estiver esperando, acabou a peça, não pode ficar parado. Pega uma vassoura, fica varrendo ao lado da máquina para mostrar serviço. Faz qualquer coisa, tem que ficar mexendo. Não pode ficar parado que os chefes japoneses não gostam’. Então eu fui aprendendo todas as malícias deles”. (Satoshi, 26.05.97).

Esse “jeitinho brasileiro” dos dekasseguis nikkeis muitas vezes era visto como “ousadia” dos brasileiros por não trabalharem de acordo com as instruções do superior. Por exemplo, Érica³⁶ contou que o chefe de seção a mandou colocar a caixa no chão e ir colocando os produtos nela. Mas fazer tal tarefa com a caixa no chão fez com que ela ficasse com dor nas costas. Então, sem consultar ninguém, pegou uma cadeira, colocou a caixa sobre ela e foi colocando os produtos na caixa, mais rápida e eficientemente. E suas colegas japonesas “olharam torto” para ela.

Estas foram apenas algumas situações, dentre muitas outras relatadas pelos dekasseguis entrevistados. Neste estudo, não tenho pretensões de esgotar todas as situações do jogo da identidade – o que seria uma tarefa colossal e infundável.

³⁶ Não foi feita entrevista com Érica. Mas ela contou sua experiência como Dekassegui no Japão, em um dos seus retornos ao Brasil.

Com alguns exemplos, tentamos mostrar como a identidade do dekassegui brasileiro, descendente de japoneses, é negociada nesta experiência migratória no Japão, resgatando e dosando a sua “brasilidade” e sua “japonidade”. Dependendo da situação, a primeira ou a segunda é acionada. Talvez não sejam apenas essas duas “roupas” que são combinadas em determinadas ocasiões, devem haver “outros pertences” na bagagem cultural do migrante.

Cabe lembrar que o termo brasilidade e japonidade estão longe de ser definidos. Talvez exatamente essa condição indefinida, essa possibilidade de vir a ser, essa ambiguidade é que dão margem a tantas negociações.

Esta volta ao país de seus ancestrais é um momento em que os dekasseguis nipo-brasileiros podem ser pensados, então, enquanto uma população liminar (TURNER, 1974).

É nessa liminaridade que operam as negociações das identidades, das diferenças entre o nikkei estrangeiro e o japonês nativo. Como diz Mary Douglas, “todas as margens são perigosas. [...] qualquer estrutura de idéias é vulnerável em suas margens” (DOUGLAS, 1976, p. 149). Em outras palavras, ao estar à margem ou nos limites de uma estrutura de nada se pode ter certeza, pois ao contrário, no seu interior há posições, papéis e parâmetros bem claros e definidos.

O descendente de japonês no Brasil acaba experimentando duplamente esta situação de liminaridade: primeiro, ao se confrontar ou se relacionar com os brasileiros ‘natos’, ou pelo menos, com os brasileiros não orientais³⁷ ora ele se considera brasileiro, ora japonês, dependendo da situação. E segundo, quando este brasileiro descendente de japonês resolver ir ao Japão trabalhar como dekassegui, ele se depara novamente com a situação de liminaridade – talvez até mais intensamente – ao descobrir-se enquanto estrangeiro na terra de seus ancestrais. Se inicialmente o *homeland* era o Japão, e assim, os brasileiros enquanto descendentes de japoneses estarem “retornando” às suas origens, esta ilusão se desmorona quando as suas precárias certezas são postas em questão ao entrar em contato com o “outro” japonês e revelar que, apesar de compartilhar supostas semelhanças na aparência, consangüinidade e etnicidade, há muitas diferenças a serem conferidas. Este jogo de diferenças se desenrola, então, nas margens, nos limites, longe de qualquer certeza. Muitas vezes, a negociação de identidade destes brasileiros

descendentes de japoneses pode ser pautada em um imaginário – talvez coletivo – onde tenta-se resgatar (ou não, dependendo das circunstâncias, ou quando melhor lhe convier) a “brasilidade” ou alguns elementos da sociedade de origem de onde partiu (do Brasil) para poder contar como referência.

“A produção cultural em uma sociedade dada é uma inovação constante e perceptível: a ênfase está na continuidade, não na imutabilidade do produto. Ao contrário, na constituição da etnicidade há uma descontinuidade real e uma ênfase na imutabilidade aparente do produto”. (CUNHA, 1985, p. 208).

Esta relação dialética de continuidade e descontinuidade, faz-se presente na experiência migratória, dado o reconhecimento de uma diversidade e heterogeneidade necessárias; de uma identidade que vive com e através da diferença, como diz Hall: “Identidades de Diáspora são as que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se novas, através da transformação e da diferença” (HALL, 1996, p. 75).

E assim, mergulhados na dinâmica das redes sociais que se foi constituindo ao longo do processo migratório, estas negociações de identidade, ou este jogo de diferença se desenrolaram igualmente de modo dinâmico. São as várias possibilidades de deixar marcas ou sinais no “labirinto”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, pudemos verificar o constante desenvolvimento do processo migratório de dekassegus e sua relação simbiótica com a dinâmica das redes sociais.

Para entendermos esse movimento migratório de brasileiros para o Japão, procuramos apresentar alguns aspectos fundamentais. Dentre eles, no capítulo 1, tentamos cercar o volume de contingente de brasileiros presentes no Japão, baseando-nos em dados oficiais do ministério da justiça do Japão. Vimos que, apesar de os brasileiros representarem o terceiro maior contingente estrangeiro registrado no Japão, eles apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional

³⁷ Talvez uma outra situação de liminaridade com os imigrantes orientais de outras nacionalidades também

na passagem da década de 80 para 90, significando uma entrada maciça de brasileiros no Japão para trabalhar como dekassegui.

Em 1990 houve a Reforma da Lei de Imigração no Japão, em decorrência da falta de mão-de-obra no Japão e do conseqüente aumento de imigrantes estrangeiros ilegais no Japão. Se de um lado esta reforma legislativa tentava conter a entrada de imigrantes ilegais, por outro, “favoreceu” a entrada de nikkeis. Embora oficialmente a lei não tivesse privilegiado explicitamente o nikkei – pois ele é considerado estrangeiro para os japoneses – ele não sofria nenhum tipo de restrição para entrar no Japão, nem quanto ao tipo de atividade que eles poderiam exercer naquele país, obtendo visto (renovável) de longa permanência (de 1 ou 3 anos), uma vez que a consangüinidade e a suposta proximidade cultural eram consideradas, diferentemente dos demais estrangeiros. Além disso, nessa reforma foi promulgado o visto de reentrada (com validade de 1 ou 3 anos), importante medida para o dekassegui que passou a poder transitar entre o Brasil e o Japão, dispensando-o dos trâmites burocráticos.

No capítulo 2 apresentamos os dados resultantes das entrevistas realizadas na pesquisa de campo. Esses dados nos oferecem ricas informações da experiência migratória do dekassegui a nível micro ou individual, através de relato da trajetória e da vivência no Japão como trabalhador de baixa qualificação. As entrevistas foram realizadas nos meados dos anos 90 – utilizando a periodização adotada no capítulo 5 para traçarmos características gerais dessa migração – período em que percebemos sinais de consolidação das redes sociais de brasileiros no Japão, que, em outras palavras, implica em uma maior permanência desses brasileiros nikkeis no Japão.

Também percebemos na pesquisa de campo, o intenso trânsito destes dekasseguis entre o Brasil e o Japão – 58% dos entrevistados foram duas vezes ou mais para o Japão trabalhar. Essa alta porcentagem é um indicador da legalidade e da facilidade de se ir ao Japão trabalhar, não só burocraticamente, mas também graças à segurança oferecida pelos laços de confiança pessoais estabelecidos nas redes sociais destes brasileiros no Japão.

Por outro lado, não foram poucos os casos em que a readaptação no Brasil após a estadia no Japão como dekassegui foi mais difícil do que a readaptação na sociedade nipônica. Se no

presentes no Brasil, como chineses e coreanos.

primeiro momento a ida ao Japão sempre implicou em retornar ao seu país de origem (uma vez que, pelo menos inicialmente, a pretensão de permanência no Japão era temporária), quando retornava ao Brasil, muitos não se davam por satisfeitos e retornavam novamente ao Japão, com a esperança de que “o Brasil melhore”. Dentre aqueles que foram apenas uma vez ao Japão, não descartam a idéia de ir novamente para lá se a situação no Brasil “apertar”.

De um modo geral, podemos dizer que todos os nikkeis – e a estes relacionados como cônjuges, filhos e dependentes – são *dekasseguis em potencial*. Embora apenas 10% da população descendente de japoneses no Brasil participe desse fluxo (como vimos no início do Capítulo 1), a população restante tem a potencialidade de migrar, uma vez que preenchem os requisitos básicos necessários (ter ascendência japonesa e pertencer até a terceira geração, que na verdade é bastante negociável, como vimos no capítulo 2, pois ainda tem a alternativa de permanecer no Japão sob status de cônjuges, filhos ou dependentes do nikkei). Todos os nikkeis têm, portanto, essa iminência de vir a ser um candidato a dekassegui. Se vai acionar ou efetivar essa condição em potencial, depende da vontade e da situação de diversa natureza (financeira, ocupacional, familiar, etc.) de cada um deles e dos seus planos, objetivos e perspectivas pessoais. De qualquer maneira, ir ao Japão como dekassegui é um canal de escape para quando “as coisas piorarem no Brasil” ou uma alternativa para melhorar a situação econômica e material em menos tempo. Além disso, vimos que as motivações que levam o brasileiro nikkei a se candidatar como dekassegui, tem variado muito, não se restringindo apenas a razões econômicas, mas talvez mais culturais, por curiosidade, como vimos nos dados da pesquisa de campo. Em outras palavras, a migração foi se tornando cada vez menos seletiva ao longo do processo. Se inicialmente o perfil do candidato a dekassegui era predominantemente individual, masculino, faixa etária mais avançada, primeiras gerações, chefe de família, que sabia falar a língua japonesa, pretensão de permanecer no Japão claramente temporário; a partir do final da década de 80, o perfil do dekassegui ganhou novos contornos: mais jovens, proporção sexual equiparada, gerações mais avançadas, mais família, casados “novos”, surgimento da segunda geração de dekasseguis no Japão – isto é, os filhos de migrantes nikkeis brasileiros nascidos no Japão –, pretensão temporária cada vez menos clara, ou seja, maior permanência dessa população no Japão, como vimos no capítulo 5.

No início do Movimento de kassegui, os migrantes brasileiros tinham perspectiva de permanecer apenas temporariamente no Japão. Entretanto, vimos que a estadia no Japão foi aumentando, embora a intenção de permanecer “para sempre” no país hospedeiro não esteja clara. Isso nos faz questionar sobre o termo “de kassegui” empregado para esse movimento migratório. Conforme vimos na introdução, a palavra *de kassegui*, originalmente implicava em uma clara temporalidade da presença do trabalhador imigrante na região hospedeira. Se essa temporalidade está ficando cada vez menos claro nessa migração de nikkeis brasileiros no Japão, talvez tenhamos que empregar um outro termo para esse movimento migratório.

O Capítulo 3 tratou das redes sociais dos de kasseguis que foram aos poucos se constituindo na sociedade hospedeira nipônica, servindo como um “colchão” para amortecer os impactos e facilitar a adaptação dos brasileiros descendentes de japoneses que chegam no Japão para trabalhar como de kassegui. Estas redes sociais são marcadas pela dinamicidade, apresentando feições distintas em períodos diferentes, como nos mostrou Charles Tilly (1990). Por outro lado, constatamos uma certa *desunião entre os de kasseguis brasileiros* no Japão, conforme os dados coletados na pesquisa de campo.

Ao longo do capítulo 3, utilizamos dados de jornais e revistas voltados para o público nikkei³⁸, a fim de ilustrar as várias instâncias das redes sociais de de kasseguis brasileiros, como agentes intermediários e empreiteiras; agentes migratórios de apoio e informações para esses trabalhadores e pequenos negócios montados pelos próprios de kasseguis. Nesse sentido, a imprensa ajudou-nos a dar uma idéia melhor do contexto em que os de kasseguis entrevistados se encontravam. Em outras palavras, como a pesquisa de campo foi realizada no Brasil, o material da imprensa serviu-nos como suporte para ilustrar alguns aspectos das redes sociais no Japão, que vem sendo constituído e consolidados *de e para* os de kasseguis brasileiros.

Inicialmente, o capítulo 4, sobre as remessas, era um dos itens do capítulo 3, pois a dimensão econômica da migração é entendida aqui como um dos aspectos constituintes das redes sociais. Entretanto, como a explicação dos mecanismos das remessas dos de kasseguis pautou-se principalmente em argumentos econômicos, acabamos enquadrando a questão da remessa

³⁸ Veja em “jornais e revistas”, na referência.

merecidamente em um capítulo à parte. Desnecessário dizer sobre as nossas limitações enquanto não-especialistas em assuntos econômicos, não tendo profundidade ou intimidade o suficiente com o “economês”. Mas para os propósitos do presente estudo, acreditamos ter apresentado uma noção básica para entendermos a variação do montante de remessas enviadas pelos dekassegui ao seu país de origem.

Os quatro capítulos apresentados até então, foram fundamentais para entendermos em que contexto as identidades do brasileiro descendente de japonês são negociadas na experiência migratória no Japão. Como já dissemos no início do trabalho, a migração só pode ser compreendida quando os múltiplos aspectos envolvidos forem considerados conjuntamente. Nesse sentido, para entendermos “o jogo da diferença” ou para chegarmos à questão da identidade, foi necessário contextualizar o fenômeno dekassegui. Assim, cada capítulo abordou mais a fundo determinados aspectos que julgamos ser fundamentais, somados aos dados da pesquisa de campo.

Estamos cientes que este trabalho está muito longe de esgotar o tema sobre os dekassegui, pois ainda deve haver muitas outras faces a serem desvendadas. Apesar dessa limitação, esperamos que o presente estudo tenha contribuído para compreendermos um pouco melhor sobre o Movimento dekassegui, abrindo assim, novos horizontes para futuros estudos.

REFERÊNCIAS

- BASSANEZI, M. S. B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas, SP: FNUAP, 1995. (Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, v. 1).
- BATISTA JR., P. N. O Brasil e a situação financeira internacional. In: _____. **Mito e realidade na dívida externa**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983.
- BORNSTEIN, L. From carioca to karaoke: Brazilian guestworkers in Japan. **Berkeley Planning Journal**, California, v. 7, n. 1, p.48-75, 1992.
- BOYD, M. Family and personal networks in international migration: Recent developments and new agenda. **International Migration Review**, US, v. 23, n.3, p. 638-670, 1989.
- CARDOSO, R. C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudos dos japoneses no Estado de São Paulo**. São Paulo, SP: Primus Comunicação, 1995. (Edição bilíngüe).
- CASTLES, S. **Migrant workers and the transformation of Western Societies**. Cornell University/Center for International Studies, 1989.
- CASTRO, M. L. O fenômeno Dekassegui: os trabalhadores *nikkeis* brasileiros no Japão. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 8, n. 1, p.102-106, 1994.
- CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIRO. **A realidade dos trabalhadores brasileiros e a sua influência sobre a comunidade nipo-brasileira**. São Paulo, SP, 1993. (Mimeo). (Em japonês: Burajiru kara no nikkeijin hompô shûrô no jittai no nikkei shakai ê oyobossu eikyô ni kan suru kenkyu.)
- _____. **Pesquisa da população de descendentes de japoneses residentes no Brasil, 1987-1988**. São Paulo, SP, 1990. (Mimeo).
- CLIFFORD, J. Diasporas. **Cultural Anthropology**, Washington, v. 9, n. 3, p. 302-338, 1994.
- COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo, SP: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa/Hucitec, 1992.
- CORNELIUS, W A. Japan: the illusion of immigration control. In: _____. MARTINS, P. L.; HOLLIFIELD, J. F. (Ed.). **Controlling immigration: a global perspective**. Standford, Califórnia: Standford University Press, 1995.
- CUNHA, M. C. **Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.
- _____. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. **Revista de Cultura & Política**, São Paulo, SP, Ano 1, n. 1, p.35-39, 1979.

DAVIDOFF CRUZ, P. Endividamento externo e transferências de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos 80. **Texto para Discussão do IE/UNICAMP, n. 24**, Campinas, SP, 1983.

DOSSIÊ Brasil-Japão. **Revista USP**, São Paulo, SP, n. 27, 1995.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1976.

FARAGE, N. O tear de Penélope. Uma leitura de antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. In: UnB. **Anuário Antropológico 86**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1988. (Tempo Brasileiro).

FAUSTO, B. **Historiografia da imigração para São Paulo**. São Paulo, SP: Sumaré/IDESP, 1991.

FAWCETT, J. T. Networks, linkage, and migration systems. **International Migration Review**, US, v. 23, n. 3, p.671-680, 1989.

FOX, R. G. **Nationalist ideologies and the production of national cultures**. American Anthropological Association, 1990. (American Ethnological Society Monography Series, n. 2).

FUCHS, L. H. Introduction: migration research and immigration policy. **International Migration Review**, US, v. 26, n. 4, p.1069-1076, 1992.

FUNDAÇÃO TOYOTA (financiamento). **A realidade e a influência dos Dekasseguis nikkeis brasileiros**: comparação entre 3 comunidades nipo-brasileiras. São Paulo, SP, 1992. (Relatório da equipe brasileira) (Mimeo). (Em japonês: Burajiru kara no nikkeijin Dekassegui no jittai to sono eikyô – san nikkei shûdanchi no hikaki kôan wo tsujite – 1992 nendô Toyota zaidan teishitsu burajiru gawa hôkokusho).

GLICK-SCHILLER, N. **Transmigrants and nation-states**: something old and something new in the U.S. immigrant experience. Campinas, SP, 1997. (Texto apresentado para CEMI/UNICAMP). (Mimeo).

_____; BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C. **Towards a transnational perspective on migration**: race, class, ethnicity and nationalism reconsidered. Nova York, NY: The New York Academy of Sciences, 1992.

HALL, S. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, RJ, n. 24, p.68-75, 1996.

_____. **A questão da identidade cultural**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1995. (Textos Didáticos, n. 18).

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, SP: Loyola, 1989.

HEER, D. M. **Los mexicanos indocumentados en los Estados Unidos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1995.

ISHIGAKI, Y. (Cônsul Geral do Japão em São Paulo em 1991). Discurso de abertura dos trabalhos do Simpósio sobre o Fenômeno Dekassegui. In: NINOMIYA, M. (Org.). **Dekassegui**: palestras e exposições do Simpósio sobre o Fenômeno Dekassegui. São Paulo, SP: Estação Liberdade/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

ISHIKAWA, A. Formation et différenciation du marché des travailleurs étrangers au Japon. **Sociologie du Travail**, Paris, n. 1, p.173-187, 1991.

KAIGAI NIKKEIJIN KYOKAI (Associação de Nikkeis Estrangeiros). **Vida no Japão**. Japão, 1991. (Edição bilíngüe, em japonês e português).

KATO, H.; MIYAZAKI, S.; SUGO, A. Mão-de-obra do Brasil para o Japão: Aspectos econômicos e impactos nas empresas do fenômeno Dekassegui. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, SP, Fundação Getúlio Vargas, v. 32, n. 4, p. 20-31, 1992.

KAWAMURA, L. **Trabalhadores brasileiros no Japão: estratégias de formação cultural**. 1997. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997.

Qualificação de trabalhadores brasileiros no processo de trabalho no Japão. **Working Paper Internacionalização no Japão e a América Latina**, Centro de Estudios de America Latina/Universidade de Nanzan (Nagoya, Japão), 1994. (Monografia, n. 12).

KEARNEY, M. From the invisible hand to visible feet: anthropological studies of migration and development. **Annual Review of Anthropology**, US, v. 15, p. 331-361, 1986.

KLAGSBRUNN, V. H. **A evolução da migração internacional de brasileiros para os países industrializados e sua dimensão econômica**. 1997a (Mimeo).

_____. **Migração internacional e o mercado de trabalho no Brasil: as migrações para os Estados Unidos, Japão e Portugal**. 1997b. (Mimeo).

KOMAI, H. Are foreign trainees in Japan disguised cheap laborers? **Migration World**, v. 20, p.13-17, 1992 *apud* MORITA, K.; SASSEN, S. The new illegal immigration in Japan, 1980-1992. **International Migration Review**, US, v. 28, n. 1, p. 153-163, 1994.

KRITZ, M. M.; KEELY, C. B.; TOMASI, S. M. **Global trends in migration: theory and research on international population movements**. New York, NY: Center for Migration Studies, 1981.

MARGOLIS, M. L. **Little Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

MASSEY, D. S. The social and economic origins of immigration. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, US, v. 510, p. 60-72, 1990.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO JAPÃO. **Estatística sobre os estrangeiros residentes no Japão**. Japão, 1995. (Em japonês: Houmushô – Zai ryuu Gaikokujin Tookei).

MIYOSHI, T. **Manual da Lei de Imigração Japonesa: conhecimentos básicos sobre a entrada e a permanência do Japão**. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1993.

MORITA, H. **Japan and the problem of foreign workers**. Tóquio: Research Institute for the Japanese Economy, Faculty of Economics, University of Tokyo-Hongo, 1992 *apud* MORITA, K.; SASSEN, S. The new illegal immigration in Japan, 1980-1992. **International Migration Review**, US, v. 28, n. 1, p. 153-163, 1994.

MORITA, K. Foreign workers in Japan. In: SASSEN S. (Ed.). **Labor migration and capital mobility, comparing the U.S. and Japan**. Special Issue of the **International Journal of Political Economy**, 1993 *apud* MORITA, K.; SASSEN, S. The new illegal immigration in Japan, 1980-1992. **International Migration Review**, US, v. 28, n. 1, p. 153-163, 1994.

_____.; SASSEN, S. The new illegal immigration in Japan, 1980-1992. **International Migration Review**, US, v. 28, n. 1, p. 153-163, 1994.

NAKANE, C. **Japanese society**. 8.ed. Tóquio: Charles E. Tuttle Co., 1992.

NINOMIYA, M. (Org.). **Dekassegui: palestras e exposições do Simpósio sobre o Fenômeno Dekassegui**. São Paulo, SP: Estação Liberdade/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

NOGUEIRA, A. R. **Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil**. São Paulo, SP: Centro de Estudos Nipo-Brasileiro/Massao Ohno Editor, 1984.

OHASHI, G. K. **O trabalhador japonês no Brasil: desde o início da imigração até o Dekassegui**. São Paulo, SP, 1991. (Monografia II – Faculdade de Economia e Administração, da USP). (Mimeo).

OLIVEIRA, A. C. **Japoneses no Brasil ou brasileiros no Japão: a trajetória de uma identidade em um contexto migratório**. 1997. 207f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997.

OLIVEIRA, M. C. F. A. A imigração italiana para o Brasil e as cidades. **Texto NEPO 21**, Campinas, SP, 1992.

PATARRA, N. L. **Migração internacional: questão relevante para a região Centro-Oeste?** 1997 (Mimeo).

_____. **Migrações internacionais: herança XX, Agenda XXI**. Campinas, SP: FNUAP, 1996. (Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, v. 2).

_____. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas, SP: FNUAP, 1995. (Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, v. 1).

PIORE, M. **Birds of passage: migrant labor and industrial societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

PORTES, A. **The economic sociology of immigration: essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship**. Nova York, NY: Russell Sage Foundation, 1995.

_____. Introduction: immigration and its aftermath. **International Migration Review**, US, v. 28, n. 4, p. 632-639, 1994.

_____. Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration. In: KRITZ, M. M.; KEELY, C. B.; TOMASI, S. M. **Global trends in migration: theory and research on international population movements**. New York, NY: Center for Migration Studies, 1981.

- ROSSINI, R. E. À procura das origens ou a expectativa do enriquecimento rápido: o exemplo dos Dekasseguis do Brasil em direção ao Japão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 9, n. 2, p. 200-203, 1992.
- RUBEN, G. R. Teoria da identidade: uma crítica. In: UnB. **Anuário Antropológico 86**. Brasília, DF: Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1988.
- SAFRAN, W. Diasporas in modern societies: myths of homeland and return. **Diaspora**, New York, NY, v. 1, n. 1, p. 83-99, 1991.
- SAITO, H. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.
- SAKURAI, C. Primeiros polos da imigração japonesa no Brasil. **Dossiê Brasil-Japão, Revista USP**, São Paulo, SP, n. 27, p. 32-45, 1995.
- SALES, T. O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais. In: PATARRA, N. L. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas, SP: FNUAP, 1995.
- _____. Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 9, n. 1, p. 50-64, 1992.
- _____. Novos fluxos migratórios da população brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 8, n. 1/2, p. 21-32, 1991.
- SANTOS, G. A. P. D. **Relações interétnicas em Lisboa: imigrantes brasileiros e africanos no contexto da lusofonia**. Campinas, SP, 1997. (Projeto de candidatura para o Programa de Mestrado em Antropologia Social do IFCH/UNICAMP). (Mimeo).
- SASAKI, E. M. A migração internacional contemporânea e a internacionalização da produção. **Cadernos de Sociologia**, Campinas, SP, n. 1, p. 165-188, 1996. (Publicação do Programa de Mestrado em Sociologia do IFCH/UNICAMP1).
- _____. Os Dekasseguis retornados (notas de pesquisa). **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 13, n. 1, p. 99-100, 1996.
- _____. Dekasseguis: trabalhadores nipo-brasileiros no Japão. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, SP, Ano 8, n. 21j, p. 20-22, 1995. (Em alemão: SASAKI, E. M. Dekasseguis – Japanisch-Brasilianische Arbeiter in Japan. **Brasilien Dialog**, 1/2/96, Institut für Brasilienkunde, p. 45-49).
- _____. **The global city**. Nova York, NY: Princeton University Press, 1991.
- _____. **The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. São Paulo, SP: Brasiliense, v. 1, 1982.
- SHIMADA, H. **Japan's 'guest workers': Issues and public policies**. Tóquio: University of Tokyo Press, 1994.

SIMMEL, G. The stranger. In: WOLFF, K. H. (Ed.). **The sociology of Georg Simmel**. Londres: The Free Press of Glencoe Colleir/MacMillan Limited, 1964.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: _____. **Economia política da urbanização**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983.

SKIDMORE, T. E. Criadores de mitos: os arquitetos da identidade nacional brasileira. In: _____. **O Brasil visto de fora**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1994.

SOARES, W. **Emigrantes e investidores**: redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarense. 1995. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1995.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. **Pesquisa sobre o Fenômeno Dekassegui**. São Paulo, SP, 1992. (Mimeo).

TANAKA, K. **Formal and informal work in Japan**: a life cycle analysis of women's employment opportunities. Iowa City: University of Iowa, 1986 (manuscript) *apud* CORNELIUS, W. A. Japan: the illusion of immigration control. In: _____.; MARTINS, P. L.; HOLLIFIELD, J. F. (Ed.). **Controlling immigration**: a global perspective. Standford, Califórnia: Standford University Press, 1995.

TEIXEIRA, A. **Vinte anos de política econômica**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1992. (Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI).

TODA, M. Resumo da apresentação sobre aspectos políticos e jurídicos dos Dekasseguis. In: NINOMIYA, M. (Org.). **Dekassegui**: palestras e exposições do Simpósio sobre o Fenômeno Dekassegui. São Paulo, SP: Estação Liberdade/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

TURNER, V. **Dramas, fields, and metaphors**: symbolic action in human society. Ithaca and London: Cornell University Press, 1974.

VAINER, C. B. Estado e imigração internacional: da imigração à emigração. In: PATARRA, N. L. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas, SP: FNUAP, 1995.

WATANABE, M. (Org.). **Dekassegui nikkei brasileiro**. Tóquio: Akashi, 1995. (Em japonês: Kyôdô Kenkyuu, Dekassegui Nikkei Burajirujin).

WEEKS, J. The value of difference. In: RUTHERFORD, J. (Ed.). **Identity**: community, culture, difference. Londres: Lawrence & Wishart, 1990.

YAMANAKA, K. Return migration of Japanese-Brazilian to Japan: the nikkeijin as ethnic minority and political construct. **Diaspora**, New York, NY, v. 5, n. 1, p. 65-97, 1996.

_____. Unskilled foreign workers and the new immigration policies of Japan. Revised version of a paper presented at the 44th Annual Meeting of the Association for Asian Studies. Washington, DC, 1992 *apud* CORNELIUS, W. A. Japan: the illusion of immigration control. In: _____.; MARTINS, P. L.; HOLLIFIELD, J. F. (Ed.). **Controlling immigration**: a global perspective. Standford, Califórnia: Standford University Press, 1995.

_____. **Asian and Latin American workers in Japan**: should Japan open the unskilled labor market? Iowa: Departament of Sociology, Grinnell College, 1991 *apud* MORITA, K.; SASSEN, S. The

new illegal immigration in Japan, 1980-1992. **International Migration Review**, US, v. 28, n. 1, p. 153-163, 1994.

YANS-McLAUGHLIN, V. (Ed.). **Immigration reconsidered: history, sociology and politics**. Nova York, NY: Oxford University Press, 1990.

YOSHIOKA, H. **Por que migramos do e para o Japão**. São Paulo, SP: Masao Ohno Editor, 1995.

ARTIGOS DE JORNAIS E DE REVISTAS

DIÁRIO NIPPAK. **Ênfase na questão social: meta de nova entidade para Dekassegui**. São Paulo, SP, 28 maio 1993, p.1.

ESTADO DE SÃO PAULO. **TV brasileira ganha audiência no Japão**. São Paulo, SP, 31 ago 1997, p.T-15.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Universitário vira operário no Japão**. São Paulo, SP, 19 maio 1991, p.4-8.

GAZETA MERCANTIL. **Por que caem remessas dos “Dekasseguis”**. São Paulo, SP, 14-17 nov. 1996, p. B-1.

_____. **Os “Dekasseguis” compram apartamentos da Encol no Brasil**. São Paulo, SP, 01 abr. 1993, p. 9.

JAPÃO AQUI. **Pequenos & promissores**. São Paulo, SP, Ano 1, n. 4, ago. 1997, p. 49-52.

_____. **O sagrado dia de folga**. São Paulo, SP, Ano 1, n. 3, jul. 1997, p. 32-34.

_____. **A repórter e o falso Dekassegui**. São Paulo, SP, Ano 1, n. 2, maio 1997, p. 43-45.

_____. **Armadilhas na rota do ouro**. São Paulo, SP, Ano 1, n. 2, maio 1997, p. 38-42.

_____. **Sucesso no Japão, longe das fábricas**. São Paulo, SP, Ano 1, n. 2, maio 1997, p. 31-36.

_____. **Dekassegui: o homem que vale 4 bilhões de dólares**. São Paulo, SP, Ano 1, n. 1, abr. 1997, p. 54-61.

_____. **O Japão brasileiro**. São Paulo, SP, Ano 1, n. 1, abr. 1997, p. 22-27.

MADE IN JAPAN. **Fim de ano no Japão**. Tóquio/São Paulo, Ano 1, n. 3, dez. 1997, p. 48-53.

_____. **Adiantando o relógio**. Tóquio/São Paulo, Ano 1, n. 3, nov. 1997, p. 30-31.

_____. **Diga ao povo que fico**. Tóquio/São Paulo, Ano 1, n. 2, out.1997, p. 32-34.

_____. **Oizumi: a cidade verde-amarela do Japão**. Tóquio/São Paulo, Ano 1, n. 1, ago./set. 1997, p. 50-53.

NIKKEY. **Empresários acham que brasileiros trabalham mais**. Campinas, ago. 1992, p. 4.

NOTÍCIAS DO JAPÃO. **Cai o número de partidas ao Japão**. São Paulo, SP, 04 a 10 jul. 1997, p. 1 e 7B.

_____. **Procura-se** (Hajime Itien; Mário, Francisco Inácio e Paulo Ituo Morikawa; Izaura Tizue Oka Straube). São Paulo, SP, 04 a 10.jul. 1997.

_____. **Agências municipais atendem em português**. São Paulo, SP, 29 set. a 05 out. 1995, p. 1C.

_____. **Procura-se (Osamu Kuwabara)**. São Paulo, SP, 29 set. a 05 out. 1995, p. 2B.

_____. **Prefeitura cria associação de auxílio a estrangeiros**. São Paulo, SP, 18 a 24 ago. 1995, p. 6.

_____. **Procura-se (Marlene Ejima Amano)**. São Paulo, SP, 18 a 24 ago. 1995, p. 10.

_____. **Procura-se (Heraldo Shoji Tomioka)**. São Paulo, SP, 25 nov. a 01 dez. 1994, p. 14.

_____. *i.* São Paulo, SP, 04 a 10 nov. 1994, p. 14.

_____. **Advogado alerta sobre empreiteiras irregulares**. São Paulo, SP, 04 a 10 nov. 1994, p. 12.

_____. **Dekasseguis são o novo alvo das construtoras**. São Paulo, SP, 04 a 10 nov. 1994, p. 7.

_____. **Retorno de Dekasseguis provoca crescimento do setor imobiliário**. São Paulo, SP, 04 a 10 nov. 1994, p. 1.

_____. **Procura-se (Massatomi Mishiyama)**. São Paulo, SP, 04 a 10 nov. 1994, p. 14.

_____. **Procura-se (Sonosuke Okamura)**. São Paulo, SP, 28 out. a 03 nov. 1994.

_____. **NIC (Nikkei Information Center) encerra assistência a nikkeis em Oota**. São Paulo, SP, 07 a 13 out. 1994, p. 14.

_____. **Correspondência do Japão desaparece**. São Paulo, SP, 30 set. a 06 out. 1994, p. 14.

_____. **Centro orienta estrangeiros em Hyogo**. São Paulo, SP, 12 jan. 1994.

_____. **Médicos bilíngues para estrangeiros**. São Paulo, SP, 12 jan. 1994, p. 15.

_____. **Noticiário japonês é nova atração da Globosat**. São Paulo, SP, 12 jan. 1994, p. 9.

NOVA VISÃO. **Brasileiro é visto como trabalhador e rebelde**. Japão, 21 set. 1997.

TRIBUNA, A. **O sol nascente ainda aponta o melhor destino: nisseis e sanseis que voltam acabam fazendo as malas novamente**. Campinas, SP, 04 maio 1997.

VEJA. **Nossa gente lá fora**. São Paulo, SP, 03 abr. 1996, p. 26-29.

_____. **Deixados para trás**. São Paulo, SP, 23 ago. 1995, p. 62-63.

_____. **O povo da diáspora**. São Paulo, SP, 07 ago. 1991, p. 36-43.

GLOSSÁRIO

Anteisho = escritório do órgão público de estabilidade profissional

Arubaito = trabalho temporário, de meio período.

Dekassegui = trabalhar fora de casa

Gaijin = estrangeiro

Issei = primeira geração

Ken = província

Kiken = perigoso

Kitanai = sujo

Kitsui = duro, penoso

Kojingaisha = no Japão, equivale a uma microempresa, onde não há limite mínimo de investimento e exige-se apenas o registro na prefeitura.

Kôsseki Tôhon = certidão de registro da família no Japão

Nihonjin = japonês

Nikkei = descendente de japonês nascido fora do Japão.

Nissei = segunda geração (filhos de japoneses)

Sansei = terceira geração (netos de japoneses)

Shi = cidade

Yuguengaisha = firmas que contratam mão-de-obra para terceiros; requer um investimento mínimo equivalente a 30 mil reais e o pagamento de impostos e taxas que variam conforme a região, além de documentos específicos dos membros da diretoria.

ANEXO

ANEXO 1 – Ocupação anterior e motivos da ida ao Japão

Nº	NOME	OCUPAÇÃO ANTERIOR (NO BRASIL)	MOTIVO DA IDA AO JAPÃO
1	Marcelo Inês	ele: engenheiro em multinacional ela: não se sabe	curiosidade; “sair do marasmo”
2	Pedro Sílvia	ele: dono de locadora de vídeo ela: dona de lanchonete	curiosidade; dinheiro para ampliar a locadora
3	Roseli William	ele: gerente de coop. de banco ela: funcionária pública	dinheiro (salário melhor)
4	Karen	ela: atendente de agência de turismo	não foi (mas tem vontade)
5	Eunice Rodrigo	ela: profª. de escola estadual ele: planejador técnico em multi- nacional	marido foi demitido do emprego, ela foi por questão de sobrevivência
6	Cecília	ela: estudante universitária	para fugir um pouco da rotina; e a mãe já estava no Japão
7	Sandro Edna	ele: técnico de mec. de precisão ela: secretária de cia. de seguro	aventura e dinheiro; mas depois que engravidou, era por sobrevivência
8	Takeo Harumi	ele: aposentado ela: dona de casa	curiosidade; conhecer a terra onde ele nasceu; dinheiro
9	Cláudio Fátima	ele: gerente de loja de departamento ela: aux. adm. de contábeis	ele foi primeiro sozinho e sem saber porque foi (talvez por causa da morte da mãe); resolveram casar (por procuração), ela foi para o Japão e então começaram a juntar dinheiro
10	Satoshi Ivete	ele: aposentado ela: dona de casa	dinheiro (aposentadoria não dava); os filhos já tinham ido e ele tinha parentes no Japão chamando
11	João Mércia	ele: chefe de sessão de almoxarifado em multinacional ela: estudante; atendente. ag. turismo	conheceram-se no Japão; João foi por recomendação do tio; Mércia, porque o pai e o irmão estavam no Japão e não se dava bem com a mãe no Brasil
12	Celso Irene	ele: comerciante de frios e laticínios ela: vendedora de cosméticos	fugir do aluguel; dinheiro para montar um negócio
13	Caroline	ela: estudante; aux. dentista	1ª vez: a prima arranjou tudo para ela ir; 2ª vez: sua irmã menor queria ir
14	Roberta Leandro	ele: motorista de caminhão ela: gerente de banco	aventura; dinheiro para comprarem e montarem a casa
15	Beatriz	ela: estudante; ajudava o pai no bar	aventura; curiosidade
16	Tadeu Andréia	ele: torneiro ferramenteiro ela: prof. de escola estadual (primário)	dinheiro (salário melhor)
17	Yukio Zuleika	ele: engenheiro civil ela: dona de casa	1ª vez: aventura, curiosidade, conhecer o lugar onde ele nasceu (no Japão); 2ª e 3ª vez: dinheiro
18	Luciano Heloísa	ele: motorista de caminhão ela: era prof., parou e continuou só com comércio de bebida (depósito)	1ª vez: aventura, curiosidade; 2ª e 3ª vez: dinheiro
19	César Marta	ele: sem ocupação ela: recém-formada em escola técnica; estagiária	conheceram-se no Japão; e foram por curiosidade, dinheiro
20	Nei Kayoko	ele: eletricista ela: gerente de loja	casaram-se e logo foram para o Japão; foram para conseguir dinheiro para montar a casa

Fonte: Pesquisa de campo.

Obs: os dados acima foram declarados pelos próprios entrevistados.

ANEXO 2 – Perfil familiar

Nº	NOME	ESTADO CIVIL (6)	CASAMEN-TO (7)	TEMPO DE CASAMENTO (8)	NÚMERO DE FILHOS (9)	IDADE E SEXO DOS FILHOS (10)			
						1º	2º	3º	4º
1	Marcelo Inês	C	EN	8	2	9 F	7 F		
2	Pedro Sílvia	C	EN	não se sabe	2	7 F	5 M		
3	Roseli William	C	M	20	2	17 F	16 M		
4	Karen	V	EN	20	3	22 M	20 M	16 M	
5	Eunice Rodrigo	C	M	20	2	19 F	17 F		
6	Cecília	S			não tem				
7	Sandro Edna	C	M	5	1	5 F			
8	Takeo Harumi	C	EN	41	4	40 M	38 F	35 F	31 F
9	Cláudio Fátima	C	M	4	1	1 F			
10	Satoshi Ivete	C	M	40	3	28 F	26 M	21 M	
11	João Mércia	N	EN		não tem				
12	Celso Irene	C	M	11	não tem				
13	Caroline	S			não tem				
14	Roberta Leandro	C	EN	20	3	19 F	18 M	1 F	--
15	Beatriz	D	EN	4	1	2 M			
16	Tadeu Andréia	C	M	22	3	21 M	19 F	15 M	
17	Yukio Zuleika	C	EN	13	3	11 M	9 F	3 F	
18	Luciano Heloísa	C	M	15	2	12 M	11 F		
19	César Marta	C	EN	2	não tem				
20	Nei Kayoko	C	EN	7	1	4 F			

Fonte: Pesquisa de campo.

Legenda:

(6) estado civil: C = casados; V= viúva; N = noivos; S = solteira; D = divorciada. (C e N foram colocados uma vez, indicando o estado civil do homem e da mulher, ou seja, do casal).

(7) casamento: EN = entre nikkeis (inclusive entre os mestiços, conforme o critério de descendência já apresentado); M = misto (descendente com não-descendente).

(8) tempo de casamento até a data da entrevista.

(9) número de filhos e (10) idade e sexo dos filhos até a data da entrevista.

ANEXO 3 – Destino da renda adquirida no Japão

Nº	NOME	O QUE FEZ COM A RENDA ADQUIRIDA NO JAPÃO
1	Marcelo Inês	Antes de irem para o Japão, ele ganhava mais no Brasil na época. Eles tinham comprado uma casa no Brasil, mas como invadiram e roubaram tudo ele precisou mandar todo o dinheiro poupado no Japão para reformá-la, além de sustentar a família no Japão (esposa e 2 filhas pequenas). Sem dinheiro suficiente para voltar ao Brasil, depois de 3 anos de trabalho, eles ganharam 2 passagens aéreas da fábrica, pediram demissão e voltaram ao Brasil. Tinham pouco dinheiro o suficiente apenas para agüentar os meses que ficariam sem emprego no Brasil.
2	Pedro Sílvia	Ele ampliou a locadora de vídeo que já tinha.
3	Roseli William	Ele mandava remessas para o Brasil para sustentar a família, tinha pouca poupança.
4	Karen	Não teve experiência migratória.
5	Eunice Rodrigo	Ela mandava remessa ao Brasil para sustento da família, pois o marido estava desempregado. Passou a viver com a renda da venda do apartamento que eles já tinham. E com o dinheiro da venda do aptº construíram uma casa em Jaguariúna (cidade próxima a Campinas).
6	Cecília	Não estava muito preocupada em poupar, queria só o suficiente para comprar um carro. Mas ficou apenas 9 meses (porque voltou ao Brasil junto com a mãe) e não conseguiu poupar muito, além disso o salário da mulher é menor do que o do homem no Japão. Comprou, então, uma linha telefônica.
7	Sandro Edna	Tinham pouca poupança, porque Edna engravidou e teve a filha no Japão. Toda renda era para o sustento da família no Japão. Compraram uma banca de revista no Brasil. O ponto valorizou, passaram-no adiante e, um tempo depois, retornaram ao Japão (Sandro pela 2ª vez e Edna pela 3ª vez).
8	Takeo Harumi	Aposentados, não tinham nada para fazer no Brasil. Não estavam preocupados em poupar tanto, pois os filhos já estavam crescidos e casados.
9	Cláudio Fátima	Antes de Fátima ir ao Japão, ele não estava preocupado em poupar. Assim que ela foi ao Japão (casamento por procuração), resolveram poupar. Ela engravidou, e no 6º mês de gestação retornam ao Brasil. Com o dinheiro do Japão montaram uma lanchonete. Mas não estava dando retorno o suficiente para pagarem as dívidas (da lanchonete), voltaram para o Japão pela 2ª vez, para poderem pagar as dívidas em menos tempo.
10	Satoshi Ivete	Ele diz ter poupado uns US\$ 20 mil, em 11 meses. Dois de seus filhos também foram ao Japão como dekassegui e compraram apartamento e carro. Satoshi continuou recebendo aposentadoria, mas a poupança estava ajudando-o a se manter. Uma parte desta foi usada para montar a casa da filha, e outra parte seria para reformar sua própria casa.
11	João Mércia	A 1ª vez de Mércia não tinha objetivo financeiro. Depois, parte da renda começou a ser destinada para construir a casa da sua família em Londrina (PR), junto com o pai e o irmão que estavam no Japão. Antes de se conhecerem, João estava poupando, mas sem objetivo claro. Depois que resolveram se casar, toda poupança era para comprarem a casa própria e para poderem se casar.
12	Celso Irene	Compraram uma casa. Ele abriu um pequeno negócio (de frios e laticínios), mas teve dificuldade em continuar. Ficou com o restaurante da família dele (não montado com dinheiro do Japão).
13	Caroline	Não tinha muita preocupação em poupar.
14	Roberta Leandro	Como gerente de banco, Roberta tinha renda para sustentar a família no Brasil. Com a renda do marido que estava no Japão, compraram e construíram uma casa nova.
15	Beatriz	Não se preocupou em poupar dinheiro, viajou e passeou muito no Japão. Já no Brasil, a renda vinha dos dois empregos que tinha aqui.
16	Tadeu Andréia	Como deixou os filhos no Brasil, uma boa parte da renda do casal era remetida para sustentá-los. E por isso, não pouparam muito. Com o pouco que tinham, compraram uma kombi e um ônibus escolar, reformaram a casa e compraram um telefone (que haviam vendido antes de ir ao Japão).
17	Yukio Zuleika	A 1ª vez que foi ao Japão, ele não estava muito preocupado em poupar dinheiro. Mas as duas próximas vezes, esta renda era remetida para sustentar a família no Brasil. Ele voltou ao Brasil, recomeçou a atuar como engenheiro autônomo, mas pensando em retornar ao Japão.
18	Luciano Heloísa	A 1ª vez que Luciano foi ao Japão, não estava preocupado em poupar dinheiro (foi por aventura). Já tinham casa própria, carro bom. Heloísa que permaneceu no Brasil, estava com um comércio de bebida. Não precisavam desta renda para sobreviver, mas ele foi novamente para o Japão porque lá ganha-se

19	César Marta	mais do que como motorista de caminhão no Brasil. Antes de se conhecerem no Japão, não tinham metas estabelecidas em relação à poupança. César remetia parte da sua renda ao Brasil para sua mãe, porque o pai dele estava doente. Quando decidiram se casar, ambos começaram a poupar mais.
20	Nei Kayoko	Foram com objetivo claro de, em um ano, poupar para construir casa no Brasil. Toda poupança foi remetida ao Brasil para isso, sendo que a obra estava sob os cuidados do pai de Kayoko. Depois que voltaram ao Brasil, eles passaram a viver da renda do marido, que ficou trabalhando como eletricitista.

Fonte: Pesquisa de campo.

ANEXO 4 – Tempo de permanência no Japão e no Brasil

A	B	C	D	E	F	G	H
Nº (A)	Nº DA PESSOA (B)	ENTRE-VISTADO	1ª IDA AO JAPÃO	1º RETORNO AO BRASIL	2ª IDA AO JAPÃO	2º RETORNO AO BRASIL	3ª IDA AO JAPÃO
1	1 (c) (d) 2	Marcelo Inês	12.89 / 09.93 3.09 01.90 / 09.93 3.08				
2	3	Pedro	01.88 / 01.89 1.00	01.89 / 01.90 1.00	01.90 / 09.91 1.09		
3	4	Roseli	10.95 >>> >>>				
5	5 6 7	Eunice filha Rodrigo	03.93 / 07.94 1.04 09.94 >>> >>> 12.94 / 11.95 0.11	07.94 / 09.94 0.02	09.94 / 09.95 1.00		
6	8 9 10 11	Cecília mãe irmã irmão	06.95 / 03.96 0.09 01.93 / 03.96 3.02 01.94 >>> >>> 06.91 / 06.96 5.00	03.96 / 12.96 0.09	12.96 / 02.97 0.02		
7	12 13	Sandro Edna	05.90 / 05.95 5.00 11.90 / 08.93 2.09	05.95 / 10.97 2.05 08.93 / 10.93 0.02	10.97 >>> >>> 10.93 / 05.95 1.07	05.95 / 10.97 2.05	10.97 >>> >>>
8	14 15	Takeo Harumi	04.89 / 10.89 0.06 01.93 / 04.94 1.03	10.89 / 01.90 0.03	01.90 / 05.90 0.04	05.90 / 01.93 2.08	01.93 / 04.94 1.03
9	16 17	Cláudio Fátima	06.92 / 02.96 3.08 06.93 / 02.96 2.08	02.96 / 04.97 1.02 02.96 / 04.97 1.02	04.97 >>> >>> 04.97 >>> >>>		
10	18 19 20	Satoshi filho novo filho meio	01.95 / 12.95 0.11 02.91 / 07.92 1.05 03.91 / 07.92				

A	B	C	D	E	F	G	H
Nº (A)	Nº DA PESSOA (B)	ENTRE-VISTADO	1ª IDA AO JAPÃO	1º RETORNO AO BRASIL	2ª IDA AO JAPÃO	2º RETORNO AO BRASIL	3ª IDA AO JAPÃO
11	21	João	1.04 11.89 / 01.91	01.91 / 03.91	03.91 / 05.97	05.97 / 07.97	07.97 >>>
	22	Mércia	1.02 01.91 / 01.94	0.02 01.94 / 03.94	6.02 03.94 / 05.94	0.02 05.94 / 07.97	>>> 07.97 >>>
12	23	Celso	3.00 01.91 / 06.92	0.02 06.92 / 01.94	3.02 01.94 / 06.94	0.02 06.94 / 08.94	>>> 08.94 / 11.95
	24	Irene	1.05 01.91 / 06.92	1.07 06.92 / 01.94	0.05 01.94 / 06.94	0.02 06.94 / 08.94	1.03 08.94 / 11.95
A Nº (a)	B Nº da Pessoa (b)	C Entrevistado	D 1ª ida ao Japão	E 1º retorno ao Brasil	F 2ª ida ao Japão	G 2º retorno ao Brasil	H 3ª ida ao Japão
13	25	Caroline	1.05 01.90 / 04.90	1.07 04.90 / 01.95	0.05 01.95 / 01.96	0.02	1.03
	26	irmã	0.03 01.95 / 01.96	4.08	1.00		
14	27	Leandro	1.00 01.90 / 11.93	0.02 11.93 / 01.94	1.03 01.94 / 04.95		
15	28	Beatriz	3.11 09.90 / 02.92	0.04 02.92 / 06.92	1.06 06.92 / 12.93	1.04 12.93 / 03.95	0.05 03.95 / 08.95
	29	ex-marido	1.05 01.88 / 12.93	0.03 12.93 / 03.95	6.11 03.95 >>>		
16	30	Tadeu	6.11 10.91 / 06.94	0.03	2.08		
	31	Andréia	2.08 10.91 / 09.92	0.01 09.92 / 10.92	1.00 10.92 / 10.93		
	32	filho	0.11 10.92 / 02.94	1.11 02.94 / 01.96	1.00 01.96 >>>		
17	33	Yukio	1.04 01.91 / 01.92	1.11 01.92 / 11.95	1.00 11.95 / 01.96	0.07 01.96 / 08.96	0.09 08.96 / 05.97
18	34	Luciano	3.11 01.91 / 01.92	3.00 01.92 / 01.95	0.02 01.95 / 04.97	0.04 04.97 / 08.97	0.09 08.97 >>>
19	35	César	1.00 09.90 / 01.95	3.00 01.95 / 04.95	2.04 04.95 / 03.97	0.04	0.09 >>>
	36	Marta	4.04 06.92 / 01.95	0.03 01.95 / 04.95	1.11 04.95 / 03.97		
20	37	Kayoko	2.06 09.90 / 01.93	0.03	1.11		
	38	Nei	2.05 09.90 / 01.93	2.05			

Fonte: Pesquisa de campo.

Legenda:

(a) número da entrevista. (a entrevista nº 4, Karen, foi excluída desta lista por ela ou algum de seus familiares não terem ido ao Japão como dekasegui.

(b) número da pessoa envolvida / citada na experiência migratória.

(c) data do evento.

(d) os números em negrito, nas linhas mais escuras referem-se à duração do evento. (o dígito à esquerda da vírgula indica o ano, os números decimais são os meses; exemplo: 2,05 = 2 anos e 5 meses; 1,11 = 1 ano e 11 meses).

O símbolo ">>>" indica que a pessoa estava ou continuava no Japão no momento da entrevista.

ANEXO 5 – Retorno ao Brasil (Incluindo as várias idas e vindas)

Nº	NOME	RETORNO AO BRASIL (O QUE FEZ, O QUE ACONTECEU, MOTIVOS)
1	Marcelo Inês	Ele continuou a exercer a mesma profissão anterior (engenheiro), mas em empresa diferente.
2	Pedro Sílvia	Ele continuou com a locadora de vídeo, ampliou-a com o dinheiro poupado no Japão.
3	Roseli William	O marido já foi e voltou várias vezes. Ela e o filho foram pela 1ª vez, e os três continuaram no Japão, deixando a filha mais velha no Brasil. Ela não quis ir junto porque havia acabado de entrar numa faculdade.
4	Karen	Nunca foi e continuou como atendente na agência de turismo.
5	Eunice Rodrigo	O marido ficou fazendo “bico” em restauração de obra de arte. Eles estavam sobrevivendo com o dinheiro do apartamento que venderam (e não com o dinheiro do Japão). A filha mais velha continuou no Japão.
6	Cecília	Voltou ao Brasil (depois da 1ª vez) porque sua mãe (que também estava no Japão) ia voltar. Continuou os estudos, foi pela 2ª vez ao Japão como arubaito (temporário, apenas durante as férias escolares). Voltou e continuou os estudos (faculdade).
7	Sandro Edna	Depois de alguns meses, compraram uma banca de revista. Valorizaram o ponto e venderam. Retornaram ao Japão, com mais um filho.
8	Takeo Harumi	Ele é aposentado, desde a 1ª vez que foi ao Japão. Retornou ao Brasil pela 1ª vez, porque sua mãe estava doente. Ficou apenas 3 meses no Brasil e foi pela 2ª vez ao Japão. Retornou pela 2ª vez ao Brasil, porque a mãe faleceu. Foi pela 3ª vez ao Japão, desta vez com a esposa, mas ficaram separados. Retornaram ao Brasil. Ele: aposentado e sem ocupação e Harumi continuou como dona de casa. Todos os filhos já estavam casados e com filhos.
9	Cláudio Fátima	Enquanto ele estava no Japão, casaram-se por procuração para ela (não-descendente) poder ir ao Japão. Engravidou lá e, no 6º mês de gestação, eles voltaram ao Brasil para ter a filha aqui. Ele voltou a trabalhar com o irmão no autolanche que tinha em sociedade. Desfez a sociedade e montou uma lanchonete com o dinheiro do Japão, mas não estava conseguindo pagar as dívidas. Deixou a lanchonete nas mãos da sogra e da cunhada, e a família (o casal e a filha pequena) foi novamente ao Japão.
10	Satoshi Ivete	Aposentado e sem ocupação. Os dois filhos que também já tinham ido, compraram apartamento próprio e carro. O mais velho casou e continuou a trabalhar como tecnólogo (como antes), o filho do meio estava trabalhando como técnico eletrônico.
11	João Mércia	Conheceram-se no Japão. Ele: o 1º retorno ao Brasil foi porque tinha prometido aos pais que iria voltar. O 2º retorno foi porque a avó dele adoeceu. Ela: voltou ao Brasil, mas sem perspectivas, retornou novamente ao Japão. Desta vez o dinheiro poupado era para comprar uma casa em Londrina com seu pai e seu irmão. Foi quando conheceu o atual noivo. Retornaram juntos para Brasil, e depois voltaram para o Japão para comprar e montar uma casa e casarem-se no Brasil.
12	Celso Irene	Depois da 1ª vez no Japão, voltaram para o Brasil, compraram uma casa e ele tentou montar um pequeno negócio. Ficou um ano e meio, mas teve dificuldade. Foram pela 2ª vez ao Japão, ficaram apenas 6 meses e retornaram ao Brasil porque a mãe dele faleceu. 2 meses depois, foram pela 3ª vez, ficaram 1 ano e 3 meses. Voltaram e ficaram com um restaurante-churrascaria (que não foi montado com o dinheiro do Japão, mas era um negócio da família de Celso e antes era um irmão dele que tomava conta).

continua

Nº	NOME	RETORNO AO BRASIL (O QUE FEZ, O QUE ACONTECEU, MOTIVOS)
13	Caroline	A 1ª vez que foi ao Japão, ficou apenas 3 meses, porque no Brasil o pai dela faleceu. Não pensou mais em voltar para o Japão. Entrou na faculdade, mas, como a mãe dela adoeceu, ela desistiu dos estudos para cuidar da mãe. A mãe faleceu, não queria mais ficar em casa e a irmã dela insistiu para irem juntas ao Japão. Ela voltou pela 2ª vez ao Japão, retomando o mesmo emprego que o da 1ª vez. Depois de 1 ano, voltou ao Brasil e passou a trabalhar no restaurante junto com seu irmão.
14	Roberta Leandro	A 1ª vez que ele voltou ao Brasil era para passar as férias de 40 dias. Logo voltou ao Japão pela 2ª vez e ficou 1 ano e 3 meses. Retornou ao Brasil, voltou a trabalhar como motorista de caminhão, como antes. E ela continuou como gerente de banco.
15	Beatriz	A 1ª vez que retornou ao Brasil, já tinha passagem marcada para retornar ao Japão, isto é, sabia que iria ficar por pouco tempo. Foi na 2ª vez que ela conheceu o pai do seu filho. Retornaram pela 2ª vez ao Brasil para o rapaz pedir sua mão em casamento. Nesse período, ela engravidou e passou toda a gestação no Brasil. Nasceu o filho e voltou pela 3ª vez ao Japão para tentar vida de casada com o rapaz, mas não deu certo. Retornou ao Brasil pela 3ª vez com o filho e começou a trabalhar em 2 empregos: como caixa num box no Ceasa e como caixa numa churrascaria, enquanto o filho ficava sob os cuidados da mãe dela.
16	Tadeu Andréia	Apenas ela retornou ao Brasil, porque os filhos que permaneceram estavam causando problema e sua licença de professora iria vencer. Ela retornou pela 2ª vez ao Japão com o filho mais velho. O marido havia ficado o tempo inteiro no Japão. Os 3 voltaram ao Brasil em momentos diferentes. O filho voltou para continuar os estudos, não passou no vestibular e resolveu retornar pela 2ª vez ao Japão e ficou lá. Tadeu voltou e começou a trabalhar como motorista de frete escolar, ela, aposentada, auxiliava o marido.
17	Yukio Zuleika	A 1ª vez que ele foi ao Japão foi por curiosidade. Mas já a 2ª vez foi por necessidade financeira, mas ficou pouco tempo no Japão porque o pai dele faleceu. Depois de meio ano acabou retornando ao Japão pela 3ª vez, por necessidade financeira. Voltou e começou a atuar como engenheiro autônomo, mas pensando na possibilidade de voltar novamente ao Japão.
18	Luciano Heloísa	A 1ª vez ele foi por curiosidade. Mas a 2ª e 3ª vez, por necessidade financeira. A esposa tinha um comércio/depósito de bebidas, mas estava difícil. No momento da entrevista, ele ainda estava no Japão (pela 3ª vez).
19	César Marta	Conheceram-se no Japão. A 1ª vez que retornaram para Brasil foi para casar. Ficaram 3 meses e voltaram para o Japão pela 2ª vez. Voltaram ao Brasil pela 2ª vez e ficaram sem ocupação ou emprego. Havia possibilidade de voltarem novamente ao Japão.
20	Nei Kayoko	O casal foi uma única vez ao Japão. Quando retornaram, ele começou a trabalhar como eletricista (como antes) e ela como dona de casa, pois estava com filha pequena e grávida do 2º filho.

Fonte: Pesquisa de campo.